

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA

A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

CURITIBA

2013

DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA

A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Área de Concentração em Economia Política do Estado Nacional e da Governança Global, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iara Vigo de Lima
Coorientador: Prof. Dr. André de Macedo Duarte

CURITIBA

2013

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE CRISTINA GUIZZO ARCHELA

A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadores:

Prof^a. Dra. Iara Vigo de Lima

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFPR

Prof. Dr. André de Macedo Duarte

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFPR

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, UFPR

Prof. Dr. Ramón Vicente Garcia Fernandez

Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, UFABC

Prof. Dr. Cesar Candiotta

Programa de Pós-Graduação em Filosofia, PUC-PR

Curitiba, 20 de fevereiro de 2013

AGRADECIMENTOS

Em especial desejo agradecer à professora Dra. Iara Vigo de Lima pela orientação, apoio, motivação e amizade proporcionados ao longo de toda minha trajetória acadêmica. Sua disposição e dedicação em me orientar em vários projetos acadêmicos, além de me proporcionar grandes ideias, sugestões e reflexões a tornaram mais do que uma professora e orientadora, mas uma grande fonte de admiração e inspiração para trabalhos futuros.

Também agradeço ao professor Dr. André de Macedo Duarte por sua coorientação, dedicação e acolhida. Suas sugestões, reflexões críticas e ideias brilhantes contribuíram enormemente para o meu desenvolvimento intelectual e crítico na área da filosofia.

Agradeço todo o apoio, dedicação e confiança dos professores Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto, Dr. Luiz Alberto Esteves, Dr. Huáscar Fialho Pessali, Dr. João Basílio Pereima Neto e Dr. Victor Manoel Pelaez Alvarez, que ao longo de minha graduação e pós-graduação sempre me proporcionaram grandes conselhos, sugestões e incentivos. Eles sem dúvida foram fundamentais para o meu crescimento intelectual e profissional.

Aos colegas da graduação, do grupo PET-Economia e da Pós-Graduação em Políticas Públicas pela amizade, companheirismo, colaboração e também pelos grandes momentos de convivência que foram muito além dos estudos.

A meus pais e familiares pelo apoio, incentivo, paciência e compreensão. Agradeço imensamente a eles por me darem a chance de poder seguir com os meus estudos e poder trabalhar na área que me realiza.

E *last but not least*, agradeço ao amor: ao meu marido, Christiano, por todo o companheirismo, carinho e paciência.

RESUMO

Este trabalho fornece uma análise crítica do papel estratégico desempenhado pela economia política clássica britânica na construção de uma nova tecnologia de poder – a biopolítica – de acordo com a genealogia de Michel Foucault. Para isso, uma verdadeira genealogia foucaultiana da economia política clássica se faz necessária em dois aspectos principais. Primeiro, analisou-se genealogicamente a emergência e consolidação do liberalismo econômico dos séculos XVIII e XIX a partir de suas bases políticas e filosóficas, enfatizando suas origens, continuidades e descontinuidades. Segundo, assumiu-se como verdadeiros os argumentos genealógicos de Foucault para com as relações criadas entre a emergência da economia política e a mudança estrutural do poder do Estado, o que levou à biopolítica. A tomada do método e argumento genealógico de Foucault foi necessária para promover uma abordagem filosófica original à história do pensamento econômico em termos de estratégias de poder. Como consequência, a economia política clássica britânica foi retomada não apenas como um discurso, mas como um conjunto de práticas políticas que de maneira bem-sucedida levaram a novas relações de poder por meio das ideias de liberdade econômica, autointeresse e limitação da ação estatal. Fez-se uma releitura dos principais argumentos proporcionados pelos economistas políticos britânicos dos séculos XVIII e XIX desde sua transição da doutrina mercantilista até suas ideias aceitas sobre a natureza humana, a população, o papel do Estado e os elementos econômicos. Para uma delimitação mais precisa, estes pensadores foram divididos em duas gerações principais: a primeira, o Iluminismo Escocês do século XVIII, reunirá Adam Smith, David Hume e Adam Ferguson. A segunda, a tradição inglesa do século XIX, focará em Thomas Malthus e David Ricardo como os ícones de seu tempo. Finalmente, apresentou-se uma leitura crítica das ideias dos pensadores britânicos com base nos argumentos de Foucault, enfatizando a emergência de uma arte liberal de governar e a consolidação da análise bioeconômica e das práticas biopolíticas, as quais criaram novas relações de poder que levaram ao controle, regulação e normalização da população. Não apenas a economia política conduziu a novas formas de poder prático, mas também forneceu uma análise única, a *bioeconomia*, que pode racionalizar e desenhar novas formas de controle e regulação da população. Portanto, assume-se que a bioeconomia influenciou no nascimento da biopolítica e no uso dos dispositivos de segurança por meio dos quais a biopolítica se consolidou.

Palavras-chave: Economia Política Clássica Britânica. Genealogia do Poder. Arte Liberal de Governar. Bioeconomia. Biopolítica.

ABSTRACT

This study provides a critical analysis of the strategic role played by British classical political economy in the construction of a new power technology – biopolitics – according to Michel Foucault's genealogy. For that, a true Foucauldian genealogy of classical political economy was required in two main aspects. First of all, it analyzed genealogically the emergence and consolidation of the 18th and 19th century economic liberalism from its political and philosophical foundations, emphasizing its origins, continuities and discontinuities. Secondly, it assumed Foucault's genealogical arguments towards the relations created between the emergence of political economy and the structural changes of the State's power as true, what led to biopolitics. The assumption of Foucault's genealogical method and argument was required to provide an original philosophical approach to the history of economic thought in terms of power strategies. As a consequence, British classical political economy was taken not simply as a discourse, but as a set of political practices that successfully led to new power relations through the ideas of economic liberty, self-interest and limitation of State's action. It has been made a rereading of the main arguments provided by 18th and 19th centuries British political economists since its transition from the mercantilist doctrine until its accepted ideas on human nature, population, State's role and economic elements. For a more precise delimitation, these thinkers will be divided in two main generations: first, the Scottish Enlightenment of the 18th century will gather Adam Smith, David Hume and Adam Ferguson. Secondly, the English tradition of the 19th century will focus on Thomas Malthus and David Ricardo as the icons of their time. Finally, it's been presented a critical reading of the British thinkers' ideas based on Foucault's arguments, emphasizing the emergence of a liberal art of government and consolidation of bioeconomic analysis and biopolitical practices, which created new power relations that led to population's control, regulation and normalization. Not only political economy led to new forms of practical power, but it also provided a unique analysis, *bioeconomics*, which could rationalize and design new forms of control and regulation of the population. Therefore, it is assumed that bioeconomics influenced on the birth of biopolitics and on the use of security apparatus through which biopolitics has consolidated.

Key Words: British Classical Political Economy. Genealogy of Power. Liberal Art of Government. Bioeconomics. Biopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - O PROJETO INTELECTUAL DE FOUCAULT.....	12
FIGURA 02 - A ARTE LIBERAL DE GOVERNAR A PARTIR DO PROJETO INTELECTUAL DE FOUCAULT.....	90

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- AS TRÊS ESCOLAS DE PENSAMENTO: PRINCIPAIS IDEIAS.....	83
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 -DADOS POPULACIONAIS DO REINO UNIDO DE 1750 A 1850.....56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	01
2	A GENEALOGIA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT.....	08
2.1	A FIGURA DE FOUCAULT E SEU PROJETO INTELECTUAL.....	09
2.2	DESLOCAMENTOS ANALÍTICOS: ARQUEOLOGIA-GENEALOGIA.....	10
2.2	A INSERÇÃO DA FIGURA DO ESTADO.....	13
2.4	A BIOPOLÍTICA.....	17
2.4.1	Os Dois Pólos do Biopoder.....	18
2.4.2	O Controle e a Regulação da População.....	21
2.5	A GOVERNAMENTALIDADE.....	24
2.5.1	A Tecnologia de Governo como Objeto Analítico.....	25
2.5.2	Razão de Estado e Governamentalidade Policial.....	28
2.6	TENSÕES E DIÁLOGOS ENTRE OS DOIS CONCEITOS.....	31
2.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO.....	34
3	REFLEXÕES SOBRE A EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.....	37
3.1	A CRÍTICA AO SISTEMA MERCANTIL E A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.....	38
3.2	A ECONOMIA POLÍTICA DO ILUMINISMO ESCOCÊS: A PRIMEIRA GERAÇÃO.....	42
3.2.1	A Natureza Humana e o Autointeresse.....	43
3.2.2	Teses Sobre a Moeda, o Comércio e o Crescimento Econômico.....	46
3.2.3	As Funções do Estado e Suas Relações com a Sociedade Civil.....	50
3.3	CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DA PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	53
3.4	A ECONOMIA POLÍTICA DA TRADIÇÃO INGLESA: A SEGUNDA GERAÇÃO.....	60
3.4.1	A Teoria da População.....	60
3.4.2	Teses Sobre os Lucros e os Salários a Partir do Fator Populacional.....	64
3.4.3	As Novas Relações Entre o Estado e a Sociedade Civil.....	67
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO.....	70
4	A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA... 	73
4.1	A ASCENSÃO DA ECONOMIA POLÍTICA LIBERAL CLÁSSICA COMO PRÁTICA GOVERNAMENTAL.....	74
4.1.1	A Razão Econômica como Crítica ao Estado de Polícia.....	75
4.1.1.1	Da Fisiocracia à Arte Liberal de Governar.....	78
4.1.2	A Arte Liberal de Governar.....	82
4.2	DA BIOECONOMIA À BIOPOLÍTICA.....	92
4.2.1	A Analítica Bioeconômica a partir da Economia Política.....	93
4.2.2	Os Novos Dispositivos de Segurança.....	99
4.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

As relações entre a economia política e o Estado frequentemente se mostraram fortalecidas ao longo da trajetória das ideias econômicas. No âmbito da economia política britânica liberal¹, que perpassou parte do século XVIII e todo o século XIX, as discussões a respeito do papel do Estado e suas relações com a sociedade civil sempre estiveram presentes, seja nas investigações que abordavam os mecanismos econômico-mercadológicos ou nos estudos sobre a inserção do indivíduo e da população no ambiente econômico.

A economia política clássica, caracterizada por Schumpeter² (1994, p. 38) como um sistema que expôs um conjunto de políticas econômicas no esforço de advogar certos princípios analíticos normativos e genuínos, destacava-se das escolas econômicas que a precedeu. Ela não foi pioneira em abordar temas que investigavam a riqueza, os determinantes do valor e as relações de mercado, mas foi bem-sucedida por se utilizar de métodos analíticos e ferramentas mais sofisticadas que seus anteriores, gerando políticas econômicas e princípios normativos inéditos.

Neste trabalho o objeto de análise é a economia política clássica britânica. Sobre isso, cabe destacar que, para Paula, Cerqueira e Albuquerque (2007, p. 359-360), diferente da economia política clássica francesa ou alemã, a vertente britânica tem a sua centralidade de análise na questão do valor trabalho e seus desdobramentos, além de ter como influências político-institucionais um absolutismo mitigado, formas múltiplas de garantia dos direitos individuais e uma supremacia dos interesses dos homens de negócio sobre os privilégios aristocráticos. Estas influências foram notadas na emergência do empirismo, do liberalismo e do utilitarismo, o que comprova a singularidade da vertente britânica.

¹ Cabe destacar que este trabalho assume os pressupostos da tradição clássica do liberalismo econômico do final do século XVIII ao início do XIX segundo as ideias originais de Adam Smith, David Hume, Thomas Malthus e David Ricardo. Neste sentido, não se busca trazer para a investigação aqui proposta as concepções posteriores de *liberalismo* fornecidas pelos utilitaristas, marginalistas, austríacos e neoliberais do final do século XIX à metade do XX.

² Schumpeter (1994, p. 38) argumenta que se deve diferir as análises feitas sobre a *economia política* e o *pensamento econômico*. Isto porque o estudo desse último não pode ser considerado um trabalho analítico genuíno, já que apenas se preocupa em investigar os sujeitos econômicos e as influências das políticas públicas em suas mentes. Ou seja, a genuína análise da economia política deve focar não nas argumentações em si, mas na forma em que são argumentadas com o uso de ferramentas analíticas originais.

No âmbito das novas investigações, a economia política britânica desempenhou um papel fundamental ao passar a questionar os antigos procedimentos adotados pelo Estado. Os pensadores econômicos resgataram ideias relacionadas à essência da natureza e à espécie humana e as aplicaram à mecânica dos mercados, à liberdade de escolha dos indivíduos e às intervenções feitas pela figura estatal. Sob esta perspectiva, coube ao pensamento econômico a função de racionalizar as ações do Estado e reconduzi-las em direção a novas relações de sujeição e aplicação do poder.

Uma possível interpretação filosófica destes ideais apresentados pelos economistas políticos é apresentada por Michel Foucault (1926-1984). Seu projeto intelectual (2009b, p. 231) buscava investigar a forma com que os seres humanos se tornaram sujeitos na sociedade moderna a partir de três modos de objetivação: os saberes, os poderes e a verdade. A obra foucaultiana defendia que compreender o discurso no presente requer, inevitavelmente, um olhar voltado para a história³ em termos da verdade e do aparato institucional vigente no passado para entender o presente. Neste contexto, a fase genealógica dos estudos de Foucault especificamente tratava de investigar a atuação do Estado enquanto uma instância dos mecanismos variados que permitem o exercício do poder.

Uma vez que para Foucault os saberes produzidos pelas ciências humanas exerciam uma grande contribuição à disseminação dos poderes ao criarem novas formas de regulação, análise e administração do indivíduo e da população, as ideias propostas pela economia política se mostraram dignas de investigação por modificarem as relações de poder entre o Estado e a população a partir do século XVIII.

A emergência da economia política como estratégica na mudança das relações estatais de poder recaiu no que Foucault (2008b, p. 431) denominou de biopolítica⁴: foi a maneira pela qual, a partir do século XVIII, buscou-se racionalizar

³ Nas palavras de Foucault (2009a, p. 16): “Essa divisão histórica deu sem dúvida sua forma geral à nossa vontade de saber. Mas não cessou, contudo, de se deslocar: as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como a aparição de novas formas na vontade da verdade. [...] Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional.”

⁴ De acordo com Esposito (2008, p. 16 e 24), o termo *biopolítica*, relacionado ao poder político sobre a vida biológica, não foi originalmente criado por Foucault, mas por Rudolph Kjellén, autor que provavelmente foi o primeiro a empregar também o termo *geopolítica*. No entanto, o extraordinário desenvolvimento teórico feito por Foucault acerca do tema se mostrou mais extenso que seus predecessores, já que o filósofo redefiniu e repropôs o conceito.

os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos como população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça, etc. Ou seja, a biopolítica se caracterizou por ser uma tecnologia de poder específica que introduziu um conjunto de saberes que reconduziu as *técnicas de governo*⁵ a um patamar intimamente ligado à gestão dos processos biológicos das populações.

Para Foucault (2008b, p. 431-432) não se poderia dissociar o nascimento da biopolítica do marco de racionalidade política dentro do qual surgiu o liberalismo econômico. A tomada das ideias econômicas pela figura estatal e sua evolução ao longo dos séculos XVIII e XIX indicou um investimento sobre as populações, seus interesses e sua racionalidade, restringindo as ações governamentais a práticas indiretas de administração da vida.

A motivação de Foucault pela escolha da economia política britânica clássica⁶ se deu pelo fato de ele assumir (2008b, p. 19) que ela não se desenvolveu fora da razão de Estado, uma vez que um dos principais objetivos da análise econômica era enriquecer a nação e a população como um todo. Além disso, a economia política pautava certos princípios de naturalidade e de liberdade individual que forneceu uma autolimitação do exercício de governar por parte do Estado, retirando-o da esfera econômica.

Neste aspecto, a economia política se colocou em uma posição de questionamento dos procedimentos adotados pelo soberano ao trazer um conjunto de recomendações e políticas pautadas segundo a naturalidade e harmonia presentes na economia, seja nas flutuações dos preços, seja na defesa do autointeresse. Criaram-se novas relações de sujeição e aplicação do poder estatal sobre a vida uma vez que o pensamento econômico dá à figura soberana uma posição específica de gestor.

⁵ As *técnicas de governo* se referem ao objeto de estudo da governamentalidade, que será o objeto de parte da pesquisa aqui proposta. Segundo Veiga-Neto (2005, p. 82-83), deve-se diferenciar o termo *governo* de *governamento*, pois enquanto este diz respeito a uma instância governamental, aquele aborda uma ação de governar no sentido de conduzir, controlar e administrar a vida biológica e a sujeição dos indivíduos e populações.

⁶ Foucault (2008b, p. 18-19) não faz menção às diferentes nacionalidades de economia política. No entanto, seu foco na vertente britânica se mostra claro quando o filósofo aborda essencialmente os mesmos pensadores destacados neste trabalho (Smith, Hume, Ferguson, Malthus e Ricardo).

Em função disso, o objetivo deste trabalho é analisar o papel estratégico da economia política desde sua evolução da doutrina mercantilista no início do século XVII até seu ápice atingido ao longo do século XIX, no processo de construção e consolidação da biopolítica conforme proposto pela genealogia de Foucault. Busca-se verificar os efeitos sobre o tratamento dado pela entidade estatal moderna e pelo pensamento econômico centrado nas obras de Adam Smith (1723-1790), David Hume (1711-1776), Adam Ferguson (1723-1816), Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823) com vistas ao indivíduo e à população como sujeitos políticos, reconduzindo suas relações com o mercado e a sociedade civil.

Com isto, propõe-se realizar uma investigação da história das ideias do pensamento econômico delimitado acima a partir de uma abordagem original e ainda pouco explorada pelos economistas. A escolha de um conjunto limitado de pensadores se dá pelo fato destes constituírem um grupo tradicional e pioneiro na implantação de novas perspectivas econômicas segundo os estudiosos da história econômica, mesmo com a consciência da abrangência e complexidade do tema aqui proposto.

Ainda que tal resgate histórico exigisse uma leitura e interpretação acuradas de um grande grupo de pensadores econômicos, periodizar, defende Schumpeter (1994, p. 379), é “um mal necessário”. O processo de desenvolvimento histórico é sempre contínuo e ele não pode simplesmente ser dividido em partes arbitrárias sem perdas significativas. Entretanto, no âmbito da história da análise econômica, limitar esta pesquisa aos ícones da economia política britânica do século XVIII ao XIX representa um recorte preciso, focado em uma conjuntura política, social e econômica sólida que apresentou os inevitáveis efeitos da Primeira Revolução Industrial.

Assim, o intuito deste trabalho é traçar uma linha de pensamento seguindo uma perspectiva consistente a partir de ideias que foram abordadas pelos intelectuais selecionados de forma comum, evitando, portanto, grandes polêmicas em torno de questões que não contribuem para o desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia definida contempla, portanto, o estudo do desenvolvimento das ideias econômicas seguindo a perspectiva de Deane (1980, p. 09). A autora definia dois enfoques⁷ principais: o primeiro concentra-se na sequência dialética de

⁷ Ambos os enfoques não são mutuamente excludentes, e podem se sobrepor em vários aspectos, já que grande parte dos historiadores econômicos levou ambos em conta (DEANE, 1980).

mudanças nas teorias, conceitos e técnicas analíticas que constituem a substância da disciplina; o segundo traça o processo histórico de mudança no modo pelo qual sucessivas gerações de cientistas adaptaram suas técnicas explanatórias a uma solução dos problemas que consideravam importantes e solúveis.

De maneira específica, este trabalho segue a proposta de Deane ao buscar focar o segundo princípio, uma vez que aqui se procura interpretar a história do pensamento econômico como um processo de transformação nas ideias de sucessivas gerações de economistas. No caso da economia política clássica, será elaborada uma trajetória das teorias propostas, seus ajustes conjunturais e continuidades.

Os economistas políticos escolhidos serão aqui divididos em duas gerações com o intuito de separá-los por seus diferentes períodos históricos, ideológicos e suas realidades socioeconômicas. Busca-se compreender as principais influências de cada geração à luz de sua época com ênfase especial na pauta de discussões propostas por eles sobre a dinâmica dos mercados, a figura governamental e suas relações com a sociedade civil.

Assim, o capítulo 2 esboça uma revisão bibliográfica dos escritos de Michel Foucault com ênfase em sua fase genealógica, em que o filósofo apresenta uma série de deslocamentos teóricos desde a biopolítica até a governamentalidade no intuito de investigar o domínio das práticas de governo, suas regras, objetivos e sua racionalização. Será enfatizada a discussão a respeito das complementaridades e diferenças entre a biopolítica e a governamentalidade com o objetivo de ressaltar suas peculiaridades analíticas, bem como as necessidades do uso da economia política como elemento-chave nas relações de poder entre o Estado e a população.

Para isso, será realizada uma análise documental do conjunto da obra foucaultiana, que engloba os cursos *Em Defesa da Sociedade* (2005); *Segurança, Território, População* (2008c) e *Nascimento da Biopolítica* (2008b) ministrados pelo filósofo no Collège de France durante a década de 1970. Outras obras, como os *Ditos e Escritos IV* (2010a) e a *História da Sexualidade vol. 1* (2010d) serão essenciais nesta trajetória investigativa, uma vez que auxiliam de forma complementar no entendimento da motivação e desenvolvimento da proposta foucaultiana.

O capítulo 3 enfatiza as condições que permitiram a instauração dos princípios da economia política como um conjunto de recomendações e práticas ao

soberano, desde sua emergência a partir da doutrina fisiocrática até suas proposições acerca das relações entre o Estado, o mercado e a inserção da figura da população na agenda de preocupações estatais. Também, uma discussão que abrange as teses propostas pelos pensadores selecionados será feita com base nas diferentes visões sobre riqueza, comércio, mão-de-obra, funções recomendadas ao Estado e a população como foco de políticas econômicas.

Estas informações serão buscadas por meio de investigações bibliográficas dos escritos fornecidos pelos principais economistas políticos do final do século XVIII, como *A Riqueza das Nações* (2003) e *Lectures on Jurisprudence* (1978), de Adam Smith; *Tratado da Natureza Humana* (2009) e *Ensaio Morais, Políticos e Literários* (2004), de David Hume; e *An Essay on the History of Civil Society* (2010), de Adam Ferguson. Também, o capítulo aborda a evolução dos argumentos desenvolvidos por Thomas Malthus e David Ricardo, economistas políticos do século XIX fortemente influenciados pela conjuntura socioeconômica proporcionada pela Primeira Revolução Industrial. Será feita uma pesquisa documental das obras consideradas relevantes para a investigação aqui proposta, sendo elas: *Ensaio Sobre a População* (1996) e *Princípios de Economia Política* (1996), de Malthus, e *Princípios de Economia Política e Tributação* (1985), de Ricardo.

O capítulo 4 apresentará uma releitura crítica da evolução do pensamento econômico na época em questão a partir dos escritos mencionados de Foucault na tentativa de fornecer contribuições originais à história das ideias do pensamento econômico. A análise aqui proposta tomará como objeto de estudo o discurso e as propostas defendidas pelos economistas políticos liberais, que, associados à proposta foucaultiana, culminarão na *arte liberal de governar* e adquirirão um papel-chave na construção, desenvolvimento e aplicação das práticas biopolíticas do Estado sobre a população.

Sob esta perspectiva, uma investigação sobre como se dá a prática biopolítica e quais são as consequências desta arte liberal de governar também será proposta, mostrando o papel duplo que a liberdade proposta pelo liberalismo exerce.

Neste capítulo se assume como hipótese original o papel do discurso e das práticas propostas pelo liberalismo econômico clássico na formulação da ideia de bioeconomia⁸, que por sua vez levou à consolidação das práticas biopolíticas. Ainda

⁸ No curso *Segurança, Território, População* (2008c, p. 100-101) [1978], Foucault menciona a ideia de *bioeconomia* ao se referir à análise feita pelos economistas políticos durante o século XIX, com

que a questão bioeconômica não tenha sido desenvolvida no trabalho de Foucault, vê-se no termo novas potencialidades analíticas para se compreender a dinâmica entre a emergência da economia política e o desenvolvimento da conduta biopolítica. Neste sentido será feita uma investigação conjunta com as argumentações de Foucault e os escritos dos economistas políticos na tentativa de identificar tópicos que poderiam ser assumidos como uma racionalização primária das práticas biopolíticas.

Finalmente, serão feitas algumas considerações conclusivas pertinentes ao tema, reforçando a nova interpretação proporcionada por Foucault da relevância da economia política como modificadora das relações entre o Estado, o mercado, a população e o indivíduo, sendo responsável também pela racionalização das práticas biopolíticas por meio da bioeconomia. Uma retomada da analítica proposta inicialmente será, ainda, associada às novas perspectivas que os princípios pautados pelos economistas políticos conduzem na trajetória do pensamento econômico no século XX e na relação deste com a biopolítica.

destaque para Thomas Malthus, que, diferente de Marx, focava uma investigação econômico-biológica relacionada ao ser humano, sua inserção no ambiente, seu bem-estar e seu controle de natalidade.

2 A GENEALOGIA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT

Este capítulo tem por objetivo apresentar a fase de estudos foucaultianos denominada *genealogia do poder*, em que Foucault buscou relacionar as microformas do poder com os saberes e a verdade, bem como analisar as técnicas de governo propostas pelo Estado moderno e como a aplicação dos poderes fundamentados por esse Estado se desenvolvia sobre a população. De forma complementar, busca-se introduzir os deslocamentos teóricos realizados pelo filósofo a respeito da biopolítica e da governamentalidade na tentativa de promover um esforço analítico com relação às suas trajetórias, escopos investigativos e possíveis complementaridades.

Assim, uma delimitação da biografia e da produção teórica do filósofo se faz necessária com o uso de obras que retratam a transição da sua fase arqueológica para a genealógica e a consolidação de novos termos, como a biopolítica e a governamentalidade. Para isso, compreender a emergência de sua genealogia se constitui em uma das bases da investigação aqui proposta.

A necessidade do enfoque em dois termos analíticos específicos como a biopolítica e a governamentalidade se dá pelo fato de ambos se complementarem e enriquecerem mutuamente, uma vez que a biopolítica – ao lado do poder disciplinar⁹ – surgiu como uma especificidade do conjunto de relações de poder que se instaurou a partir do século XVIII. Junto a isso, a governamentalidade se apresentou como uma análise das técnicas de governo que foram decisivas na constituição do Estado moderno a partir do século XVI até sua consolidação no século XIX.

Sendo assim, este capítulo foca inicialmente a biografia de Foucault e a emergência de sua fase genealógica como um deslocamento analítico em relação à arqueologia; em seguida, uma análise que envolve as características particulares da biopolítica e da governamentalidade será exposta. Finalmente, uma investigação crítica a respeito das tensões e diálogos entre os dois conceitos será elaborada na tentativa de indicar a necessidade da emergência destes, suas possíveis complementaridades e contribuições teóricas entre ambos.

⁹ As questões relacionadas ao poder disciplinar não serão abordadas neste trabalho, uma vez que a ênfase permeará exclusivamente os conceitos da biopolítica e da governamentalidade, além de suas interações e contribuições críticas para a análise da economia política.

2.1 A FIGURA DE FOUCAULT E SEU PROJETO INTELECTUAL

Paul-Michel Foucault nasceu em Poitiers, França, em 1926, e morreu em Paris em 1984. Seus trabalhos envolviam a filosofia, a teoria social, a história das ideias e a crítica literária. Em 1970 ele foi eleito professor da cátedra “História dos Sistemas de pensamento” no Collège de France, ministrando cursos anuais até sua morte em 1984 com a exceção de 1977, quando se retirou para um ano sabático. Ele também ministrou cursos em vários outros países durante sua trajetória acadêmica, especialmente nos Estados Unidos na Universidade da Califórnia em Berkeley (1983).

Sua vasta obra tinha um enfoque especial na história das ciências médicas, humanas e sociais, dividida em três fases – deslocamentos teóricos dentro de uma mesma perspectiva. A primeira fase corresponde à arqueologia do saber, em que Foucault enfatizou as práticas linguísticas e os saberes, conduzindo sua análise a uma descrição objetiva da maneira pela qual o discurso organiza não somente a si mesmo, mas também as práticas sociais e as instituições (DREYFUS E RABINOW, 2009).

Dreyfus e Rabinow (2009, p. X) ainda destacaram como a tese de Foucault não deve ser rotulada como “estruturalista”. O desenvolvimento de um método próprio por parte do filósofo conduziu sua análise a uma dimensão interpretativa que trabalhava com uma visão para além da hermenêutica, em que o investigador deveria compreender o significado de suas práticas culturais a partir do seu próprio interior. Por este método interpretativo, Foucault pode mostrar, na cultura moderna, como os seres humanos se tornaram uma espécie de objeto e sujeitos analisados e descobertos pelo estruturalismo e pela hermenêutica.

O diagnóstico foucaultiano sobre a formação do sujeito moderno leva Foucault (2009b, p. 231) a se concentrar em três modos de objetivação: (i) a objetivação do sujeito do discurso na gramática, na linguística, na economia e na biologia pela investigação arqueológica; (ii) a objetivação do sujeito nas “práticas divisoras”, ou seja, dividir os bons, sadios e sãos dos criminosos, dos doentes e dos loucos; e (iii) o reconhecimento do sujeito pela sexualidade.

A análise do saber levou Foucault a focar não o discurso em si, mas o que condicionaria, limitaria e institucionalizaria as formações discursivas; ou seja, compreender quais forças foram responsáveis para que um determinado discurso

fosse bem-sucedido em uma determinada época. As relações de poder exercem um papel essencial nesta dinâmica, e Foucault passa a se concentrar nelas, inaugurando a fase genealógica de seus estudos. Nela, os saberes abordados na fase arqueológica – como é o caso da economia política – passam a ser analisados enquanto dotados de certas relações de poder que modificam as relações entre os sujeitos e a entidade estatal, por exemplo.

Este trabalho se concentrará na fase genealógica de Foucault, com ênfase para as suas obras e cursos elaborados entre 1976 e 1979, quando o filósofo se concentra no papel do liberalismo e neoliberalismo econômico como responsáveis por fornecerem um conjunto de práticas políticas que culminaram na mudança de relações entre o Estado e a população. A obra abordada será a *História da Sexualidade vol. 1* (2010d) [1976], além dos seguintes cursos ministrados no Collège de France: *Em Defesa da Sociedade* (2010c) [1976]; *Segurança, Território, População* (2008c) [1978] e *Nascimento da Biopolítica* (2008b) [1979]. A coleção *Ditos e Escritos* (2008a, 2010a, 2010b e 2012) é formada por textos e entrevistas publicados por Foucault ao longo de sua trajetória intelectual, sendo publicada postumamente. Ela também se constitui como um suporte bibliográfico para a investigação aqui proposta.

2.2 DESLOCAMENTOS ANALÍTICOS: ARQUEOLOGIA-GENEALOGIA

A fase arqueológica de Foucault se tornou uma estratégia sobre as condições históricas de possibilidade dos saberes, não se constituindo apenas como uma simples história das ideias, mas como uma análise das formações discursivas, mostrando como a história (as instituições, os processos econômicos, as relações sociais) pode dar lugar a tipos definidos de discurso (CASTRO, 2009).

Assim, Foucault define os limites da arqueologia:

Afinal, essa palavra 'arqueologia' [...] pode querer dizer: descrição do *arquivo*. Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados; e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continuaria a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos. [...] não pretendo procurar por baixo do discurso o que é o pensamento dos homens, mas tento tomar o discurso em sua existência manifesta, como uma prática que obedece a regras. As regras de formação, de existência, de

coexistência, a sistemas de funcionamento, etc. (FOUCAULT, 2008a, p. 145-146).

O objeto de análise da arqueologia delimitado por Foucault se referia, então, ao conjunto de discursos e suas condições de existência, transformações e peculiaridades ao longo da história junto a uma série de regras específicas que determinavam sua formação e articulação.

Foucault (2008a, p. 112) argumenta que sua análise sobre as formações discursivas não pretendia constituir uma disciplina unitária, mas investigar certos tipos de discursos a partir de suas descontinuidades. Esta ruptura no processo contínuo do discurso se dava por meio da verdade historicamente determinada, que sofre mutações ao longo dos séculos, como é o caso da análise das riquezas que evoluiu para a economia política (FOUCAULT, 2008a).

A regularidade dos saberes foi estabelecida em função de sua articulação fundamental com as redes discursivas, ou, as *épistémès*¹⁰. Este termo, para Candiotti (2010b, p. 28), era inassimilável àquilo que se disse ou que se quis dizer: diz respeito ao pressuposto do conjunto daquilo que é nomeado e pensado em diferentes domínios de saber de uma época.

Não se buscava, portanto, as regularidades científicas e as continuidades das redes discursivas ao longo da história, mas identificar o sistema de relações que permitia fazer um determinado saber possível em certo momento histórico. A história, assim, associou-se intimamente à noção foucaultiana de verdade (CANDIOTTO, 2010b). Por exemplo, no caso específico da análise das riquezas, Lima (2006, p. 91) argumenta que a mudança na noção de *trabalho* e *valor* fornecida por David Ricardo no século XIX tornou o processo de produção em si, e não o de troca, como o responsável pela transição da análise das riquezas para a economia política, indicando que a temporalidade do discurso influenciou e determinou a evolução do saber.

Para Castro (2009, p. 185), a história desempenhava um papel central tanto na arqueologia como na genealogia, pois ambas se apoiavam sobre um pressuposto comum: escrever a história sem referir a análise à instância fundadora do sujeito. Dadas as íntimas relações entre o saber e o poder, a genealogia se abriu como um

¹⁰ Compreende-se por *épistémè* um conjunto de relações que une as práticas discursivas e suas condições de possibilidade dos saberes. Ela é determinada temporal e geograficamente, além de abranger os códigos fundamentais de uma cultura que regem sua linguagem, percepção, técnica, valores, teorias e formas de ordem (CASTRO, 2009).

campo comparativamente mais amplo de análise em termos de investigação sobre práticas não-discursivas. Passou-se a compreender o saber em termos de estratégias e táticas de poder (CASTRO, 2009). Foucault, então, admitiu um deslocamento teórico em suas análises:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (FOUCAULT, 2010a, p. 229)

A fase genealógica de Foucault correspondeu àquelas obras dedicadas à análise das formas de exercício do poder (CASTRO, 2009), em que seu objetivo inicial era explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidades externas aos próprios saberes; neste sentido, estas condições relacionavam o saber aos poderes e a verdade (MACHADO, 2009). O saber, neste contexto, caracterizou-se como a peça-chave das relações de poder, e eram os poderes que explicavam a produção dos saberes na análise genealógica.

A Figura 01 esboçada a seguir demonstra de maneira didática a relação entre os elementos do poder, saber e verdade no projeto intelectual de Foucault, que devem ser interpretados a partir da perspectiva triangular. Como dito, o filósofo não se desvencilhou da questão do saber ou da verdade quando abordou as relações de poder, mas passou a analisar o saber e a verdade a partir do olhar do poder. Neste caso, por exemplo, o saber passou a ser interpretado como dotado de certas relações de poder.

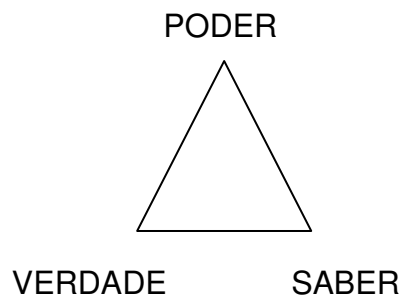


FIGURA 01 – O PROJETO INTELECTUAL DE FOUCAULT

FONTE: O autor (2013)

O método genealógico utilizado por Foucault recorreu a Nietzsche (1844-1900), mas de maneira crítica ao buscar reconstituir o sujeito moderno a partir da história. Para Foucault, (2008a, p. 264), fazer a genealogia nunca era partir em busca da origem, negligenciando todos os episódios da história, mas se deter nas meticulosidades e nos acasos dos começos recorrendo à pesquisa da história. Assim, a história genealógica dirigida não tinha por finalidade reencontrar as raízes da identidade do sujeito, mas reconhecer as continuidades e descontinuidades nas quais se enraizava o presente.

O projeto genealógico de análise da correlação entre saber-poder proposto por Foucault levou à problemática ético-política, que se desmembrou em três figuras analíticas: o poder disciplinar; o biopoder e a governamentalidade, que deveriam ser interpretadas como deslocamentos teóricos dentro de uma mesma perspectiva. Cabe destacar, como afirma Machado (2009, p. X), que não existia em Foucault uma teoria geral do poder, pois não há algo unitário e global chamado poder, mas sim formas e práticas díspares, heterogêneas. Não se deveria considerar o poder como um objeto, mas como uma prática histórica e social complexa.

2.3 A INSERÇÃO DA FIGURA DO ESTADO

Diferente das análises tradicionais propostas pela filosofia política, que limitam ao Estado sua investigação do poder, a análise genealógica foucaultiana produziu um importante deslocamento ao deixar de focar diretamente o papel do Estado nas relações existentes entre os micropoderes, já que os poderes não estão localizados em nenhum ponto da estrutura social, mas dissipados nela na forma de uma rede de dispositivos. Machado argumenta:

Não se tratava, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que se pretendia era se insurgir contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar. (MACHADO, 2009, p. XIII)

A análise foucaultiana sobre o Estado não propunha realizar uma teoria geral, mas focar sua relação com as instituições que consolidavam novas formas de poder

(prisão, escola, hospital, fábrica) na investigação da constituição do poder legítimo, e, ao mesmo tempo, na formação do indivíduo disciplinado para obedecer a partir de práticas governamentais específicas.

Foucault (2010c, p. 30) defendia que se deveria abandonar o modelo hobbesiano do Leviatã, uma representação artificial do homem que é autônomo, fabricado e unitário que contém dentro de si todos os indivíduos reais, cujo corpo é formado por cidadãos, mas cuja alma é a soberania. Ele argumentou:

É preciso estudar o poder fora do modelo do Leviatã, fora do campo delimitado pela soberania jurídica e pela instituição do Estado; trata-se de analisá-lo a partir das técnicas e táticas de dominação. Eis a linha metódica que, acho eu, devemos seguir [...]. (FOUCAULT, 2010c, p. 30).

O foco inicial da analítica de Foucault era os poderes disciplinares que auxiliam na constituição do indivíduo moderno, com ênfase nas forças que agem sobre o corpo desta entidade, como as coerções, os controles e as vigilâncias. A noção de Estado é inicialmente colocada em segundo plano pelo filósofo, afirmando que o aparato institucional formado pelos poderes disciplinares se localiza em uma esfera que ia além da tradicional centralização no aparato estatal. Entretanto, com o avanço de suas investigações, Foucault reinseriu a figura estatal como parte da institucionalização dos poderes disciplinares, além de mostrar que o poder apresenta características que podem ir além das repressivas e punitivas:

Não se explica inteiramente o poder quando se procura caracterizá-lo por sua função repressiva. O que lhe interessa basicamente não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho [...] e diminuição de sua capacidade de revolta, [...] isto é, tornar os homens dóceis politicamente [...]. (MACHADO, 2009, p. XVI)

Assim, de acordo com Machado (2009, p. XIX-XXI), o Estado desempenhava um papel centralizador no exercício do poder, tendo como alvo o homem individualizado, singularizado. A produção do sujeito como objeto do poder representa, ao mesmo tempo, o indivíduo como objeto do saber e da verdade, dando origem às ciências humanas. O saber produzido por elas emergiu como um dispositivo político, tornando todo ponto de exercício do poder um lugar de formação

do saber. Neste contexto, o elemento da verdade também era crucial para o poder na medida em que ela estabelecia os limites de direito do poder:

Como o discurso da verdade ou, pura e simplesmente, como a filosofia [...] podem fixar os limites de direito do poder? [...] Somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. (FOUCAULT, 2010c, p. 22)

Nas sociedades ocidentais, a relação estabelecida entre poder, verdade e saber se deu a partir da Idade Média a partir da concentração do poder jurídico na figura do soberano, na medida em que ele tomou em seu poder os direitos fundamentais. Na visão de Foucault, isto conduziu a um problema central do direito, gerando os direitos legítimos da soberania e a obrigação legal da obediência (FOUCAULT, 2010c, p. 23).

Esta mecânica de poder estabelecida na Idade Média sofreu mudanças substanciais a partir dos séculos XVII e XVIII com a inserção de uma nova forma de poder:

Ora, nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento – deveríamos dizer a invenção – de uma nova mecânica do poder, que tem procedimentos bem particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente e que, acho eu, é absolutamente incompatível com as relações de soberania. Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita. (FOUCAULT, 2010c, p. 31).

Na dinâmica de estratégia do poder no Ocidente durante os séculos XVII e XVIII, o estudo da figura do Estado passa a ser inevitável para a compreensão dos mecanismos de geração, manutenção e disseminação do poder. Foi neste momento que há a emergência do estudo do biopoder, que se constituiu pela entrada das características biológicas fundamentais da espécie humana em uma estratégia

política, ou seja, a estatização da vida biologicamente considerada. (FOUCAULT, 2008c).

A investigação do biopoder representou um deslocamento na analítica foucaultiana, em que houve a inserção definitiva da figura do Estado como um personagem relevante na aplicação e centralização dos poderes, que até então se localizavam nas microesferas institucionais, como é o caso da prisão, da escola, do hospital e da fábrica, por exemplo. Com ele, passou-se a estatizar a criação e disseminação dos poderes disciplinares sobre sujeitos que não eram mais considerados individualizados, mas eram concebidos em conjunto como uma população que gerava novas dinâmicas do exercício do poder.

Posteriormente, Foucault incluiu em sua analítica a fase dos estudos da governamentalidade, que representava um segundo deslocamento ao auxiliar no estudo da biopolítica por incluir as técnicas de governo, ou, como governar a população e reconstituir o papel do soberano com as noções modernas de liberdade e mercado proporcionadas pelo liberalismo econômico.

Neste escopo investigativo, coube a Foucault relacionar a genealogia das práticas governamentais dos séculos XVI ao XX com as articulações entre biopolítica e população, destacando as técnicas de governo praticadas no mercantilismo, liberalismo clássico e neoliberalismo e discutindo a gestão dos problemas da população no contexto liberal que emergiu a partir dos séculos XVIII e XIX (DUARTE, 2010).

Com o objetivo de introduzir de maneira acurada os deslocamentos teóricos foucaultianos da biopolítica e da governamentalidade, uma maior atenção nestes dois tópicos se faz necessária com ênfase para a emergência, desenvolvimento e continuidade de cada um deles. Primeiro será delimitada a fase de estudos biopolíticos, e, em um segundo momento, a governamentalidade ganhará o foco investigativo por seu papel complementar ao primeiro conceito. Por fim, uma análise conjunta dos dois termos e suas respectivas especificidades será aprofundada com o intuito de destacar a relevância da trajetória intelectual proposta por Foucault como um possível conjunto de ideias críticas que podem ser aplicadas diretamente ao pensamento proposto pela economia política clássica.

2.4 A BIOPOLÍTICA

Uma análise das condições de formação da biopolítica exige uma investigação sobre as relações de poder existentes entre o Estado, o soberano e a população a partir, por exemplo, das transformações econômicas sofridas principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII, em que os direitos e poderes do soberano em relação à população são reformulados (FOUCAULT, 2008c).

O rumo tomado pelas investigações foucaultianas acerca do papel do poder disciplinar na constituição do indivíduo moderno inevitavelmente reinseriu a figura do Estado e suas funções de condutor das políticas voltadas à população. Neste contexto, o objeto de análise deixava a esfera individual e passava a abranger a espécie humana de forma geral, agrupada na forma de populações.

A transição do indivíduo para a população como cristalização do sujeito político se deu especialmente ao longo do século XVIII, quando Foucault (2010d, p. 31) argumenta que uma das grandes novidades nas técnicas de poder foi o surgimento da *população*¹¹ como problema econômico e político. Neste momento, os governos perceberam que não deveriam lidar apenas com sujeitos e nem com um “povo”, mas com uma população que apresentava fenômenos e variáveis específicas: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, formas de alimentação e de *habitat*.

Ao longo da história da soberania, os séculos XV, XVI e início do XVII foram marcados¹² pelo privilégio do poder soberano de poder atuar diretamente sobre o direito de vida e morte dos indivíduos. Em casos de ameaça externa à sua posição, caberia ao soberano decretar a guerra e sacrificar a vida dos súditos pelo seu soberano; entretanto, se o próprio súdito se colocava contra ele, este deveria punir o transgressor com a morte (FOUCAULT, 2010d).

¹¹ Candioto (2011, p.83) ressalta que a população para Foucault não representa apenas o número de pessoas que constituem uma unidade geográfica, mas um grupo de indivíduos biologicamente definidos que demanda uma atuação específica por parte das políticas de gestão do Estado e de suas variadas instâncias.

¹² Este fato é notadamente exibido em obras clássicas da filosofia política, como a de Maquiavel (2010) e de Hobbes (1974). Maquiavel (2010, p. 12-18) ilustra este fato: o povo é uma massa homogênea e devota ao seu príncipe, não dispondo de interesses, desejos ou visões heterogêneas. Sendo assim, parte das funções do rei é retirar o poder do povo e apenas deixá-lo *viver* no reino, e, se necessário, puni-lo com a morte.

Contudo, a argumentação de Foucault (2010d, p. 148) destacou a assimetria de direitos existente nesta antiga relação de soberania: o soberano só exercia seu direito de decidir pela morte ou vida do indivíduo, não exercendo o direito de prezar pela manutenção da vida. Foi apenas no contexto da época clássica de meados do século XVII que ocorreram mudanças profundas nestes mecanismos de poder, passando do confisco da vida para os controles, vigilâncias e ordenações de caráter produtivo que implicavam em novas relações de poder (FOUCAULT, 2010d).

A principal consequência desta transição estrutural nas relações de poder implicou na emergência de um poder que prezava pela geração e manutenção da vida. A partir deste momento, Foucault (2010d, p. 149) afirmou que as guerras passaram a ser declaradas não mais em nome do soberano, mas da sobrevivência da população: os massacres se tornaram vitais. Ele ressalta:

O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio da estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população. (FOUCAULT, 2010d, p. 149-150).

Nesta dinâmica, a mudança no eixo das técnicas de poder que emergem a partir de meados do século XVII adquiriu dois pólos principais de acordo com a genealogia foucaultiana. A próxima subseção visa investigar ambos os pólos do biopoder descritos por Foucault, enfatizando a linha que emergiu tardiamente no século XVIII e que reconduziu as relações entre o soberano e a sociedade civil.

2.4.1 Os Dois Pólos do Biopoder

Com as transformações nos antigos mecanismos de poder, Foucault (2010d, p. 151-152) argumentou que os antigos “confiscos” – o direito de causar a morte ou de deixar viver pela apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e da vida – foram substituídos por ordenações, gestões e regulações, excluindo o direito do soberano sobre a morte para garanti-lo sobre a vida.

A nova constituição desta aplicação deste poder sobre a vida, o biopoder, estava baseada em dois pólos principais: um no século XVII, pela anátomo-política

do corpo humano individualizado por meio das disciplinas de adestramento e controle; e outro, em meados do século XVIII, pela biopolítica da população por meio da organização do poder sobre a vida e seus processos biológicos (nascimento, morte, proliferação, saúde) (FOUCAULT, 2010d). Ele argumenta:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*. (FOUCAULT, 2010d, p. 151-152; grifo original).

A divisão do biopoder em duas vertentes principais – anatômica e individualizante; biológica e especificante – tinha por finalidade o investimento sobre a vida em sua totalidade (FOUCAULT, 2010d). Após a consolidação de estruturas disciplinares, a posterior emergência da biopolítica surgiu para unir o elemento biológico dos sujeitos à política e economia, elevando a população à condição de sujeito político.

Foucault diferenciava as técnicas de poder advindas da disciplina e da biopolítica:

Ao que essa nova técnica de poder não disciplinar se aplica é – diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo – a vida dos homens, ou ainda, se vocês preferirem, ela se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo, ao homem ser vivo; no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie. Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2010c, p. 204)

A biopolítica também introduziu um novo grupo de saberes que auxiliam intensamente no controle e manutenção das vidas da população, como a estatística, a demografia e políticas de natalidade. Foucault (2010c, p. 204-205) reiterava que, com o conjunto de novos saberes adotados pelas práticas biopolíticas, buscava-se a instauração de mecanismos regulatórios que visavam manter um equilíbrio e uma estabilidade que compensassem as variações sofridas dentro da população em geral e de seu campo aleatório. Nesta instância, a soberania deixou de ser exercida sobre o território, e passou a atuar sobre o corpo dos indivíduos na forma da biopolítica (FOUCAULT, 2008c).

A argumentação foucaultiana ainda destacava (2010c, p. 210) que os dois conjuntos de mecanismos não estabeleciam suas condições de existência no mesmo nível. Não se buscava afirmar que ambos eram mutuamente excludentes e que não poderiam ser articulados uns com os outros, mas que as práticas disciplinares e as estratégias biopolíticas atuavam em campos de ação diferentes, sendo unidas por um único elemento que era o da normalização. Neste contexto, a norma pode atuar sobre o corpo individualizado e sobre a população, atuando com elementos específicos de poder diferentes (FOUCAULT, 2010c).

Uma vez que o direito de intervir tinha por fim produzir e melhorar a vida, ele também se deu por meio da eliminação de diversos fatores, como acidentes, aleatoriedade e deficiência. A tecnologia regulatória que passou a estabelecer este tipo de homeostase é a segurança, que protege a população de possíveis perigos internos que podem levá-la à morte (FOUCAULT, 2010c).

Sendo assim, o exercício do conjunto das técnicas de governo biopolíticas se efetivou por meio de regulações geradas por um aparato institucional estatal e subestatal (FOUCAULT, 2010c). Neste último, instituições médicas, seguradoras e fundos de bem-estar passaram a emergir a partir do século XIX, reforçando as práticas de geração e manutenção da vida conforme propostas pela racionalização da biopolítica.

Uma investigação acerca dos elementos que auxiliaram no controle e regulação da população como corpo biológico e político se fará necessária na medida em que estabelece novas interpretações sobre as relações de poder entre o Estado, suas instituições, a população e a sociedade civil. Ela está esboçada a seguir.

2.4.2 O Controle e a Regulação da População

Uma vez que a segurança se inseriu no centro do exercício das práticas de poder de cunho biopolítico, a argumentação foucaultiana buscava diferenciá-la da questão jurídica, que apresentava um conjunto de dispositivos baseados no sistema de códigos que visava delimitar binariamente o permitido e o proibido, e dos mecanismos disciplinares, que introduziu técnicas punitivas, diagnósticas, vigilantes e psicológicas (FOUCAULT, 2008c). Os dispositivos¹³ inaugurados pelo elemento da segurança se mostraram essencialmente distintos dos jurídicos e disciplinares por reavaliarem a função soberana clássica do Estado, dando a ele uma nova posição estratégica na produção, ampliação e disseminação das relações biopolíticas de poder.

Sobre os dispositivos de segurança, Foucault argumentou:

Dispositivo de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. (FOUCAULT, 2008c, p. 09).

Lazzarato (2008, p. 46) reiterou que os dispositivos de segurança tendiam a prevalecer no desenvolvimento do capitalismo e a auxiliar no nascimento da biopolítica com a aplicação de novas formas de controle pelo soberano. Sendo assim, a dinâmica do conjunto de dispositivos de segurança se inseriu no centro da crítica estabelecida por Foucault, consolidando estes elementos como o correlato da prática do poder sobre a vida.

Os dispositivos emergiam e se desenvolviam dentro de um *espaço de segurança*, em que a concepção de espaço é tomada a partir do exercício da soberania. Esta não se exerce apenas sobre um território ou sobre o corpo dos

¹³ Compreende-se por dispositivo uma rede de relações que pode ser estabelecida entre elementos heterogêneos que desempenham uma função estratégica no exercício do poder, nas práticas discursivas e não-discursivas e na produção do saber e da verdade. No caso específico dos dispositivos de segurança, estes atuam como correlatos das práticas biopolíticas, exercendo um conjunto de estratégias que interferem nos processos biológicos da população de maneira indireta (FOUCAULT, 2008b).

indivíduos, mas sobre uma multiplicidade de sujeitos sem deixar de lado a disciplina, que atuava de forma a organizar e individualizar esta multiplicidade de sujeitos.

Dentro da esfera da segurança o soberano passou a exercer suas ações sobre a natureza da espécie humana na busca de conciliá-la com a natureza no sentido físico, intervindo de acordo com o necessário, arquitetando, capitalizando o território e distribuindo a população da melhor forma possível. Diferente da disciplina, que atuava num espaço vazio, artificial, os dispositivos de segurança se apoiavam em dados materiais do corpo social para maximizar os elementos positivos e minimizar os negativos (FOUCAULT, 2008c). Foucault argumenta:

[...] Enquanto a soberania capitaliza um território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função dos acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vai ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. O espaço em que se desenrolam as séries de elementos aleatórios é, creio, mais ou menos o que chamamos de meio. (FOUCAULT, 2008c, p. 27)

Sendo assim Foucault (2008c, p. 28) definiu que o meio – assim como assumido na biologia – constituiu-se como o local de circulação e também o campo de intervenção sobre a população. Esta concepção consolidou a mudança estrutural da noção de soberano, já que seu relacionamento deixou de se dar com um conjunto de sujeitos de direito e passou a se fundar sobre a população que só se qualificava como tal quando se encontrava biologicamente ligada à materialidade dentro da qual existia.

Um dos principais objetivos dos dispositivos que atuavam sobre o espaço de segurança era buscar o *tratamento do aleatório*, que retratava a importância da aplicação dos dispositivos de segurança em problemas e situações estratégicas, como uma escassez alimentar. Em casos de crise como esta, as técnicas políticas utilizadas pelo soberano deveriam compor uma série de regulamentos e medidas econômicas para preveni-lo, como controle dos preços, produção e quantidades comercializadas (FOUCAULT, 2008c). Neste exemplo econômico, caberia aos teóricos da economia gerar dispositivos para combater a crise, que se

transformariam em dispositivos de segurança quando aplicados pelo soberano como técnicas de governo.

A tentativa por parte do soberano de regular e controlar o sistema, no caso, o econômico com a utilização dos dispositivos, evitando crises, em nada se assemelhava aos dispositivos praticados pela disciplina: ela era uma força centrípeta, concentradora; atuava de maneira isolada no espaço; era protecionista e não permitia o *laissez-faire*, baseando-se na dualidade permitido/proibido. Já os dispositivos de segurança eram forças centrífugas, amplas; atuavam de maneira integrada no espaço; e permitiam o *laissez-faire*, visto como indispensável à organização, e não se baseavam em dualidades, mas em regulações e reaprendizagens (FOUCAULT, 2008c).

Com o tratamento de eventos aleatórios, Foucault (2008c, p. 76) afirmou que a segurança tinha por objetivo final a *normalização*, concebida de maneira totalmente distinta da normalização disciplinar. Esta decompunha e individualizava a partir de um modelo ótimo construído em torno das pessoas, assumindo um caráter prescritivo. No caso dos dispositivos, a normalização foi feita pela regulação – como no caso da escassez alimentar, por exemplo – e pelos cálculos minuciosos relacionados à população, deixando de separar os normais e os anormais, e passando a levar em conta o conjunto populacional e suas características de vida (FOUCAULT, 2008c). A busca pela normalidade e constância da vida, portanto, passou a ser a força-motriz deste tipo de dispositivo.

Por fim, a articulação entre a *segurança* e a *população* enfatizava o modo de exercício da soberania quando inserido no contexto da população consolidada como o fim e o instrumento do governo. A noção dominante no século XVI do súdito obediente, animado pelo zelo e facilitador do poder absoluto do soberano, é substituída pela noção de população, pensada, em grande parte, pela economia política a partir das concepções fisiocráticas e liberais de população como uma coleção de indivíduos de direito, em que as vontades do soberano são submetidas apenas pelo intermédio das leis.

Dessa forma, a inserção da noção moderna de população representava o ingresso de uma natureza que fazia o soberano refletir sobre seus procedimentos; neste sentido, tinha-se um regime geral dos seres vivos associado a práticas refletidas e calculadas, agora, aplicadas à população considerada como uma “espécie humana” no sentido biológico (FOUCAULT, 2008c).

Assume-se que a biopolítica emergiu como uma nova forma de exercício das políticas estatais na medida em que busca racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população. Sendo assim, a prática da biopolítica estava intimamente relacionada às técnicas de governo posteriormente propostas por Foucault a partir da noção de governamentalidade, em que se redefiniu o real papel da população e da economia política dentro das mudanças sofridas pela arte de governar, que culminou na emergência de uma nova racionalidade governamental nos séculos XVII e XVIII.

Neste aspecto, uma investigação acerca dos princípios da governamentalidade como objeto de estudo será realizada, desde sua emergência dentro do projeto intelectual foucaultiano até sua cristalização na forma de um tipo específico de técnicas de governo assumidas com a emergência do liberalismo econômico no século XVIII.

2.5 A GOVERNAMENTALIDADE

A análise da governamentalidade estava inserida de maneira pontual nos estudos genealógicos de Foucault, e se refere ao objeto de estudo das maneiras de governar pelo exercício de um conjunto de técnicas de governo, como, por exemplo, a biopolítica.

Castro (2009, p. 190-191) argumenta que Foucault se utilizou de dois eixos da noção de governo e de duas ideias de governamentalidade ao longo de sua obra, uma no sentido de prática governamental e outra envolvendo a reflexão sobre a constituição do Estado moderno. A primeira enfatizava as *técnicas de governo*, ou o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitiram exercer uma forma de exercício do poder que tinha por objetivo principal a população e por instrumento técnico os dispositivos de segurança. Em um segundo momento a analítica se deslocou para a investigação da tendência que conduziu, no Ocidente, à emergência de um tipo de racionalidade que culminou na emergência do Estado moderno, a razão de Estado.

Seguindo a divisão mencionada por Castro, a emergência da tecnologia de governo como objeto da análise foucaultiana será exposta na subseção a seguir. Inicialmente se enfatizará as concepções de governo assumidas pelo filósofo, bem

como o nascimento da racionalidade governamental moderna a partir do poder pastoral, um modelo de condução dos homens vigente na época inicial do cristianismo. Em um segundo momento, a investigação aqui proposta focará especificamente um modelo estatal cujo conjunto de novas técnicas de governo foram praticadas entre o final do século XVI e início do XVIII: o Estado de polícia.

2.5.1 A Tecnologia de Governo como Objeto Analítico

Com a ampliação de seu escopo analítico, Foucault buscou avaliar de maneira ampla as diferentes racionalidades e técnicas de governo ao longo da história, seja esta forma de governo familiar, espiritual ou política. Não se intencionava arquitetar uma noção moderna de governo “estatizada”, mas desconstruí-la e substituí-la por um conceito flexível que pudesse permitir a genealogia das diferentes práticas de governo desde a Idade Antiga até a concepção moderna de Estado.

Foucault argumenta:

[...] vemos que o governador, as pessoas que governam, a prática do governo, por um lado, são práticas múltiplas, já que muita gente governa: o pai de família, o superior de um convento, o pedagogo, o professor em relação à criança ou ao discípulo; há portanto muitos governos em relação aos quais o do príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades. Por outro lado, todos esses governos são interiores à própria sociedade ou ao Estado. É no interior do Estado que o pai de família vai governar sua família, que o superior do convento vai governar seu convento, etc. Há, portanto, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas dessa atividade, que a opõem radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel. (FOUCAULT, 2008c, p. 124).

O filósofo defendia a pluralidade existente nas práticas de governo, rompendo com a concepção de governo aliada exclusivamente à figura do Estado. A forma de governo utilizada pelo soberano do Estado se insere dentro de uma série de práticas de governamentalização, que buscam aplicar técnicas e racionalidades diversas sobre o indivíduo ou a população de várias formas.

Ao assumir a noção de governo proposta por La Perrière¹⁴, o argumento foucaultiano (2008c, p. 128) segue com a premissa de que não se governava um território, mas os elementos vivos presentes dentro dele. Sendo assim, cabia ao governo se preocupar com os homens e suas relações e vínculos com as riquezas, os meios de subsistência, o território, suas fronteiras, seu clima, etc.

Com a ideia de que a governamentalidade incluía para dentro de si certos tipos de poderes determinados por distintos conjuntos de técnicas de governo instituídas em determinadas épocas históricas, a noção foucaultiana de governo partiu, cronologicamente, da Idade Média – séculos XIII, XIV e XV – para indicar duas divisões principais que levavam o sentido de governar como “conduzir” o povo: uma, que visava prover subsistência, e outra, de ordem moral, que buscava governar as almas no sentido espiritual (FOUCAULT, 2008c).

A gênese dos procedimentos de governo dos homens se localizou no *poder pastoral*, originário do Oriente nos povos egípcios, assírios e hebreus que relacionava, em uma metáfora, as interações do poder religioso entre o rei e o deus ao considerarem o soberano como um pastor, e os homens, seu rebanho. Cabia ao pastor estar a serviço do rebanho e agir como um intermediário ao prover-lhe zelo, alimentação e, principalmente, sua salvação.

Para Foucault (2008c, p. 196), a verdadeira concepção de pastorado como um modelo específico de aplicação do poder sobre os homens se iniciou com o cristianismo por volta do século III, declinando por volta do século XVIII. Isto porque ele foi capaz de gerar um dispositivo de poder por meio da institucionalização da Igreja e da consolidação do poder partindo da figura do pastor, e não do soberano, permeando, assim, por vários séculos sem ser efetivamente liquidado. Ele também não pode ser considerado um poder disciplinador nem um poder de Estado pelo fato de sua arte de governar se fundar no governo das almas, fornecendo autonomia e um poder globalizante ao pastor.

No século XVI não houve o desaparecimento do pastorado, mas uma reformulação da condução dos homens, passando ao domínio público do soberano na aquisição de tarefas que antes não eram cabidas a ele, gerando um problema de racionalidade governamental sobre o tipo de pensamento que deve ser utilizado

¹⁴ Guillaume de La Perrière, autor da obra *Le Miroir Politique* (1567) é considerado um dos símbolos da política da multiplicidade diante da perspectiva monolítica do governo, identificada com a soberania do príncipe (CANDIOTTO, 2010a). Ele foi citado por Foucault (2008c, p. 121) na figura de representante de uma filosofia política anti-Maquível.

para governar os homens. O que caracterizou o pensamento político dos séculos XVI e XVII foi, portanto, a definição de uma forma de governo que fosse específica ao exercício da soberania (FOUCAULT, 2008c).

Sendo assim, na *epistémê clássica*, entre os anos de 1580 e 1660, a forma de um governo pastoral de Deus sobre o mundo sofreu transformações significativas, gerando novas especificidades de governo próprias ao soberano e às suas relações com os súditos:

Pede-se ao soberano que faça mais do que exercer a soberania, pede-se a ele, ao fazer mais do que exercer sua pura e simples soberania, que faça algo diferente do que faz Deus em relação à natureza, do que faz o pastor em relação às suas ovelhas, do que faz o pai de família em relação aos seus filhos. Em suma, pede-se a ele um suplemento em relação à soberania, é algo diferente do pastorado, e esse algo que não tem modelo, que deve buscar seu modelo, é a arte de governar [...]. [Faz-se] da razão de Estado o tipo de racionalidade que vai possibilitar manter e conservar o Estado a partir do momento em que ele é fundado, em seu funcionamento cotidiano, em sua gestão de todos os dias. (FOUCAULT, 2008c, p. 317-318)

Com esta nova figura de soberania se buscava não uma noção ampla de governo dos homens segundo o antigo poder pastoral, mas um tipo de razão específica de governo que se atrelasse à figura do Estado.

Neste contexto, o Estado tomou um rumo diferente ao se deslocar do tema da religião e natureza e buscar uma nova racionalidade puramente governamental, fazendo desta razão o tipo de racionalidade que mantinha e conservava a própria entidade estatal, guiando as maneiras de agir do soberano. Trata-se, portanto, de identificar o que era necessário para o Estado existir e se manter em sua integridade. Foucault argumenta:

O desígnio de uma tal arte de governar é precisamente o de não reforçar o poder que um príncipe pode exercer sobre seu domínio. Seu objetivo é reforçar o próprio Estado. [...] Enfim, podemos ver que a razão de Estado no sentido de um governo racional capaz de aumentar a potência do Estado de acordo com ele próprio, passa pela constituição prévia de um certo tipo de saber. [...] Um saber concreto, preciso e medido reportando-se à potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado, está intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chamou *estatística* ou *aritmética* política – quer dizer, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Um tal conhecimento era indispensável ao bom governo. (FOUCAULT, 2010a, p. 376)

A razão de Estado que emergiu no final do século XVI e século XVII foi vista como uma técnica que agia seguindo regras definidas de uma arte de governar, cuja racionalidade provinha da própria natureza do Estado, seguindo seus próprios interesses e saberes políticos. Assim, houve o rompimento do Estado com a tradição clássica cristã, que exigia o ajuste do exercício do governo às leis divinas, naturais e humanas, passando para uma racionalidade cujo objetivo era aumentar a potência do Estado (CASTRO, 2009).

A racionalidade estatal foi desmembrada em duas doutrinas: a razão de Estado e a teoria da polícia. A primeira visava definir os métodos e os princípios do governo estatal que diferiam, por exemplo, das formas de governo existentes entre Deus e os homens ou entre o pai e seus filhos. A segunda buscou delimitar a natureza dos objetos da atividade racional do Estado, isto é, definir a natureza dos objetivos que a instituição estatal persegue e a forma geral dos instrumentos empregados (FOUCAULT, 2010a).

Neste cenário, a emergência o modelo do Estado de polícia¹⁵ significou, para Foucault (2010a, p. 377), um marco na reconstituição das técnicas de governo utilizadas pela nova razão de Estado com vistas ao seu território e população a partir do século XVII. A governamentalidade do tipo policial e seu conjunto de objetivos, domínios, técnicas e mecanismos será investigada na seção a seguir, de modo a delimitar mais precisamente a evolução teórica apresentada por Foucault ao longo de seus escritos sobre a governamentalidade.

2.5.2 Razão de Estado e Governamentalidade Policial

Com a crescente preocupação do soberano para com as maneiras de governar, deu-se início a uma razão de Estado específica. Castro-Gómez (2010, p. 111) afirma que não se tratava puramente de uma razão política, mas uma arte de governar dotada de uma *ratio* específica, uma forma de atuar, racionalizar e calcular inteiramente nova. Gerou-se, então, uma arte que estabeleceu racionalmente uma ordem, uma taxonomia das coisas que devem ser governadas.

¹⁵ De acordo com Schumpeter (1994, p. 159), a polícia, ou a *polizeiwissenschaft* se tornou uma prática comum na Alemanha e na Itália, principalmente no século XVIII, envolvendo os princípios de administração econômica e de polícia. Sua origem está na burocracia das carreiras do serviço público, em que, neste período, as práticas começaram a ser investigadas no âmbito teórico e prático, institucionalizando-as.

A evolução tomada pelas tecnologias de poder político chegou, ao fim do século XVII, com a caracterização que Foucault (2008c, p. 421) denominou de “polícia”¹⁶, no sentido de representar o cálculo e a técnica que possibilitou estabelecer relações entre o crescimento e a ordem do Estado dentro da nova razão governamental. Nela, a polícia vigiava não os homens como indivíduos, mas por suas relações e pela maneira como viviam e produziam, tornando o homem um objeto-alvo da polícia.

De acordo com Foucault:

Como forma de intervenção racional exercendo o poder político sobre os homens, o papel da polícia é de lhes dar um pequeno suplemento de vida; e, assim fazendo, de dar ao Estado um pouco mais de força. Isso se faz através do controle da “comunicação”, quer dizer, das atividades comuns dos indivíduos (trabalho, produção, troca, comodidades). (FOUCAULT, 2010a, p. 379)

Para Foucault (2010a, p. 380), as teorias presentes nos séculos XVII e XVIII sobre o domínio da polícia incluíam várias esferas da vida: a religião, a moralidade, a saúde, as provisões, as edificações públicas, a segurança pública, as artes, o comércio, as fábricas, os empregados domésticos e os pobres, velando todas as regulamentações da sociedade, e, de maneira geral, a vida e a felicidade dos homens, de forma que seu desenvolvimento também garantisse a potência do Estado ao consolidar a arte moderna de governar.

A partir desta razão de Estado, a população emergiu como uma das principais finalidades do Estado, mas ainda de forma precária nesta conjuntura instaurada no século XVII, em que a principal preocupação do soberano não era a “felicidade da população”, mas a riqueza e prosperidade do Estado, tornando a razão de Estado uma relação do Estado consigo mesmo em seus meios e fins (FOUCAULT, 2008c).

O pensamento acerca do funcionamento do Estado de polícia foi proposto inicialmente por Turquet no século XVII, que considerava a polícia como um conjunto de meios pelos quais é possível fazer que as forças do Estado cresçam (FOUCAULT, 2008c). Segundo a tese de Turquet, as principais funções da polícia a colocavam como reguladora e administradora, dirigindo o Estado ao mesmo tempo de maneira geral e particular, na medida em que deveria, também, cuidar dos

¹⁶ Segundo Smith (1978, p. 331), a palavra *polícia* (em inglês, *police*) é derivada do francês, mas de origem primária grega, e que indica, no inglês, o mesmo que *policy* ou *politicks* [sic].

homens a partir de suas relações, vidas e produção, enfatizando de maneira contínua a elevação da potência estatal (FOUCAULT, 2010a).

Foucault argumentou:

O que caracteriza o Estado de polícia é aquilo que lhe interessa [sic] é o que os homens fazem, é a sua atividade, é sua "ocupação". O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. [...] É a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado. (FOUCAULT, 2008c, p. 433)

Neste contexto, coube ao soberano tomar sob sua responsabilidade a ocupação dos homens, fazendo desta um elemento-chave da força do Estado. Criou-se uma utilidade estatal a partir das atividades humanas, em que a polícia se ocupou com a população e suas características: seu número absoluto, suas condições de saúde, suas atividades e a circulação de mercadorias provenientes de suas atividades (FOUCAULT, 2008c).

Sendo assim, governar passou a significar, a partir do século XVII, o desdobramento de um aparato de saber articulado a um aparato governamental. O ato de governar abandonou o fundamento essencialmente jurídico da soberania e se voltou para o conjunto de fenômenos próprios que deveriam ser regrados por um tipo de conhecimento específico, o *político* (CASTRO-GÓMEZ, 2010).

No início do século XVIII, com Delamare e Von Justi, a caracterização da polícia e suas funções foram remodeladas de forma a abranger um conjunto de leis e regulamentos que diziam respeito ao interior do Estado (FOUCAULT, 2008c). A arte de governar que se instaurou, portanto, deveria se ocupar com a felicidade dos homens e velar por todas as coisas que regulamentavam a sociedade e que influenciavam na vida dos homens, ou, como define Foucault (2010a, p. 381), "(...) cabe à polícia permitir aos homens sobreviver, viver, e fazer melhor ainda.", abrangendo áreas como a moral, a religião, o conforto do corpo e a riqueza.

Esta concepção de polícia do século XVIII ampliou, com Von Justi, o foco de suas políticas quando aplicadas não apenas sobre o indivíduo, mas sobre uma população. Uma vez que a polícia velava pelo conjunto vivo inserido no território, coube a ela preservar e ampliar a vida, a produtividade e a reprodução do povo com a finalidade de ampliar a força e opulência estatal (FOUCAULT, 2010a). Poderia-se

afirmar a partir desta perspectiva que, com as técnicas de governo policiais, o povo adquiriu um caráter de riqueza nacional, indo além de modelos tradicionais de soberania territorial.

Assim, cabe argumentar que a governamentalidade ampliou o escopo político-filosófico da investigação de Foucault. Uma vez que o estudo sobre o conjunto das técnicas de governo sobre os homens adquiriu relevância após a construção e consolidação do conceito de biopolítica, caberia uma análise crítica conjunta de ambos os deslocamentos teóricos no esforço de verificar como os dois elementos se complementam positivamente ou negativamente.

2.6 TENSÕES E DIÁLOGOS ENTRE OS DOIS CONCEITOS

Dadas as complexidades da analítica genealógica proposta por Foucault, uma leitura paralela, que intenciona visar a emergência dos conceitos de biopolítica e de governamentalidade em seu conjunto, será proposta nesta seção. De acordo com o projeto intelectual foucaultiano (2009b, p. 232), que visava compreender a constituição histórica do sujeito, e não apenas o poder de maneira isolada, não se poderia analisar os dois conceitos separadamente, sem uma investigação crítica com relação às possíveis conexões existentes entre a biopolítica e a governamentalidade.

Sendo assim, a primeira indagação a ser feita sobre a emergência da dinâmica do biopoder parte do dispositivo da sexualidade. O sexo, principalmente a partir do século XVIII, assumiu uma forte importância política e esteve presente na articulação entre os dois eixos do biopoder, nos quais se desenvolveu uma tecnologia específica de controle da vida (FOUCAULT, 2010d).

A entrada da sexualidade na instituição estatal e no centro das práticas médicas e biologizantes da vida trouxe, então, a motivação de um conceito específico que abrangesse o novo tipo de poder que emergira ao final do século XVIII. Neste sentido, o dispositivo da sexualidade se tornou apenas um dos vários centros das técnicas de governo de caráter biopolítico. Estas técnicas permearam também outras esferas da vida para além da questão da sexualidade: o nascimento, a reprodução, a produção, a longevidade e a morte.

Sánchez (2007, p. 10) ressaltou que a existência de uma forma de poder que tinha por objeto a população e suas forças vitais aparentava abrir novas

possibilidades de compreensão de fenômenos que pareciam ser deixados de lado pelos questionamentos da filosofia crítica de cunho marxista e da filosofia política centrada na figura do sujeito livre e autônomo.

A necessidade de compreender o biopoder em sua totalidade e amplitude exigia, também, um entendimento sobre o papel do Estado como uma das várias instituições condutoras das práticas biopolíticas. Entretanto, para Lemke (2011b, p. 10), Foucault abandonou o modelo jurídico de Estado por situá-lo fora ou além da esfera de conflitos particulares, sendo este capaz apenas de proporcionar um ponto de vista que parte da legitimidade.

Não se intencionou eliminar ou reduzir a figura decisiva do soberano, mas, ao contrário, reconhecer os mecanismos reais pelos quais um novo tipo de saber, ou ainda, uma nova forma de discurso e de poderes atuaram de maneira distinta com relação ao paradigma jurídico, enfatizando os seus elementos funcionais (ESPOSITO, 2008).

Outra perspectiva colocada por Lemke (2011b, p. 42) defendia que, conforme houve um amadurecimento nas pesquisas de Foucault a respeito da noção de governo, Estado e poder, passou-se a se discutir a questão da biopolítica em uma moldura teórica diferente da proposta inicialmente pelo filósofo. Esta vai além dos processos de disciplina e de regulação dos corpos; a biopolítica passou a se referir, também, aos processos de subjetivação e de formação do Estado moderno.

Nas palavras do próprio Foucault:

Quis estudar a arte de governar, isto é, a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar. Ou seja, procurei apreender a instância da reflexão *na* prática de governo e *sobre* a prática de governo. Em certo sentido, se vocês quiserem, o que eu quis estudar foi a consciência de si do governo. [...] Gostaria de tentar determinar a maneira como se estabeleceu o domínio da prática de governo, seus diferentes objetos, suas regras gerais, seus objetivos de conjunto a fim de governar da melhor maneira possível. Em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política (FOUCAULT, 2008b, p. 04; grifo original).

Estudar e refletir sobre o domínio do Estado e, por consequência, sobre as práticas governamentais que envolviam a condução da biopolítica, passou a guiar as investigações foucaultianas. Os resultados, afirma Esposito (2008, p. 28), foram dois: por um lado, todas as práticas políticas colocadas em ação pelos governos tinham como meta principal a vida e seus processos, suas necessidades, suas

descontinuidades; por outro, a vida entrou no jogo das relações de poder não apenas por seus limiares críticos ou exceções patológicas, mas em toda sua extensão, articulação e duração.

O exercício da biopolítica exigia, portanto, uma intensa atuação por parte da instituição estatal no que tange ao amplo domínio da vida na modernidade. Contudo, se a biopolítica era, para Foucault (2010d, p. 156-158) intrinsecamente incompatível com o exercício tradicional da soberania, Esposito (2008, p. 34-35) argumenta que isto vai além da simples proteção à vida, atingindo, de fato, a produção em massa da vida.

Sob esta perspectiva, os aparatos disciplinares e os dispositivos de segurança elevaram as técnicas de aplicação do poder ao patamar da *subjetivação*, *imanência* e da *produção*. Estas, quando conectadas entre si, indicam três ramificações genealógicas em cujo interior o código biopolítico nasceu e se desenvolveu na forma da governamentalidade (ESPOSITO, 2008).

A partir do momento em que os dispositivos de segurança emergiram como correlatos da prática biopolítica, surgiu também a necessidade de se compreender *como* o exercício destes se articulava dentro da prática do Estado moderno. É neste contexto que a noção de governamentalidade surgiu para definir o conjunto formado pelas técnicas de governo da ação do governo sobre a população, indicando um diálogo construtivo entre os dois conceitos teóricos.

Isto, ao lado da ampliação da noção governamental na genealogia foucaultiana, não focava mais apenas as técnicas de governo do tipo biopolítico, mas outras articulações que passaram, por exemplo, pelo poder pastoral da Antiguidade e pela ciência da polícia dos séculos XVI e XVII. Este fato sugere um ponto de tensão entre as diferentes análises dos dois conceitos, já que a biopolítica se mostrou insuficiente na investigação da trajetória das práticas de governo para além do Estado moderno do século XVIII.

O contexto do surgimento do termo *governamentalidade* foi proposto originalmente por Foucault em sua aula de 1º de fevereiro de 1978 no curso *Segurança, Território, População* (2008c). Seu contexto de emergência partiu da necessidade de o filósofo analisar a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos se dava em um contexto e por meio do exercício do poder soberano (FOUCAULT, 2008c). No entanto, Duarte (2010, p. 235-236) destacou que, por meio do conceito de governamentalidade, Foucault encontrou uma terminologia adequada

sem recorrer a qualquer conceito de Estado que pressupõe a existência de uma estrutura política institucionalizada e hierarquizada.

Foi na investigação sobre a governamentalidade que Foucault passou a dar atenção à evolução das escolas de pensamento econômico, principalmente da mercantilista à neoliberal, passando pela fisiocracia e pela economia política liberal clássica. Para Foucault (2008c, p. 126), “governar” também significava para o soberano introduzir a economia e sua maneira de administrar as riquezas, os bens, os indivíduos e os interesses ao nível da prática de Estado. Ou seja, não se poderia dissociar a prática de governo da prática econômica.

Entretanto, mesmo que tenha existido um diálogo produtivo entre a biopolítica e a governamentalidade, suas relações específicas com as ideias propostas pelos economistas políticos clássicos ainda permanecem limitadas. É sob este aspecto que o presente trabalho buscará levar as relações entre Foucault e os clássicos econômicos a um novo patamar, realizando, de fato, uma genealogia foucaultiana específica da economia política clássica.

Algumas considerações finais sobre este capítulo são delimitadas a seguir, com ênfase para as principais motivações teóricas, argumentos e reflexões sobre os conceitos apresentados por Foucault, bem como sob quais condições suas contribuições podem ser associadas ao pensamento econômico dos séculos XVIII e XIX.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

O capítulo buscou introduzir a fase de estudos foucaultianos denominada *genealogia do poder*, destacando a trajetória intelectual do filósofo com relação à emergência da temática dos poderes, a introdução da figura estatal e o desenvolvimento de dois conceitos-chave: a biopolítica e a governamentalidade. Ainda, uma breve discussão a respeito da emergência destes conceitos, suas peculiaridades e possíveis complementaridades foi realizada no esforço de buscar novas compatibilidades entre ambos, analisando-os não isoladamente, mas pertencentes a uma esfera global que foi o projeto intelectual de Foucault.

O recorte feito ao longo deste capítulo teve por objetivo explorar as potencialidades da filosofia política foucaultiana para uma posterior interpretação crítica com foco para a economia política clássica. Neste contexto, a genealogia dos

poderes, do próprio Estado e das diferentes formas de governo ao longo da história possibilitou uma ampliação de conceitos já enraizados e novas interpretações sobre o aparato institucional que circunda a realidade moderna.

A questão iniciada pelo biopoder a partir da sexualidade trouxe à tona as duas polaridades deste poder sobre a vida, que conseguia atuar tanto sobre o corpo individualizado quanto sobre a coletividade biológica e social cristalizada na forma da população. A partir do momento em que Foucault argumentou sobre a prática da biopolítica na forma dos dispositivos de segurança, o autor conseguiu mostrar como este tipo de poder difere da disciplina por meio da *permissão*, da *normalização* e da *liberdade controlada* dentro de um ambiente de segurança.

A emergência da aplicação da biopolítica conduziu a uma segunda problemática: como pensar as técnicas e as estratégias de governo para além do modelo estatal moderno dos séculos XVIII e XIX. Neste contexto, uma investigação sobre a governamentalidade passou a ser necessária por sua contribuição no pensar do governo dos homens como “condução” tanto na Antiguidade quanto na contemporaneidade, em que a consolidação do neoliberalismo rejeita certos pressupostos do modelo tradicional de Estado interventor. Pensar os meios técnicos aplicados em diferentes épocas da história tinha o intuito de analisar as relações entre o governo (seja ele o Estado, o pastor, o pai de família, etc.) e o sujeito na forma coletiva ou individualizada.

Sendo assim, as questões que permeiam as relações entre o Estado, a economia política, a população e a sociedade civil podem ser pensadas a partir da genealogia dos poderes de Foucault. O desenvolvimento de um saber estratégico como o da economia política se tornou, na modernidade, um dos núcleos da governamentalidade, e, de maneira mais específica, da biopolítica, em que novas técnicas de governo se desenvolvem a partir do pensamento econômico. Estas técnicas adquiriram, em alguma medida, um caráter biopolítico por terem como um de seus objetivos principais o bem-estar e a normalização da população a partir da condução de políticas econômicas.

A necessidade de uma *genealogia da economia política* baseada nos fundamentos foucaultianos parte, então, da entrada do discurso e das práticas econômicas propostas pelos pensadores liberais clássicos na dinâmica de poder inaugurada pelas técnicas de governo, principalmente biopolíticas.

Se houve uma evolução da governamentalidade policial para uma nova estratégia de governo cujos princípios básicos envolviam a regulação de uma população em um ambiente de liberdade controlada, esta pode ser compreendida a partir da transição do pensamento econômico a partir do século XVIII. Neste período, deu-se lugar a uma nova dinâmica de interesses econômicos individuais e coletivos e a um conjunto de políticas que visavam à manutenção do bem-estar biológico e social da população, reconfigurando o antigo papel do soberano segundo a problemática de Foucault com relação à emergência do biopoder.

A investigação genealógica proposta neste trabalho tem por objetivo, portanto, retornar às origens do pensamento econômico clássico – o mercantilismo e a fisiocracia – no esforço de compreender a meticulosa trajetória das ideias econômicas e suas rupturas, crises e continuidades, para em seguida focar a racionalidade introduzida pela emergência da economia política clássica nos séculos XVIII e XIX. Este retorno histórico, segundo a metodologia proposta por Foucault, visava analisar os discursos e as práticas econômicas na formação de novas formas de relações de poder situadas no presente, buscando a verdade na própria história.

Uma análise crítica sobre as contribuições de Foucault para repensar o discurso da economia política em termos de práticas e estratégia de poder requer, inevitavelmente, um resgate da história das ideias econômicas dos principais autores clássicos. Isto se dá pelo fato de que a trajetória da evolução do pensamento econômico influenciou diretamente no modo como as técnicas de governo são elaboradas, racionalizadas e postas em prática pela entidade estatal.

Assim, o capítulo seguinte apresentará as principais ideias fornecidas pelos economistas políticos dos séculos XVIII e XIX, além de ilustrar a conjuntura econômica, política e social em voga nestes períodos. Dentro do projeto deste trabalho, compreender a trajetória destes argumentos é essencial para entender o início de uma governamentalidade moderna de cunho biopolítico cujo principal responsável é a racionalidade econômica e seus pressupostos de liberdade de mercado, bem-estar e desenvolvimento econômico.

3 REFLEXÕES SOBRE A EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Este capítulo tem dois objetivos principais: investigar as principais condições econômicas, políticas e sociais que levaram ao nascimento da economia política clássica como força intelectual e à consolidação da doutrina liberal; pesquisar como economistas políticos pensaram tais condições. Isto tem por finalidade compreender a mudança estrutural da pauta de preocupações do Estado com a coletividade da nação, bem como o papel da economia política no pensar as mudanças proporcionadas pela realidade econômica e na proposta de aprimoramento de novas técnicas governamentais.

Sob esta perspectiva, a análise enfatizará as ideias dos principais intelectuais referenciados na história do pensamento econômico clássico que são aqui considerados relevantes para a investigação: Adam Smith (1723-1790), David Hume (1711-1776) e Adam Ferguson (1723-1816), pertencentes à primeira geração de economistas políticos no século XVIII, cujos escritos foram fortemente influenciados pela doutrina fisiocrática; Thomas Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823), membros de uma segunda geração e principais ícones em meados do século XIX.

A separação dos economistas políticos em duas gerações tem por intuito compreender suas principais influências à luz de sua época, em especial os diversos fatores conjunturais econômicos, políticos e sociais que tomaram a pauta de suas discussões sobre a figura governamental e os elementos que envolviam a coletividade (moeda, mercado e trabalho).

O capítulo seguirá com a introdução do regime mercantil como um sistema dominante até sua substituição pela doutrina fisiocrática no início do século XVIII, sendo definitivamente criticado pelo liberalismo clássico que se instaura com a emergência da economia política. Um enfoque especial na concepção da fisiocracia como crítica ao mercantilismo será ressaltado, introduzindo os aspectos fundamentais desta doutrina que influenciaram os economistas políticos do Iluminismo escocês.

Em um segundo momento, a transição para a segunda geração de economistas tomará rumo junto a uma análise conjuntural com base na obra de Mokyr (2009) que abordará os efeitos da Primeira Revolução Industrial (de aqui em diante denominada PRI). Neste momento, serão enfatizadas as consequências da

PRI no que diz respeito ao tratamento dado pelo Estado com relação à população, fato este que pautará as discussões conduzidas principalmente por Malthus e Ricardo.

3.1 A CRÍTICA AO SISTEMA MERCANTIL E A EMERGÊNCIA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Ao assumir o mercantilismo como um sistema de poder, Heckscher (1943, p. 461) justifica que a existência da prática mercantil é voltada para a razão de Estado; neste caso, a do direito do Estado de exigir que seus interesses sejam atendidos antes de tudo. Assim, a aspiração mercantilista nada mais buscava do que colocar as relações econômicas a serviço do fortalecimento interno da figura estatal, deixando de lado, por exemplo, as preocupações com os súditos que não tivessem o fim de promover o acréscimo de bem-estar em todo o país e, conseqüentemente, fomentar o poder estatal. Seguindo este raciocínio de que o Estado é um ente único e superior na hierarquia político-social cujo objetivo é priorizar seus interesses, Heckscher argumenta:

É inquestionável que o Estado tenha que estar movido por *um* interesse superior a todos os demais e que condicione todas suas outras atividades. Pois bem, o que, segundo a concepção moderna, distingue o Estado de todos os outros demais organismos sociais é o fato de ele ser, por sua essência, uma corporação coercitiva ou, ao menos, a corporação chamada para decidir em última instância sobre o emprego da força no seio da sociedade. [...] A *raison d'état*, a razão de Estado [...] não é senão o direito do Estado de exigir que seu interesse de poder se sobreponha a todos os outros considerados. (HECKSCHER, 1943, p. 461; grifo original, tradução nossa).

A aplicação das políticas de poder utilizadas pelo mercantilismo estava baseada essencialmente em dois meios: projetar, de antemão, a economia acerca dos objetivos específicos impostos pelo poder político; e criar um receptor de recursos econômicos que sustentasse as políticas de poder durante seu planejamento e aplicação. A projeção destes meios se concretizava na orientação prévia da oferta e, também, na formação de reservas, alterando o nível de preços e estimulando as exportações ou importações de maneira a elevar a prosperidade econômica e garantir a potência do Estado (HECKSCHER, 1943).

Uma visão de homem que exalta o valor absoluto do Estado e da riqueza é o que define a doutrina mercantilista segundo Denis (1993, p. 96-97), na qual o

elemento da riqueza vai além dos princípios puramente econômicos e o insere como um fim da vida social. Não se busca atacar frontalmente a ideia da primazia do Estado, mas harmonizá-la, dentro do princípio das *harmonias econômicas*¹⁷, junto à concepção de riqueza privada. Neste sistema, ainda segundo Denis (1993, p. 108-109), prevalecem duas teses principais: o *populacionismo*, que defende o aumento da população como caminho para a captação de maiores lucros uma vez que este aumento populacional facilitaria a obtenção de mão-de-obra e desenvolveria a indústria e o comércio exportador; e o *monetarismo*, que almeja uma circulação de massa monetária significativa junto à circulação comercial.

No entanto, Adam Smith (2003, p. 533) destaca que a dupla função que cumpre o dinheiro, como instrumento de comércio e medida de valor, deu lugar a uma interpretação errônea por parte dos mercantilistas ao confundirem a riqueza com dinheiro¹⁸. Junto a isso, a política dominante de manter uma balança comercial favorável propagava as tendências protecionistas do comércio, o que indicava, para Smith, um grande sistema conspiratório em nome de mestres manufactureiros e mercadores nacionais na tentativa de irem contra o benefício público da população, característico de uma *sociedade de captura de renda*¹⁹ (MAGNUSSON, 2009a).

Além do fortalecimento dos recursos econômicos nacionais, outra estratégia também comumente praticada pelos Estados mercantilistas consistia em debilitar economicamente outros países, conforme pautado por Smith (2003, p. 616). Para ele, artifícios como monopólios, subsídios e tratados comerciais apenas refletiam o interesse das nações em empobrecer todos os seus vizinhos, tornando o comércio uma fonte de discórdia e animosidade, e indo contra os interesses da população,

¹⁷ Segundo Denis (1993, p. 107), esta teoria das harmonias econômicas poderia ser resumida ao se afirmar, por exemplo, que o desenvolvimento da indústria e das exportações, que é, para os mercadores, o *fim* a ser atingido, é, ao mesmo tempo, o *meio* para o Estado atingir o seu próprio fim: a abundância em homens e em dinheiro; enquanto, reciprocamente, a abundância em homens e em dinheiro – o *fim* para o Estado – é o *meio* que permite desenvolver a indústria e o comércio, isto é, o meio que permite aos mercadores atingirem o seu próprio fim.

¹⁸ A visão de Adam Smith sobre a concepção mercantilista de riqueza é amplamente debatida e criticada. Magnusson (2009a, p. 49) afirma que Smith e seus seguidores auxiliaram a fomentar a ideia de que os mercantilistas possuíam uma visão limitada em certos aspectos. O que Magnusson (2009a, p. 52-53) destaca, contudo, é o fato de que, ao contrário do que Smith advocava, os mercantilistas já apresentavam noções bem delimitadas com relação às noções de *tesouro* (metais preciosos, especificamente) e *riqueza* (noção ampla, ligada à prosperidade nacional).

¹⁹ Uma sociedade de captura de renda, ou *rent-seeking society* é uma expressão utilizada por Magnusson (2009a, p. 47) e Mokyr (2009, p. 392) para caracterizar a sociedade mercantilista, em que diversos grupos de poder se utilizavam da máquina estatal visando atender aos seus próprios interesses.

negligenciando-os (SMITH, 2003). Para Heckscher (1943, p. 489-491), a população no mercantilismo era pensada a partir de questões meramente econômicas sobre como aumentá-la, dar-lhe aptidões úteis e pagar-lhe baixos salários, visando apenas bons resultados econômicos refletidos pela balança comercial. Sobre isso, o autor argumenta:

Não se pensava nem remotamente, sem dúvida, que os homens e seu bem-estar fossem considerados como fins em si; eram, simplesmente, meios para os próprios fins do Estado. [...] O homem não tinha, dentro daquele sistema, outro papel exceto o de instrumento ao serviço dos fins econômicos. Fins que, por sua vez, poderiam ser encontrados subordinados ao interesse do poder. À base de uma grande população e de salários baixos, tratava-se de conseguir um grande remanescente de produtos do trabalho para a exportação e um grande superávit na importação de dinheiro e metais preciosos, e esta tendência acabou por se converter também em parte integrante da política de poder dos Estados. (HECKSCHER, 1943, p. 489 e 491, tradução nossa).

A figura da população exercia dentro do sistema mercantil um papel estratégico na política de poder do Estado; incrementar a população em termos numéricos e torná-la obediente ao seu soberano, constituindo a figura coletiva de povo, era seu principal objetivo e meio para enaltecer a centralidade estatal. Deve-se considerar o mercantilismo, portanto, como um sistema econômico do nacionalismo (HECKSCHER, 1943).

A ascensão de uma nova forma de pensar a realidade econômica, cujas ideias reiteravam a naturalidade sistemática dos processos econômicos, tornou-se presente no final do século XVII, quando o mercantilismo já demonstrava sinais de esgotamento e de incapacidade de gerir a economia. Segundo Mokyr (2009, p. 05-06 e 30), mudanças conjunturais, como o aumento nas inovações tecnológicas, no comércio, na produção de alimentos e na produtividade do trabalho em si aliaram-se aos pressupostos do Iluminismo na virada do século XVIII, culminando em mudanças institucionais, culturais e morais significativas, como o surgimento da defesa do autointeresse e do princípio de naturalidade dos mercados.

Sob esta perspectiva, o pensamento econômico evoluiu em direção a ideia da “ordem natural das relações econômicas”, postulada essencialmente pela doutrina fisiocrática, caracterizada por ser um sistema econômico baseado na produção agrícola e na liberdade comercial. Para Brewer (2009, p. 85), a tentativa fisiocrata de inserir os princípios da natureza na mecânica social dá lugar a uma esfera autônoma

dos fenômenos econômicos, em que, por exemplo, as taxas de juros e os fluxos monetários não dependerão mais apenas de medidas governamentais, mas das forças naturais possibilitadas pela oferta, demanda e comércio. Ou seja, com a ordem natural, tem-se o rumo certo dado pelo interesse social que auxiliará, também, nas escolhas individuais por parte dos governados (VINER, 1991).

Com os fisiocratas, as noções de “ordem natural” e de “governo econômico” se consolidarão ao serem reconduzidas as técnicas de governo para com a população, em que esta toma para si características distintas da concepção mercantilista. A figura do “governo econômico” é inicialmente abordada por François Quesnay (1694-1774):

The state of the population and of the employment of men is therefore the principal matter of concern in the economic government of states, for the fertility of the soil, the market value of the products, and the proper employment of monetary wealth are the results of the labor and industry of men. These are the four sources of abundance, which co-operate in bringing about their own mutual expansion. But they can be maintained only through the proper management of the general administration of *men and products*; *a situation in which monetary wealth is valueless* is a clear evidence of some unsoundness in government policy, or oppression, and of a nation's decline. (QUESNAY, 1958, p. 512, *apud* STEINER, 2009, p. 63-64; grifo original).

A fisiocracia mescla ideais baseados tanto na “ordem natural” do homem, conforme proposto inicialmente pela doutrina escolástica, quanto na tese hobbesiana de centralização dos poderes na figura do soberano, que deve monopolizá-lo para minimizar seu uso somente para propósitos legítimos (VINER, 1991). A união destes ideais é refletida na obra de Quesnay, que defende um melhor aproveitamento dos recursos provenientes da natureza e uma maior liberdade no que diz respeito ao comércio e às relações econômicas em geral, sendo considerado o precursor do *laissez-faire* por destacar o papel dos interesses individuais nos benefícios gerados pela atividade econômica (SCHUMPETER, 1994).

Com a evolução da fisiocracia para a economia política, o pensamento liberal clássico emergente em meados do século XVIII se coloca de maneira diferente do olhar fisiocrático, que considera, por exemplo, a população como representação do grau de sucesso econômico do Estado²⁰. Para os liberais, a população é um

²⁰ A abordagem realizada por William Petty (1623-1687) abre novas fronteiras no que tange à análise econômica da população ao se utilizar de uma “aritmética política” que visava embasar

elemento endógeno ao sistema econômico, em que o aumento da renda de uma determinada economia levará, necessariamente, ao aumento da população.

Indo mais além na escala evolutiva da história das ideias econômicas, pode-se afirmar que a consolidação da economia política representa um refinamento analítico e científico dos problemas já postulados pela fisiocracia; há uma crescente preocupação com tópicos já discutidos, como a moeda, o comércio, a produção agrícola, as taxas de juros, os salários e os preços. Smith, Hume e, em menor escala, Adam Ferguson, são intelectuais iluministas escoceses que partilhavam de influências fisiocráticas, porém com novos argumentos no que diz respeito, por exemplo, à defesa do livre-comércio, da dinâmica do autointeresse e da relevância da sociedade civil na política nacional. Cabe argumentar que para Brewer (2009, p. 78), o pensamento econômico do Iluminismo escocês priorizava os problemas econômicos a partir de uma visão mais ampla em termos éticos e históricos em detrimento de assuntos que englobavam políticas econômicas imediatas.

Neste aspecto, teses sobre a defesa das liberdades individuais e do autointeresse se tornaram uma característica marcante da economia política clássica e, mais especificamente, da filosofia liberal. Busca-se reconstruir o papel do homem em uma sociedade que rejeita o absolutismo, valoriza a razão, os costumes, as paixões e os valores morais individuais, e proporciona um padrão único de pensar e agir no meio econômico e social sem depender exclusivamente das imposições feitas pelo governante.

3.2 A ECONOMIA POLÍTICA DO ILUMINISMO ESCOCÊS: A PRIMEIRA GERAÇÃO

O projeto do Iluminismo era constituído basicamente por duas partes: uma política, que criaria uma sociedade melhor, e uma filosófica, interessada em substituir a religião pelo pensamento racional e pela compreensão da natureza. Um terceiro projeto posterior incorporou, também, a economia e as preocupações com a produção da riqueza e do bem-estar (RORTY *apud* MOKYR, 2009).

empiricamente políticas recomendadas ao tratamento do Estado para com a população. Nelas, Petty destacava a população como um importante recurso econômico a ser preservado pelo soberano, em que o crescimento econômico de um Estado dependia, essencialmente, do aumento das taxas de natalidade e da redução das taxas de mortalidade (BREWER, 2009).

Dadas as influências sobre os intelectuais escoceses – Smith, Hume e Ferguson – e a grande relevância de seu pensamento e de suas contribuições para a formação do Iluminismo britânico, Mokyr afirma:

The Scottish Enlightenment provided a deeper philosophical and scientific rationale for economic and social progress and the idea of a civil society. However, the Scottish Enlightenment, too, had a strong commitment to economic progress through political economy and the application of useful knowledge that could be incorporated into a Baconian program. (MOKYR, 2009, p. 37).

Neste sentido, a contribuição feita pelo Iluminismo inglês²¹ com relação às ideias econômicas postuladas pelos escoceses é surpreendentemente pequena se comparada ao Iluminismo francês²², que por meio da fisiocracia influenciou os pensadores escoceses com suas preocupações sobre o comércio, a moeda e a liberdade natural (BREWER, 2009).

As considerações dos economistas políticos escoceses sobre a natureza humana, o Estado e as relações econômicas serão discutidas a seguir.

3.2.1 A Natureza Humana e o Autointeresse

A defesa da liberdade intrínseca ao homem e de seus interesses é uma característica nata do ideal liberal que emerge com os preceitos do Iluminismo. Neste cenário, caberá ao indivíduo combinar seus próprios interesses junto aos valores morais, às regras da justiça e às determinações sociais, criando um sujeito que não está inteiramente subordinado à vontade do soberano.

Esta característica marcante da filosofia liberal busca reconstruir o papel do homem em uma sociedade que rejeita o absolutismo, valoriza a razão, os costumes, as paixões e os valores morais individuais, e proporciona um padrão único de pensar e agir no meio econômico e social sem depender exclusivamente das imposições feitas pelo governante.

Ao focar o indivíduo a partir de seu senso moral, Hume analisa as combinações entre as paixões e a razão e de que maneira elas despertam e

²¹ Refere-se aos autores que seguiram a tradição de Francis Bacon (1561-1626), como John Locke (1632-1704) e Isaac Newton (1643-1727).

²² O Iluminismo francês se refere a pensadores como Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784) e D'Alembert (1717-1783).

incentivam a busca pelos desejos quando associadas à moral. O autor destaca os instintos humanos como os responsáveis por guiarem os indivíduos em direção aos seus interesses; não levados apenas pela razão, como no processo cognitivo, mas pelas paixões ao assumir, segundo Norton (1993, p. 12), a concepção platônica de que as paixões são caracterizadas como irracionais e inexplicáveis. Hume afirma:

A razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas. [...] É impossível haver uma oposição ou contradição entre a paixão e a verdade ou a razão; pois tal contradição consiste na discordância entre certas ideias, consideradas como cópias, e os objetos que elas representam. [...] Uma paixão tem de ser acompanhada de algum juízo falso para ser contrária à razão; e mesmo então, não é propriamente a paixão que é contrária à razão, mas o juízo. (HUME, 2009, p. 451 e 452)

A submissão da razão às paixões é aplicada no caso da influência desta sobre as vontades do indivíduo, em que não é descartado o papel da razão no discernimento; pelo contrário, ela auxilia no julgamento de juízos falsos e se aplica mais facilmente nas indagações filosóficas que não produzem emoções sensíveis diretas (HUME, 2009).

Neste contexto, o próprio interesse se constitui em uma paixão, mas frequentemente ele pode não estar relacionado ao egoísmo (GRUENE E MCCLENNEN, 2003). Rawls (2005) e Skinner (1993) desconsideram a visão de Hume como apelativa ao hedonismo e ao egoísmo pelo fato do autor associar os valores morais, como a simpatia e a razão, às decisões tomadas pelo indivíduo. O indivíduo, portanto, age de acordo com suas paixões ao valorizar seus prazeres, mas pode, na mesma proporção, manter a ordem social e estabelecer a justiça quando os interesses próprios se convergem com o interesse público. Rawls e Hume argumentam:

Em uma sociedade grande, nem sempre a obrigação natural nos move; podemos ser tentados a trapacear quando pudermos evitar o castigo, e podemos perder de vista nosso interesse em sustentar as convenções existentes. Mas mesmo assim, jamais deixamos de perceber a injúria para conosco produzida pela injustiça alheia; e não importa o quão distantes essas pessoas estiverem longe de nós, sua injustiça ainda nos desagradará. [...] Esse desagrado com relação à injustiça, diz Hume, origina-se da simpatia. (RAWLS, 2005, p. 79)

Assim, o interesse próprio é o motivo original para o estabelecimento da justiça, mas uma simpatia com o interesse público é a fonte da aprovação moral que acompanha essa virtude. Este último princípio, da simpatia, é

fraco demais para controlar nossas paixões; mas tem força suficiente para influenciar nosso gosto, e para nos dar os sentimentos de aprovação ou de condenação. (HUME, 2009, p. 540)

Isso se relaciona ao fato de que, quando o interesse que rege os indivíduos é submetido a uma institucionalização, passando da esfera singular ao meio comum, surgem na sociedade indivíduos responsáveis por regular os interesses alheios com o uso da justiça, criando forças que conduzem os homens a atuarem em seu benefício próprio e, ao mesmo tempo, a cooperarem para algum propósito comum.

Esta convergência de interesses particulares que resultam em benefícios públicos é esquematizada por Smith a partir do uso da metáfora da mão invisível associada à busca pelo desejo individual, considerados essenciais na constituição do homem, mas sem descartar o papel dos sentimentos morais.

Ao abordar o âmbito econômico, Smith acrescenta a cooperação entre os homens como fator determinante da conquista dos desejos, sendo que a base do pensamento dominante é a troca mútua de interesses individuais:

Mas o homem quase sempre precisa da ajuda de seus semelhantes, e seria vão esperar obtê-la somente da benevolência. Terá maiores chances de conseguir o que quer se puder interessar o amor-próprio deles a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer o que deles pretende. Todos os que oferecem a outro qualquer espécie de trato propõem-se a fazer isso. Dê-me aquilo que eu desejo, e terás isto que desejas, é o significado de todas as propostas desse gênero e é dessa maneira que nós obtemos uns dos outros a grande maioria dos favores e serviços de que necessitamos. (SMITH, 2003, p. 19).

O que se nota a partir das considerações smithianas acerca do interesse individual é a maneira como se aborda tanto o âmbito econômico como o moral intrínseco ao homem. Pode-se afirmar que, diferente das concepções morais sobre a natureza e prática do interesse individual, o lado econômico destaca os requisitos mínimos para o funcionamento dos mercados de maneira impessoal, em que as simples trocas entre compradores e vendedores não necessariamente requer relações e laços sociais profundos (WHITE, 2009).

De acordo com White (2009, p. 56), Smith argumenta que, mesmo que os indivíduos participantes de um mercado sejam motivados apenas pelo autointeresse, este mercado poderá funcionar de maneira harmoniosa; entretanto, isso não significa que esta deveria ser a única base para o funcionamento dos mercados, pois as ações benevolentes podem interferir na operacionalidade dos mercados.

A busca pelo interesse individual e seus efeitos sociais recaem na metáfora da mão invisível, que corresponde ao mecanismo em que o desejo da realização dos interesses individuais converge, de maneira natural, para a promoção do bem coletivo, conduzindo isoladamente os indivíduos a promoverem um fim que, a princípio, não era o intencional.

Smith ainda acrescenta um fator relevante na metáfora da mão invisível: as ações tomadas com a intenção de se promover o bem coletivo não obtêm o mesmo sucesso quando comparadas às ações egoístas, pensamento este ratificado a seguir:

[...] assim como todo indivíduo se esforça o mais possível para investir seu capital na manutenção da atividade interna e com isso dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o máximo valor, todo indivíduo necessariamente também se empenha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior possível. É verdade que em geral não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe quanto o está promovendo. Ao preferir sustentar a atividade interna em detrimento da atividade estrangeira, ele tem em vista somente a própria segurança; ao dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o maior valor possível, não pensa senão no próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não era, em absoluto, sua intenção promover. [...] Ao buscar seu interesse particular, não raro promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente se prestasse a promovê-lo. (SMITH, 2003, p. 567)

Assume-se, portanto, que há uma convergência de interesses e benefícios quando levados pela mecânica da mão invisível, gerando harmonia entre interesses individuais e coletivos, mesmo quando não são efetuados visando o bem público.

3.2.2 Teses sobre a Moeda, o Comércio e o Crescimento Econômico

As críticas dos primeiros economistas políticos ao mercantilismo englobam uma série de argumentos relevantes para a compreensão da emergência da economia política. Diferente de Smith (2003, p. 531), que assumia o mercantilismo como um sistema essencialmente comercial, Hume não o considerava como um sistema econômico, mas como um conjunto de princípios econômicos sobre o comércio internacional, a balança comercial, a indústria e a moeda (SKINNER, 1993).

A finalidade do sistema mercantil de comércio, dedicado à acumulação de dinheiro – notadamente, metais preciosos –, à obtenção de uma balança comercial favorável e ao favorecimento de uma elite comercial por meio da instauração de monopólios (SMITH, 2003), torna-se o alvo da desconstrução do discurso mercantilista no momento em que os economistas políticos dão continuidade e sofisticação aos argumentos fisiocráticos.

A doutrina fisiocrática também sofreu críticas por parte dos economistas políticos, ainda que estes, principalmente Smith, foram influenciados por algumas de suas ideias (SCHUMPETER, 1994). O conceito fisiocrático de geração de valor pela produção de mercadorias, por exemplo, foi rejeitado por Smith (2003, p. 415-417). Para ele, não somente a produção agrícola gerava valor, como defendiam os fisiocratas, mas a produção industrial deveria ser igualmente estimulada, reconstituindo a noção de trabalho produtivo e improdutivo.

Skinner (1993, p. 231) defende que o método da dinâmica assumido por Hume para tratar as questões econômicas visa compreender as políticas específicas e suas bases institucionais, econômicas e políticas, enfatizando a importância da liberdade econômica e individual dentro deste processo. Uma análise que abarque o sistema econômico a partir da perspectiva aberta passa a ser, dessa forma, um elemento-chave no desenvolvimento dos argumentos propostos por Hume (DOW, 2002).

Complementarmente, Smith também recorre ao método de análise histórico para tratar a economia política como uma teoria evolutiva, que passa por quatro estágios socioeconômicos (caça, pastoreio, agrícola e comercial) e se alia a forças sociais, éticas, institucionais e políticas que geram variações nos padrões aceitos de comportamento ao longo do tempo (SKINNER, 2009).

O tema da moeda representa uma preocupação central por parte dos economistas. Smith (2003, p. 29 e 533) a define como um instrumento de comércio e medida de valor, mas que não produz a riqueza assim como os mercantilistas a desejavam. De acordo com Blaug (1998, p. 23), Smith aponta o erro presente na argumentação de John Locke ao afirmar que um aumento na quantidade de moeda leva, necessariamente, a um aumento de preços e a uma queda na taxa de juros, o que indica que a demanda por moeda cairá porque o valor da moeda sobre os bens declinou.

Hume foca de maneira distinta as causas e efeitos das variações na oferta e demanda por moeda; segundo Blaug (1998, p. 19), nos séculos XVII e XVIII a teoria quantitativa da moeda teve em seu centro a ideia de que a moeda estimulava o comércio: um aumento na oferta de moeda seria seguido por um aumento na demanda por dinheiro, e portanto o volume de comércio, não os preços, seriam afetados diretamente por esse aumento no fluxo monetário.

A premissa de que a moeda é um meio de troca, não detendo qualquer valor intrínseco, é mantida:

O dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio; mas somente o instrumento que os homens criaram para facilitar a troca de um artigo por outro. [...] De fato é evidente que o dinheiro não é senão a representação do trabalho e dos produtos, e serve somente como um método de ordená-los e avaliá-los. (HUME, 2004, p. 435 e p. 440).

Contudo, rompe-se com a ideia mercantilista de que reter moeda significa elevar o nível de riqueza²³ da nação, confusão esta postulada por Smith (2003, p. 533) ao pautar que o dinheiro traz a potencialidade de compra, mas é apenas uma medida de valor. Entretanto, Hume fornece um novo olhar à análise monetária ao relacionar a causalidade entre a quantidade de moeda (M) e os preços (P): dado que a velocidade das transações feitas em um determinado período (V) e o volume de bens transacionados (T) é insensível às variações monetárias, P irá variar segundo M, mas nem sempre proporcionalmente.

Ele argumenta:

Devemos considerar que, embora o alto preço dos produtos seja uma consequência necessária do aumento do ouro e da prata, ele não ocorre imediatamente após este aumento; algum tempo decorre antes que o dinheiro circule por todo o estado, fazendo com que esse efeito seja sentido por todas as classes sociais. [...] Pois me parece que a necessidade de dinheiro jamais pode debilitar qualquer estado considerado isoladamente: já que os homens e os produtos são a força real de qualquer comunidade. É o simples modo de vida que afeta a esfera pública, por limitar o ouro e a prata a poucas mãos, prevenindo a sua difusão e circulação universais. (HUME, 2004, p. 441 e 450).

Hume conclui que o fator mais importante a ser considerado não era a simples oferta de moeda, mas a mudança nos padrões e na forma de organização

²³ Blaug (1998, p. 34) destaca que a concepção de riqueza para Smith não envolve o capital da sociedade em um determinado momento no tempo – um estoque –, mas a renda da comunidade produzida durante um determinado período de tempo – um fluxo.

da economia (SKINNER, 1993). Neste sentido, o estágio comercial como indutor do crescimento econômico das economias europeias passa a ser o foco da análise humeana, uma vez que, para ele, a grandeza do soberano e a felicidade do povo estão unidas em relação ao comércio e às manufaturas (HUME, 2004).

Ainda segundo Hume (2004, p. 411), o comércio exterior produz diversas riquezas e felicidade, aumentando o estoque de trabalho da nação, fornecendo materiais para a indústria por meio das importações e produzindo renda por meio da exportação de produtos não consumidos internamente. Considera-se, assim, que ele antecede o desenvolvimento das manufaturas domésticas, dando origens aos lucros, aos novos padrões de consumo e a um aumento no poder do Estado por meio da elevação na arrecadação de impostos e taxas comerciais.

Smith (2003, p. 02) se refere ao crescimento econômico como a motivação de suas investigações; sobre isso, ele enfatiza a tese de que o enriquecimento nacional se deve à acumulação do capital, dependente da poupança construída pelas classes ricas, e ao aumento dos investimentos de capital, que visam elevar a produtividade do trabalho e que são relevantes no crescimento da produção nacional. Denis (1993, p. 214) argumenta que o fator dominante na obra smithiana sobre o crescimento econômico é a tese segundo a qual a poupança e a liberdade das trocas são condições necessárias e suficientes.

A extensão do mercado e sua relação com o comércio internacional também se constitui como um elemento relevante para o crescimento econômico. Este dependia da produtividade do trabalho, que por sua vez era uma função do nível de especialização obtida por meio da divisão do trabalho (SMITH, 2003). Ao contrário da tese mercantilista de que os ganhos de uma nação no comércio exteriores levavam às perdas de outra, Smith (2003, p. 25-26 e p. 610-612) defendia um sistema de liberdade e de abertura comercial, uma vez que isto levaria a um aumento na divisão do trabalho e, conseqüentemente, a um acréscimo na produtividade.

Portanto, o comércio exterior é considerado pelos economistas políticos da primeira geração um pré-requisito para o crescimento econômico apropriado de uma determinada nação. Neste contexto, a concepção de moeda como signo de riqueza segundo os preceitos mercantilistas é abandonada e substituída por uma noção de meio de troca, o que representa o momento intermediário nas transações dos bens. O papel dado ao Estado como condutor de políticas econômicas que se referem aos

tópicos aqui investigados será abordado a seguir, com ênfase para as ideias sobre as funções designadas à figura estatal no que tange à esfera econômica e sua relação com os indivíduos por meio da sociedade civil.

3.2.3 As Funções do Estado e suas Relações com a Sociedade Civil

A economia política é definida por Smith (2003, p. 531) como um ramo da ciência dos estadistas e legisladores que propõe permitir ao povo a obtenção de um rendimento ou subsistência abundante, e ao Estado uma receita suficiente para o serviço público; ou seja, ela propõe, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano. Sob esta perspectiva, suas relações com a figura estatal são reforçadas na medida em que a sociedade evolui, o que denota maior divisão social, política e econômica.

Esta evolução da humanidade, que passa pela caça, pastorado, agricultura e comércio, representa para Smith (1978, p. 200) um aprimoramento nas origens do governo do homem, considerado uma instituição específica que agrega as funções da figura soberana e suas maneiras de conduzir politicamente o indivíduo dentro de sua comunidade.

Uma hipótese comumente assumida pelos intelectuais do Iluminismo escocês, herdada da tradição francesa e inglesa, é a que admite a existência de *estado de natureza*²⁴ que precede a existência de uma instituição estatal que imponha regras, direitos e deveres aos indivíduos. Dentro da escala evolutiva de Smith, este estado de natureza se localizaria na era da caça, uma vez que para ele (1978, p. 208) o governo se consolida somente na era do pastorado para resguardar a integridade da propriedade privada, já que ela surge para delimitar os animais que cada indivíduo pastor detem. A propriedade seria, então, o elemento-chave que concede ao Estado seu poder de regulador legítimo.

Ferguson (2010, p. 08-10) se posiciona contra a hipótese do estado de natureza ao argumentar que a sociedade aparenta ser tão antiga quanto à existência do indivíduo em si, e seria impróprio afirmar que o estado de natureza é um estágio

²⁴ A hipótese de que um estado de natureza precedeu a união dos homens a partir de um Estado politicamente organizado é defendida por filósofos como Locke (2005, p. 386-391), em que as regras que conduzem o estado de natureza seguem o direito natural e levariam, inevitavelmente, a um estado de guerra. Para evitá-lo, o Estado civil se apresenta como a solução para os possíveis problemas que o estado de guerra poderia vir a apresentar.

obrigatório de passagem da selvageria para a sociedade. Para ele, a sociedade civil é um corpo complexo que deve ser pensada a partir de sua coletividade, e não de indivíduos isolados segundo uma analogia com os animais.

Ferguson argumenta que a felicidade dos homens é o fim da sociedade civil:

He [the individual] must forego his happiness and his freedom, where these interfere with the good of society. He is only part of a whole; and the praise we think due to his virtue, is but a branch of that more general commendation we bestow on the member of a body, on the part of a fabric, or engine, for being well fitted to occupy its place, and to produce its effect. If this follows from the relation of a part to its whole, and if the public good be the principal object with individuals, it is likewise true, that the happiness of individuals is the great end of civil society: for, in what sense can a public enjoy any good, if its members, considered apart, be unhappy? (FERGUSON, 2010, p. 45).

Ao mesmo tempo em que a felicidade coletiva é um fim a ser atingido pelo Estado por meio da sociedade civil, o autor pauta que este elemento se torna uma das bases de seu poder soberano. Junto a elementos como riqueza, comércio, extensão territorial e conhecimento, a felicidade de uma sociedade é determinante na força e prestígio de uma nação (FERGUSON, 2010).

Ferguson (2010, p. 49) defende que a subordinação do homem ao Estado é necessária tanto para o indivíduo quanto para a sociedade em si, e isto não ocorre apenas para atingir os fins do governo, mas para ir segundo uma ordem estabelecida pela natureza. A defesa da integridade do homem e de sua propriedade se tornam alguns dos motivos essenciais pelos quais o governo é de interesse do homem (HUME, 2004).

Smith (1978, p. 310 e 314-315) defende que o direito de manter uma propriedade que lhe pertence é de direito dos cidadãos, bem como de a terem em constante proteção pelo Estado. No âmbito dos poderes estatais, o exercício do legislativo e do judiciário é essencial para limitar o poder do soberano, que está sujeito a práticas de resistência por parte da sociedade caso não cumpra com as suas funções ou abuse de sua posição de poder.

Neste contexto, as funções do Estado defendidas por Ferguson (2010, p. 99) envolvem a defesa nacional, a promoção da justiça e a preservação da prosperidade interna e da do Estado. Smith segue a linha inaugurada por Ferguson (2010) [1767]:

De acordo com o sistema da liberdade natural, o soberano tem apenas três deveres a cumprir; decerto, três deveres de grande importância, mas claros e compreensíveis ao bom senso: primeiro, o dever de proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; segundo, o dever de proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e opressão de qualquer outro membro ou, antes, o dever de instituir uma rigorosa administração da justiça; terceiro, o dever de erigir e manter certas obras públicas e certas instituições públicas que jamais algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos terão interesse em erigir e manter [...]. (SMITH, 2003, p. 873-874).

Sobre as funções exercidas pelo soberano, Smith apresenta um modelo particular de *Ordem Não Intencional*²⁵ que busca harmonizar a liberdade natural, a manutenção da justiça comum e a defesa dos interesses individuais a partir das normas da filosofia moral. A justiça, por sua vez, seria conduzida pela “mão invisível”, e a intervenção do soberano seria requerida somente quando a justiça é ausente para moldar a utilidade como um resultado não intencional (YOUNG, 2005).

Assim, a defesa da intervenção por Smith somente é plausível quando a mecânica da mão invisível apresentar falhas em termos de produzir resultados úteis à sociedade a partir da justiça, e será de responsabilidade do soberano produzir estes resultados.

Um modelo de administração e regulação estatal em voga nos séculos XVII e XVIII, o de polícia, é descrito por Smith (1978, p. 05) para investigar o desenvolvimento da opulência do Estado e os elementos que o auxiliam. Ele argumenta:

We will find that there are four things which will be the design of every government. The first and chief design of every system of government is to maintain justice; to prevent the members of a society from incroaching [sic] on one anothers [sic] property, or seizing what is now their own. The design here is to give each one the secure and peacable [sic] possession of his own property. When this end, which we may call the internal peace, or peace within doors, is secured, the government will next be desirous of promoting the opulence of the state. This produces what we call police. Whatever regulations are made with the respect to the trade, commerce, agriculture, manufactures of the country are considered as belonging to the police. (SMITH, 1978, p. 05).

Além das funções já destacadas pelos intelectuais escoceses com relação às funções do Estado de manter a justiça, impedir a violação da propriedade e de

²⁵ Neste modelo, as ações interpessoais dos indivíduos baseadas na ideia da virtude da justiça gerarão, assim, uma justiça comum e uma equidade distributiva, revertendo em benefícios para a utilidade pública. Dessa forma, a não intenção dos indivíduos de proporcionarem boas ações à sociedade será revertida em benefícios, desde que as regras da justiça natural sejam seguidas como uma condição necessária (YOUNG, 2005).

assegurar a paz interna, cabe a ele, por meio da polícia, preocupar-se com o comércio interno e externo, a agricultura e a indústria no intuito de elevar sua força e opulência.

Outras preocupações, como a limpeza pública, a segurança e a abundância ou a falta de recursos do Estado também concernem à polícia. Smith (1978, p. 331) enfatiza a segurança como o objeto da polícia, em que esta deve atuar de forma intensiva na prevenção dos crimes e distúrbios da ordem que podem interromper a paz da sociedade. Ele afirma: “In general, the best means of bringing about this desirable end is the rigorous, severe, and exemplary execution of laws properly formed for the prevention of crimes and establishing the peace of the state.” (SMITH, 1978, p. 331).

As políticas que englobam a opulência econômica do Estado visam introduzir a abundância de recursos e de bens para o país, o que reflete em uma queda nos preços internos da economia nacional. A divisão do trabalho é igualmente relevante para Smith (1978, p. 341) por ela ser também um elemento importante no crescimento da abundância nacional.

Nota-se, portanto, uma preocupação crescente por parte dos intelectuais no que diz respeito ao Estado, seu comportamento e suas relações com o ambiente econômico e com a sociedade civil. A reiteração do elemento da liberdade econômica e individual, defendida pelos economistas políticos, propõe novos fundamentos ao modelo policial descrito e criticado por Smith, e, ainda, um novo papel à sociedade civil, que passa a ser o alvo das políticas desenhadas pelo Estado.

3.3 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS DA PRIMEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Não existiu um processo ou evento predeterminado chamado “revolução industrial” que assumiu a mesma forma em todos os países em que ocorreu. No entanto, Deane (1982, p. 11-12) assumiu algumas características comuns da organização econômica que identificam o fenômeno, especialmente no caso britânico. São elas: (i) a aplicação sistemática e generalizada do moderno conhecimento científico e empírico ao processo de produção para o mercado; (ii) a especialização da atividade econômica dirigida no sentido da produção para os mercados nacional e internacional, e não para consumo familiar; (iii) a migração da

população das comunidades rurais para as urbanas; (iv) a expansão e despersonalização da unidade típica de produção, de modo que esta passa a ser baseada menos na família do que na empresa pública ou privada; (v) o movimento da força de trabalho das atividades relacionadas com a produção de bens primários para a produção de bens manufaturados; (vi) o uso extensivo e intensivo de recursos financeiros como substitutos do esforço humano; e (vii) a emergência de novas classes sociais e ocupacionais determinada pela propriedade dos meios de produção, que não a terra, ou pela relação destas classes com os referidos meios de produção, principalmente com o capital.

A sociedade britânica pré-Revolução Industrial (1700) era essencialmente dominada por uma racionalidade baseada em mecanismos *malthusianos*²⁶, em que as pressões populacionais impediam a renda *per capita* de atingir patamares mais elevados (MOKYR, 2009).

Apesar de não existir um consenso geral entre os historiadores econômicos a respeito da data precisa do início da Revolução, Deane (1982, p. 13) e Arruda (1996, p. 29) argumentam que foi no ano de 1780, após a Guerra Americana de independência, que os valores relativos ao comércio exterior ascenderam significativamente, impulsionando também o crescimento industrial.

A força do fenômeno da PRI deve ser compreendida à luz de seu cenário intelectual e institucional. Para Mokyr (2009, p. 85), não há dúvidas de que as mudanças nos padrões de pensamento da elite econômica e tecnológica britânica foram as principais responsáveis pelo desenvolvimento do processo revolucionário. Ele afirma:

New modes of thinking fell upon the fertile ground of a society in which opportunities to innovate and succeed in business had been increasingly a key to personal prosperity. The changing intellectual environment, above all, created communications between those who knew things and those who made things. (MOKYR, 2009, p. 85).

Mokyr (2009, p. 79-80) argumenta que a PRI gerou transformações econômicas estruturais na Grã-Bretanha, ainda que inicialmente as evoluções tecnológicas estivessem restritas a algumas localidades específicas. É sob esta

²⁶ Mokyr (2009, p. 05) não assume que a economia britânica da época pré-Revolução Industrial (1700) já era influenciada pelas ideias de Thomas Malthus (1766-1834), mas que as suas preocupações tão difundidas sobre os efeitos da pressão populacional eram discutidas anteriormente.

justificativa que o autor defende o mau uso do conceito “revolução”, uma vez que a PRI não levou a um crescimento econômico imediato.

No entanto, deve-se destacar as mudanças significativas sofridas pela realidade econômica e social britânica, que Arruda (1996, p. 30) divide em duas fases: a primeira, entre 1730 a 1760, teve como foco o aumento nas exportações e os avanços tecnológicos, que não apenas reduziam drasticamente os preços dos bens e criavam novos produtos, mas impulsionavam um fluxo contínuo de melhorias secundárias: surgimento de novas firmas, redução dos acidentes laborais, redução da jornada de trabalho, aumento do consumo e produtos de maior qualidade (MOKYR, 2009). A segunda fase, que foi de 1780 a 1800, além de apresentar uma nova duplicação nas exportações britânicas, mostrou também um crescimento em outros setores, como na estrutura de transportes e na expansão do sistema bancário.

Neste contexto também houve a emergência de novos contingentes sociais, dentre eles a expansão de uma classe média e a transferência dos artesãos para uma coletividade proletária, que estava sujeita a métodos disciplinares e a um planejamento rígido de produção até então desconhecido. O sujeito perde sua individualidade e é inserido em uma indústria de trabalho sem diferenciação (MOKYR, 2009).

Ao mesmo tempo, defende-se a tese de que a mobilidade dos fatores de produção, os mercados livres e a alocação mais eficiente dos recursos aprimoraram os mercados, as firmas e trouxeram grandes mudanças no cenário microeconômico (MOKYR, 2009). Ainda que as melhorias feitas na área têxtil e energética estão associadas à crença popular de que se constituíram na essência da PRI, estas macroinvenções ainda estavam confinadas a um setor limitado da economia até meados do século XIX (MOKYR, 2009).

O papel estratégico do Estado no incentivo ao crescimento econômico também foi relevante no processo de expansão industrial. Após as Revoluções Inglesas²⁷ a burguesia emergiu como uma classe relevante, e o Estado passou a ser um instrumento de auxílio econômico e jurídico, fornecendo uma institucional na forma de políticas orçamentárias, monetárias, proteção industrial, tarifas comerciais e leis (MAGNUSSON, 2009b).

²⁷ Guerra Civil Inglesa (1642-1651), Commonwealth (1649-1660) e Revolução Gloriosa (1688-1689).

O suporte institucional era tão relevante para a formação de uma economia industrial quanto as novas tecnologias e formas organizacionais. Magnusson (2009b, p. 63) destacou que a introdução de instituições que visavam simplificar as transações comerciais, facilitar o estabelecimento de empresas, dar acesso à mão-de-obra, à educação, à melhores condições de saúde e de planejamento urbano representava uma redução nos custos de transação por meio de regras políticas claras e a perspectiva de uma maior arrecadação tributária no longo prazo.

Cabe destacar que os efeitos gerados pela PRI em termos de evolução demográfica correspondiam a um aumento significativo no contingente populacional do Reino Unido entre 1750 e 1850. Deane (1982, p. 34) argumenta que, em uma economia de transição, de agrícola para industrial, as taxas brutas de natalidade – ou seja, os nascidos vivos anualmente por mil habitantes – variavam geralmente entre 35 e 50. As taxas reais variavam de acordo com as características específicas da população, como a idade dos casamentos e as atitudes para com o tamanho da família. As taxas de mortalidade também tendiam a ser elevadas – flutuando entre 25 e 40 por ano. Neste cenário, a população tenderia a crescer entre 0,5% e 1% ao ano. Mokyr (2009, p. 281) apresenta os dados populacionais²⁸ reunidos na Tabela 01:

TABELA 01- DADOS POPULACIONAIS DO REINO UNIDO DE 1750 A 1850:

	População Total (em milhões)	Taxa Natalidade*	Taxa Mortalidade*	Crescimento Pop. Líquido (em %)
1750-1761	6,149	32,4	25,2	7,2
1761-1770	6,448	33,7	28,0	5,7
1771-1780	6,913	35,4	26,0	9,4
1781-1790	7,434	35,9	26,5	9,4
1791-1800	8,256	36,4	25,4	11,0
1801-1810	9,232	37,8	23,9	12,9
1811-1820	10,628	39,4	23,4	16,0
1821-1830	12,374	38,8	23,1	15,7
1831-1840	14,100	35,7	22,4	13,3
1841-1850	15,910	35,4	22,7	12,7

FONTE: O autor (2012) e Mokyr (2009)

NOTA: (*) corresponde ao valor para cada mil habitantes

²⁸ Deane (1982, p. 37) destaca que os dados relativos às tendências demográficas britânicas entre 1700 e 1800 são, sem exceção, *estimativas* baseadas em registros de batismos, sepultamentos e casamentos. Sendo eles baseados nos registros do clero anglicano, omitiam uma proporção desconhecida que, muitas vezes, pode se apresentar relevante.

As mudanças causadas pela PRI na estrutura populacional da Grã-Bretanha indicam algumas consequências estruturais, como a redução nas taxas de mortalidade no período analisado. Percebe-se um aumento populacional significativo entre 1750 e 1850, em que a população salta de pouco mais de seis milhões de habitantes para quase 16 milhões entre 1841 e 1850. Contudo, nota-se uma variação nas taxas de natalidade e de crescimento populacional, em que há um pico de crescimento entre 1811 e 1820 seguido por uma redução nas décadas seguintes.

Mokyr (2009, p. 279-280) argumenta que não apenas o Reino Unido isoladamente, mas a Europa Ocidental como um todo sofreu uma explosão demográfica a partir de 1750. Ainda, Mokyr (2009, *apud* Nicolini) afirma que na metade do século XVIII o comportamento demográfico britânico já não se mostrava tão sensível às flutuações dos salários reais e da renda.

Dentre os três principais elementos demográficos – nascimentos, mortes e imigrações –, os primeiros merecem um destaque na análise sobre o perfil populacional presente na PRI. Enquanto Deane (1982, p. 40-44) pautava por uma busca sobre as causas que levaram à redução das taxas de mortalidade, Mokyr (2009, p. 280) defendia que a evolução da taxa de natalidade era um elemento investigativo mais complexo por recair em outras questões sociais e de gênero. Questiona-se, por exemplo, se havia na época da PRI um aumento na demanda por filhos por ter ocorrido uma elevação no número de casamentos, ou se isso era um reflexo da falta de planejamento familiar por parte das famílias proletárias.

Contudo, era notável a falta de conhecimento sobre a reprodução humana e a sexualidade durante a PRI: a ideia moderna de concepção baseada na existência de um óvulo humano fertilizado pelo esperma não estava inteiramente arquitetada até 1827 (MOKYR, 2009). A sociedade compreendia as relações entre o sexo e a gravidez, mas o desconhecimento de seus detalhes levava ao alto índice de falhas dos métodos contraceptivos.

Sobre isso, Foucault (2010d, p. 29-31) discorre a respeito da *hipótese repressiva* que circunda a temática da sexualidade no século XVIII. Para ele, não havia uma censura sobre o sexo, mas, ao contrário, uma aparelhagem produtiva que o tornou de interesse público pelo fato de a natalidade emergir como um problema que passou a ser abordado pela esfera governamental.

Mokyr (2009, p. 287-289) considera relevante a relação entre o fator matrimonial, a natalidade e a estrutura social britânica. O autor relaciona o aumento

dos salários reais gerados pelas melhorias na realidade econômica como motivadores da elevação do número de casamentos e, conseqüentemente, do número de filhos.

Nota-se também uma queda na idade do casamento, proporcionada principalmente pela redução na idade da entrada do indivíduo no mercado de trabalho. Os ganhos em mão-de-obra e em renda que os filhos representavam para os pais eram significativos na determinação do plano familiar, uma vez que as crianças representavam uma parcela significativa da massa operária que emergia na PRI (MOKYR, 2009).

Sob esta perspectiva, tem-se o argumento conservador a respeito da possível relação entre a ampliação da Lei dos Pobres²⁹ e o aumento das taxas de natalidade no Reino Unido. Mokyr (2009, p. 289) pautou que por volta de 1795 a Lei dos Pobres proporcionava a redução da pobreza em termos reais, o que incluía auxílios financeiros às famílias de baixa-renda de acordo com o número de indivíduos em cada unidade familiar.

Deane (1982, p. 181) destacou que o sistema Speenhamland, baseado na Lei dos Pobres, não era de modo algum universal, não se estendendo às áreas industriais onde a assistência previdenciária se exercia por outras formas, mas, pelo contrário, dirigiam-se aos trabalhadores agrícolas. No entanto, o sistema criado pela Lei sofreu críticas severas com a ampliação da atividade industrial na Grã-Bretanha.

Para Polanyi (2012, p. 84), a Lei dos Pobres impactou diretamente o funcionamento do mercado de trabalho britânico:

Na verdade, ela [a lei] introduziu uma inovação social e econômica que nada mais era que o “direito de viver” e, até ser abolida, em 1834, ela impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo. [...] Sob a lei elisabetana, os pobres eram forçados a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir e somente aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito à assistência social; nunca se pretendeu e nem se concedeu qualquer assistência sob a forma de abono salarial. (POLANYI, 2012, p. 84-85)

O argumento de que a Lei se colocava como um impedimento à flutuação livre da mão-de-obra era substituído pela crítica ao sistema paternalista proposto pelo Estado britânico, adquirindo grande fervor em meados da PRI.

²⁹ As Leis dos Pobres (Poor Laws) em voga na Grã-Bretanha desde a era Tudor (século XVI) até o final do século XIX se constituíram como um sistema de redução da pobreza composto por auxílios financeiros e assistência de moradia aos trabalhadores de baixa-renda (POLANYI, 2012).

Joseph Townsend (1985, p. 01) publicizou pioneiramente suas opiniões a respeito da Lei, reconhecendo alguns de seus benefícios, mas afirmando ser ela um método inadequado para os propósitos aos quais a Lei se propõe a cumprir. Para ele, o dinheiro obtido pela população de baixa-renda era frequentemente mal aplicado, o que encorajava o vício e incentivava a inatividade.

Townsend (1985, p. 01) ainda destacava o fato de que o auxílio proposto pela Coroa não se sustentaria por muito tempo. Uma vez que a explosão demográfica era uma realidade corrente e a depreciação da mão-de-obra gerada pela PRI ampliava o contingente populacional de baixa-renda, a quantidade de alimento não seria suficiente para suprir as necessidades básicas de todos os indivíduos, e o auxílio proposto pela Lei dos Pobres não seria mais do que uma medida de curto prazo para aliviar as aflições do trabalhador britânico.

Nota-se, portanto, que as mudanças conjunturais e estruturais provocadas pela PRI evocaram não apenas o elemento econômico, mas o perfil social de uma nova realidade que se instaurou na Grã-Bretanha do final do século XVIII ao final do XIX. Seguindo o argumento de Mokyr (2009, p. 80), mesmo o caráter “não-revolucionário” da realidade que emergia não impediu que transformações significativas fossem sentidas no âmbito sociodemográfico.

A reconstrução do mercado de trabalho, das novas funções laborais e das classes sociais proporcionou ao cenário intelectual da economia política uma pauta de questões diferente das abordadas pelos Iluministas escoceses. Uma vez que no início do século XIX as mudanças econômicas já eram sentidas pela sociedade britânica, tem-se um refinamento analítico a respeito do papel do Estado, das relações de mercado e do papel sociopolítico desempenhado pela população.

Assim, uma investigação a respeito dos argumentos e das teses de Thomas Malthus e de David Ricardo se faz necessária no intuito de verificar as ideias econômicas em voga no século XIX, relacionando criticamente os problemas sociais gerados pela PRI à nova realidade econômica que emergia.

3.4 A ECONOMIA POLÍTICA DA TRADIÇÃO INGLESA: A SEGUNDA GERAÇÃO

A evolução das ideias propostas pela economia política na transição do século XVIII para o XIX recai nos escritos de Malthus e Ricardo como principais expoentes a serem considerados neste trabalho. Suas menções a Smith e Hume são combinadas às suas contribuições para a economia política na forma de novas reflexões sobre o indivíduo, a população, as relações mercadológicas e o Estado.

Os efeitos socioeconômicos gerados pela PRI recondicionaram a pauta de preocupações de Malthus e Ricardo. A ênfase no papel da população é justificada para Schumpeter (1994, p. 250-251) por uma questão prática da análise econômica: suas flutuações (superpopulação, níveis populacionais estacionários) sempre estiveram intimamente relacionadas aos níveis de riqueza e de crescimento econômico.

A teoria da população como era entendida no século XIX, que abrangia um conjunto de fatores que determinavam os índices e taxas de aumento ou redução dos contingentes populacionais, emergiu muitos séculos antes. Entretanto, suas relações com questões sociais, políticas, morais e econômicas se tornaram efetivamente discutidas com a obra malthusiana (SCHUMPETER, 1994).

Sob esta perspectiva, a influência do fator populacional sobre o mercado de mão-de-obra e, conseqüentemente, de salários, é direta e merece uma reflexão acurada. Os efeitos ditados pela população sobre as relações econômicas são transferidos, ainda, para as políticas de Estado no que diz respeito à regulação dos mercados de salários e lucros, bem como às medidas de bem-estar aplicadas diretamente sobre a coletividade.

Assim, a argumentação que se sucede engloba uma apresentação sobre a teoria biológica da população conforme Malthus a postula e os estudiosos do pensamento econômico a interpretavam; a reunião dos escritos pautados por Ricardo e Malthus sobre os lucros e salários a partir do elemento populacional; e, finalmente, as novas relações que são estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil a partir destas mudanças estruturais sofridas pela estrutura socioeconômica.

3.4.1 A Teoria da População

A questão populacional³⁰ certamente não foi tratada de maneira inovadora por Malthus, mas ele foi o primeiro renomado economista político a elaborar uma teoria do crescimento populacional (BLAUG, 1998). Sua teoria visa inicialmente criticar a visão otimista de mundo postulada por Hume e Smith no que diz respeito à perfeição da sociedade e à integridade do homem. Malthus (1996, p. 245-247) defende que esta perfeição é mal-explicada e não é verificada na prática.

Neste contexto, Malthus propõe dois postulados, que, segundo ele (1996, p. 246), são leis fixas da natureza: o primeiro, na qual o alimento é necessário para a existência do homem; e o segundo, em que a paixão entre os sexos é necessária e inevitável. Sobre suas consequências, ele argumenta:

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. [...] Essa desigualdade natural dos dois poderes, da população e da produção da terra, e essa grande lei da nossa natureza que deve manter constantemente uniformes suas consequências constituem a grande dificuldade, que a mim me parece insuperável no caminho da perfectibilidade [sic] da sociedade. (MALTHUS, 1996, p. 246-247).

Tem-se, dessa forma, a crítica e a rejeição das opiniões de Smith e Hume com relação à harmonia social. Dá-se lugar a uma visão pessimista da evolução humana, fadada a um desequilíbrio entre o contingente populacional e a quantidade de alimentos disponível.

Malthus (1996, p. 255 e 261) parece seguir a tese de Adam Smith (1978, p. 200) com relação à evolução nos modos de organização de sociedade. Enquanto a era da caça se caracterizava por uma população escassa, o pastoreio e a agricultura foram proporcionalmente mais bem-sucedidos ao apresentarem elevações nos contingentes populacionais. A razão pela qual isto ocorre se deve à capacidade que cada organização produtiva demonstra em produzir maiores meios de subsistência, o que justifica a elevação populacional das nações (MALTHUS, 1996).

A questão sobre o tamanho da população e sua relação com elementos morais e políticos eram frequentemente debatidas no século XVII e início do XVIII.

³⁰ Schumpeter (1994, p. 250-252) argumenta que William Petty (1623-1687) e mais tardiamente James Steuart (1713-1780) já abordavam a questão populacional a partir de uma perspectiva matemática na era pré-Smithiana. Além de Malthus, outro pensador a focar especificamente a população com ênfase para a pobreza foi Joseph Townsend (1739-1816).

Neste período, defendia-se a ideia de que uma população numerosa indicava uma nação feliz e virtuosa, e iniciou-se um debate a respeito da densidade populacional das nações antigas e modernas, o que representava uma comparação entre os modos de vida moderno e antigo (LESSA, 2004).

A premissa de que haveria um despovoamento do mundo moderno em comparação à Antiguidade Greco-Romana foi criticada por Hume. Ele (2004, p. 557) pautava que a Europa ocidental moderna dotava de um maior contingente populacional com relação ao mundo antigo a partir de um conjunto de argumentos que envolviam a estrutura política e social da sociedade escravista.

A presença de um grande número de escravos³¹ no mundo antigo com uma política vigente de não-reprodução destes significava para Hume (2004, p. 569) um dos principais elementos que impediam o avanço populacional, principalmente daqueles indivíduos de classes sociais inferiores. As constantes guerras e a atividade econômica comparativamente menor à europeia do século XVIII complementam os argumentos do autor.

Entretanto, para Hume (2004, p. 558) a estatura, a força do corpo, a duração da vida e o gênio dos homens permaneceram relativamente constantes ao longo do tempo. Sendo assim, uma comparação entre o contingente populacional de duas eras distintas deve levar em consideração fatores além dos restritos ao corpo e à integridade humana (HUME, 2004).

Malthus criticava a posição assumida por Hume em seus escritos sobre a população antiga. Segundo ele (1996, p. 262), os argumentos de Hume não são suficientes para se formular um juízo concreto a respeito do número das populações em si, mas apenas sobre suas características. Ele afirma:

[...] eu concluiria, com toda certeza que a população estava crescendo rapidamente, mas de nenhuma forma que ela era então, realmente, muito grande; antes, na verdade, pelo contrário, que ela era escassa e que havia espaço e alimento para um número muito maior. Por outro lado, entretanto, descobri que neste período as dificuldades em sustentar a família eram muito grandes; que, conseqüentemente, ocorreram poucos casamentos prematuros e que um grande número de pessoas de ambos os sexos permaneceu solteiro; concludo seguramente que a população era estacionária, provavelmente porque a população real era muito grande em

³¹ De acordo com Hume (2004, p. 611), é provável que na Antiguidade existisse uma base confiável para o cálculo do número de cidadãos, pois uma parcela constante deles participava ativamente do governo. Contudo, o número de escravos é raramente mencionado, ainda que fosse sabido que sua parcela era considerável.

relação à fertilidade do solo e porque havia carência de espaço e de alimento para muitos habitantes. (MALTHUS, 1996, p. 262).

A visão de Malthus sobre a população antiga englobava, portanto, uma estacionariedade. O economista argumenta que, para o caso Europeu, devido ao continente ter crescido a partir de um modelo pastoral, sofreu um longo crescimento populacional não pela falta de paixão entre os sexos, mas devido às dificuldades no sustento das famílias.

É sob esta perspectiva que a teoria malthusiana elabora dois principais obstáculos, ou ainda, mecanismos de ajuste que auxiliariam no controle populacional da Grã-Bretanha do século XIX: os *preventivos*, que preveniriam o efetivo crescimento da população; e os *positivos*, que impediriam um crescimento maior de uma população que já se iniciou. Dentre os primeiros, destacam-se os instrumentos legais e os vícios que atuam diretamente nas taxas de natalidade, como a opção de não se casar. Já os segundos são constituídos por aqueles que atuam sobre as taxas de mortalidade, como a fome, a guerra e as doenças (MALTHUS, 1996).

Nota-se que estes mecanismos seriam mais eficazes caso a Lei dos Pobres fosse extinta na Grã-Bretanha. Dado que a teoria malthusiana acusa um aumento populacional em ambientes onde prevalecem a miséria e o vício, a extinção da Lei acabaria, por consequência, os maus costumes adquiridos pelos pobres ao viverem dos auxílios. Malthus afirma:

As Leis dos Pobres foram instituídas na Inglaterra para remediar a frequente miséria do povo, mas é para se recear que, embora elas possam ter aliviado um pouco a intensidade da miséria individual, provocaram um dano geral numa parcela muito maior. É um assunto frequentemente suscitado em conversas e mencionado sempre como causa de grande admiração que, não obstante a enorme quantia que é anualmente arrecadada para os pobres na Inglaterra, ainda exista tanta miséria no meio deles. [...] o fato de que aproximadamente 3 milhões são coletados anualmente para os pobres e, entretanto, sua miséria ainda não tenha sido eliminada, é um objeto de permanente assombro. (MALTHUS, 1996, p. 268).

O que motivava o argumento de Malthus era a clara ineficácia da Lei em reduzir a pobreza. Para ele (1996, p. 271), se os homens são levados a casar com vistas aos incentivos proporcionados pela Lei, com pouca ou nenhuma possibilidade de manter com independência suas famílias, eles não apenas são induzidos a trazer dependência a si próprios e a seus filhos, mas são levados a prejudicar toda sua

classe: “Um trabalhador que casa sem estar em condições de sustentar uma família pode, em alguns aspectos, ser considerado um inimigo de todos os seus companheiros trabalhadores.” (MALTHUS, 1996, p. 271).

Sob a perspectiva pautada pela ideia malthusiana, a Lei tenderia a rebaixar a condição geral dos pobres devido à necessidade dos homens por alimento. Para o autor (1996, p. 270-271), os danos refletidos na crescente população com relação aos preços e à quantidade de alimento ofertada seriam ainda maiores. Além disso, a Lei influenciaria nos custos da mão-de-obra, no montante de lucros dos capitalistas e toda a riqueza produzida pela economia, não apenas nos alimentos, mas também nas manufaturas. Neste aspecto, uma análise acurada sobre estes efeitos se faz necessária.

3.4.2 Teses sobre os Lucros e os Salários a partir do Fator Populacional

A dinâmica socioeconômica em voga no século XIX é abordada por Malthus e Ricardo a partir das flutuações sofridas pelos mercados de mão-de-obra e capital. Schumpeter (1994, p. 254-258) destaca que, pelo fato de a análise populacional ser motivada economicamente, isto implica em investigações que relacionem diretamente os movimentos demográficos e o desempenho econômico tanto de firmas quanto da nação. Uma abordagem populacionista, por exemplo, defende a tese de que um aumento da população irá, dentro de seus limites, aumentar a renda *per capita* ou, em outros termos, implicar em retornos crescentes (SCHUMPETER, 1994).

Sendo o salário definido pela remuneração que o trabalhador recebe por seus serviços pessoais, ele está sujeito às flutuações da oferta e da demanda como seu principal regulador (MALTHUS, 1996). Dessa forma, o salário representa o preço natural do trabalho necessário para permitir que os trabalhadores subsistam e perpetuem sua descendência. Ele, assim como uma mercadoria qualquer, pode ser comprado e vendido, apresentando um determinado preço de mercado (RICARDO, 1985).

Os preços dos bens de primeira necessidade também influenciam diretamente o valor do salário, uma vez que o poder de compra proporcionado pelo mesmo atua como um mecanismo regulador da população: se o salário do

trabalhador pode comprar uma maior quantidade de bens de primeira necessidade, a população tende a crescer; caso contrário, ela tende a diminuir (MALTHUS, 1996).

Malthus (1996, p. 134) afirma que os altos salários podem ter duas consequências: um rápido aumento da população ou uma melhoria do padrão de vida. Dependerá dos hábitos dos indivíduos a ocorrência do primeiro ou do segundo resultado e, pontualmente, a assistência aos pobres levaria ao aumento da população seguida por um rebaixamento salarial, culminando em uma elevação no número de pobres.

É sob esta perspectiva que a teoria da população está intimamente ligada à pauta dos salários. Malthus argumenta:

O rebaixamento dos salários do trabalho em consequência dos benefícios pagos aos pobres constitui outro exemplo prático [...]. É improvável que o dinheiro público possa ser administrado de forma mais econômica do que o rendimento individual. Em consequência, não é possível supor que o custo de manutenção de uma família diminua em função da assistência paroquial. Mas como uma parte da despesa é custeada pela coletividade, o salário que se requer para a manutenção de certa família não é mais condição necessária para a oferta de trabalho; como, por meio dos donativos paroquiais, essa oferta pode ser obtida sem tais salários, os custos reais de oferta de trabalho não regulam mais seu preço. (MALTHUS, 1996, p. 50).

Os efeitos gerados pelos benefícios sociais fornecidos aos pobres e a consequente elevação na população têm, para Malthus, um efeito maléfico ao mercado de mão-de-obra. Ele acusa uma diminuição nos salários dos trabalhadores em decorrência da Lei dos Pobres, que modificava as relações entre os salários e a demanda por trabalho das firmas. Ricardo argumenta de forma semelhante ao reiterar o padrão maléfico da Lei, que não eleva a renda dos pobres, mas a reduz:

A tendência clara e direta das leis dos pobres está em total oposição com esses princípios evidentes: não é, como pretendem benevolmente os legisladores, melhorar a situação dos pobres, mas piorar a situação tanto dos pobres quanto dos ricos. Em vez de enriquecerem os pobres, elas destinam-se a empobrecer os ricos; e enquanto vigorarem as leis atuais, pela ordem natural das coisas, o fundo de manutenção dos pobres crescerá progressivamente, até absorver todo o rendimento líquido do país, ou, ao menos, tudo quanto o Estado nos deixe depois de satisfazer suas permanentes demandas de fundos para gastos públicos. (RICARDO, 1985, p. 87)

A tese ricardiana pauta que o movimento de ajuste dos salários se dá pela interação entre o preço *natural* do trabalho e seu preço de *mercado*: quando o preço de mercado excede o preço natural, a condição do trabalhador é próspera. Quando,

entretanto, pelo estímulo que os altos salários dão ao aumento populacional, há um crescimento do número de trabalhadores, os salários baixam até seu preço natural ou abaixo dele, gerando condições miseráveis. Somente depois que as privações geradas pelos baixos salários reduzissem o número de trabalhadores ou que houvesse um aumento na demanda por trabalho é que o preço de mercado novamente se aproximaria do preço natural do trabalho (RICARDO, 1985).

Ricardo (1985, p. 84) argumenta que com a pressão exercida pela população sobre os meios de subsistência, as únicas soluções plausíveis são ou a redução do número de habitantes, ou uma acumulação de capital mais rápida. Ele afirma:

Com o desenvolvimento natural da sociedade, os salários do trabalho, sendo regulados pela oferta e pela demanda, tendem a diminuir, pois a oferta de trabalhadores continuará a crescer à mesma taxa, enquanto a demanda aumentará a uma taxa menor. Se, por exemplo, os salários são regulados por um aumento anual de capital, à taxa de 2%, eles diminuirão se o capital se acumular à taxa de apenas 1,5%. Cairiam ainda mais quando a acumulação fosse de apenas 1 ou 0,5%, e continuariam a cair até que o capital se tornasse estacionário, quando então aconteceria o mesmo com os salários, que seriam apenas suficientes para manter o atual número de habitantes. (RICARDO, 1985, p. 84-85).

Dado que a determinação do montante salarial varia com o contingente populacional e a acumulação de capital, é natural que os lucros também sejam determinantes dos preços dos salários. Neste sentido, se os salários se elevam, necessariamente a porção dos lucros diminuirá (RICARDO, 1985).

Os lucros do capital fazem parte do preço das mercadorias, e tendem a ser proporcionais ao montante dos capitais necessários à produção de cada bem (DENIS, 1993). Para Malthus (1996, p. 150), as proporções entre o capital e a população produzem efeitos relevantes sobre a taxa de lucros e sobre o crescimento da indústria nacional: em períodos de um aumento populacional maior do que o montante de capital, os salários se reduzirão para que os empresários mantenham suas taxas de lucro.

No caso dos alimentos, que, de acordo com a tese malthusiana, são fundamentais na determinação do contingente populacional, uma dificuldade de se obter os meios de subsistência pode afetar os lucros, principalmente os lucros agrícolas. Dado que para Malthus (1996, p. 146-147) os lucros advindos da agricultura são substancialmente diferentes dos lucros provenientes da manufatura e

do comércio, eles possuem trajetórias diferentes no que diz respeito às interações capital-lucros-salários.

Na agricultura, a principal causa da diminuição dos lucros é a maior quantidade de trabalho necessária para se obter a mesma produção. Um aumento populacional requer, necessariamente, uma produção comparativamente maior de alimentos, o que rebaixaria os lucros devido ao cultivo de terras mais inférteis e, também, a redução dos salários dos trabalhadores pelo fato de haver uma maior oferta de mão-de-obra (MALTHUS, 1996). Em uma tentativa de manter sua taxa de lucro, os capitalistas inevitavelmente elevariam os preços dos alimentos, e os salários dos pobres seriam insuficientes para mantê-los em seu nível de subsistência.

Tem-se, portanto, uma relação direta dos movimentos da remuneração do trabalho e do capital com a questão populacional. Dado que ambos os mercados são regulados diretamente pelo mecanismo de oferta e demanda, elevações no contingente populacional refletiriam em quedas nos níveis salariais na tentativa de manutenção dos lucros por parte dos empresários.

Uma intervenção na Lei dos Pobres afetou diretamente estes mercados. Polanyi (2012, p. 90) reiterou que uma mudança nas relações de trabalho geradas pela reforma da Lei em 1834 culminou, de fato, na criação de um mercado de trabalho proletariado e competitivo aos moldes do liberalismo econômico. Nota-se, portanto, uma íntima relação entre as ações tomadas pelo Estado, o destino da população e as flutuações econômicas sofridas pelo mercado de bens, de mão-de-obra, e de renda.

3.4.3 As Novas Relações entre o Estado e a Sociedade Civil

A mudança na pauta de preocupações dos economistas políticos do século XIX, notadamente Malthus e Ricardo, tem como foco a normatividade do Estado com relação ao regramento e bem-estar da população e do bom funcionamento da sociedade civil. A emergência da doutrina liberal com Smith, Hume e Ferguson é aprimorada por essa segunda geração de economistas políticos na tentativa de englobar maiores ações estatais no campo econômico e social para a realidade britânica ao longo da PRI.

Dada a relevância da Lei dos Pobres e a temática da população nas análises de Malthus, cabe afirmar que o Estado desempenha um papel estratégico em sua promoção, desenvolvimento e revogação. Mokyr (2009, p. 392) reitera que na época em destaque, as atividades do Estado na economia poderiam ser resumidas em duas atuações principais: uma, que consiste em realizar arranjos para o ambiente econômico quando o livre-mercado não é bem-sucedido em fazer na imposição de um aparato institucional adequado; e outra, que abrange a redistribuição de riqueza e renda.

Sob esta perspectiva, cabe argumentar inicialmente a respeito da opinião de Malthus e Ricardo sobre os interesses do Estado e da sociedade civil. No âmbito dos interesses puramente econômicos acerca das rendas advindas da terra, Malthus segue a ideia anteriormente defendida por Smith (2003, p. 199-200) que trata de uma conciliação de interesses do Estado, dos proprietários de terra e dos consumidores. Neste contexto, é interessante ao Estado que haja um aumento da renda nacional, da produção de alimentos e de manufaturas, das transações comerciais e da demanda por parte da população (MALTHUS, 1996).

Entretanto, a meta de elevação das riquezas nacionais envolvia a proposta de um Estado desvinculado das regulamentações comerciais no que diz respeito às transações com o exterior. Denis (1997, p. 334) reitera que a posição de Ricardo quanto à intervenção governamental no comércio internacional é de deixá-lo longe das regras que limitam a entrada de bens de primeira necessidade – como é o caso do trigo – para a nação britânica:

O comércio exterior, portanto, embora altamente benéfico para um país, na medida em que se eleva o montante e a diversidade dos objetos nos quais o rendimento pode ser gasto, e na medida em que, pela abundância e barateamento das mercadorias, incentiva a poupança e a acumulação de capital, não tem nenhuma tendência para elevar os lucros do capital, a menos que as mercadorias importadas correspondam àquelas nas quais os salários são gastos. [...] Além dos progressos introduzidos nas técnicas e na maquinaria, várias outras causas operam constantemente no desenvolvimento natural do comércio e interferem no equilíbrio e no valor relativo do dinheiro. Subsídios às exportações ou às importações e novos impostos sobre mercadorias perturbam, algumas vezes direta, outras indiretamente, o comércio natural de escambo, e produzem a conseqüente necessidade de importar ou exportar dinheiro, para que os preços possam acomodar-se ao desenvolvimento natural do comércio. (RICARDO, 1985, p. 103 e 108).

A crítica à intervenção governamental no sistema comercial é enfatizada por Ricardo na medida em que subsídios e impostos alteram a naturalidade das trocas e do valor do dinheiro. Importar produtos essenciais como o trigo representa uma elevação nos montantes de lucros acumulados pelos capitalistas nacionais, uma vez que a importação baixará os preços do trigo e, conseqüentemente, os salários dos trabalhadores.

A arrecadação da entidade estatal representa neste cenário um entrave à acumulação de capital da nação. Segundo Ricardo (1985, p. 114), os impostos tendem a reduzir o ímpeto de acumulação e a frear o crescimento da produção e renda nacionais.

Ao contrário das críticas feitas à figura governamental no campo econômico, enfatiza-se um Estado atuante no contexto populacional no sentido de controlar e melhorar a população já existente. Poursin e Dupuy (1972, p. 33) argumentam que o Estado da realidade malthusiana pode auxiliar no aprimoramento dos mecanismos preventivos e positivos por ele propostos, como incentivar as guerras – elevando a taxa de mortalidade –, e controlando a capacidade de reprodução da população por meios legais que impeçam o casamento precoce.

Malthus, portanto, defende um controle populacional por meio dos conjuntos de obstáculos e por meio de uma intervenção estatal que suspenda a vigência da Lei dos Pobres:

O grau de prosperidade do povo não pode senão diminuir, quando um dos mais fortes obstáculos ao ócio e ao desperdício é então removido e quando os homens são levados a casar com pouca ou nenhuma perspectiva de poder sustentar uma família com independência. [...] Mas como pelas leis de nossa natureza deve haver algum obstáculo ao crescimento da população, é melhor que a população seja controlada por uma previsão das dificuldades em se cuidar de uma família e pelo medo da pobreza dependente, do que ser estimulada apenas para ser contida, posteriormente, pela privação e pela doença. [...] Fosse eu propor um paliativo – e paliativos é tudo o que a natureza do caso admitirá –, seria, em primeiro lugar, a revogação completa de todas as atuais leis paroquiais de auxílio aos pobres. (MALTHUS, 1996, p. 273-274).

A atividade estatal, portanto, torna-se necessária para o controle populacional e a manutenção do bem-estar da coletividade. Uma vez que a Lei dos Pobres trazem incentivos negativos à moral, ao comportamento dos indivíduos e à economia, caberia ao Estado suspendê-la. Uma opção plausível sugerida por Malthus (1996, p. 274) para solucionar o problema populacional vigente na Grã-

Bretanha do século XIX é o incentivo à exploração de novas terras e à atividade agrícola, já que esta atividade supriria o mercado com uma crescente quantidade de trabalho e de produtos de primeira necessidade.

A conclusão proposta por Polanyi (2012, p.153) recorre à união entre a classe manufatureira e o Estado na suspensão da Lei dos Pobres. A Lei impedia a criação de uma classe trabalhadora industrial e de um mercado de trabalho livre sem auxílios financeiros, e a pressão exercida pelos industriais foi bem-sucedida em lograr o seu completo abandono.

Polanyi (2012, p. 157) ainda argumenta que o fim dos auxílios aos pobres representou, de fato, o triunfo do liberalismo econômico que emergia com os principais economistas políticos da época. O fim de um empecilho regulador que impedia a criação de um mercado livre fora extinto, e o caminho para o livre-comércio estava aberto: “a expansão do sistema de mercado no século XIX foi sinônimo do comércio livre internacional, do mercado de trabalho competitivo e do padrão ouro (...). Não é de se admirar que o liberalismo econômico tenha se transformado numa religião secular (...)”. (POLANYI, 2012).

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

A análise proposta neste capítulo buscou analisar dois elementos: as principais condições econômicas, políticas e sociais que culminaram no nascimento da economia política como força investigativa; e, em um segundo momento, as ideias pautadas pelos principais economistas políticos liberais aqui considerados relevantes para a análise da trajetória sofrida por essa escola econômica ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Isto teve por finalidade compreender as mudanças nas relações entre o Estado e a população com o auxílio dos princípios postulados pelos principais economistas políticos considerados relevantes para a análise. Do início da tradição escocesa em meados do século XVIII com Adam Smith, David Hume e Adam Ferguson até os ingleses Thomas Malthus e David Ricardo, notou-se uma mudança considerável na pauta de preocupações destes pensadores ao longo de suas trajetórias investigativas.

Ideias que dizem respeito ao funcionamento da economia, à integridade do indivíduo e da população e ao papel do Estado como ator-chave na condução de

políticas sociais e econômicas englobam os principais temas tratados pelos economistas, além da emergência paralela da doutrina liberal como guia ideológico destes autores.

A proposta escocesa, que postulava um repensar sobre a individualidade e os interesses humanos, fortemente influenciada pelo Iluminismo francês e pela fisiocracia, apresenta um sistema ideológico baseado na harmonia dos princípios da natureza que conduz a uma análise econômica dos fluxos de produção, moeda e comércio exterior. A crítica à geração de valor fisiocrática, focada somente na agricultura, é aprimorada a ponto de atingir uma análise estruturada concernente às relações monetárias e ao dinamismo comercial apresentado pelas nações europeias da época.

O foco na análise da moeda, apresentado principalmente por Hume e Smith, mostra-se relevante para compreender a defesa de um comércio exterior livre de monopólios estatais, como se pautava na argumentação mercantilista. A importância de se ter um dinamismo econômico – agrícola, industrial e comercial – significa, para Hume (2004, p. 408-410), uma elevação da grandeza da nação e da felicidade do povo, gerando grandes vantagens não-econômicas para a população, como o bem-estar.

Ao lado de uma defesa pela redução da intervenção estatal na economia via monopólios, indicando uma posição contrária à proposta pelo mercantilismo, propõe-se a realocação da participação do Estado para áreas limitadas ao bem-estar da população, à segurança nacional e à justiça. Não se defende uma extinção da figura estatal, mas um conjunto de pautas em que sua presença se mostra prioritária.

Sob esta perspectiva, os economistas políticos ingleses do século XIX se mostravam fortemente influenciados pelos caminhos teóricos abertos pelos escoceses, não somente em termos ideológicos, mas também técnicos. Malthus (1996, p. 28) dedica sua obra a examinar profundamente as bases da teoria proposta por Smith, enquanto Ricardo (1985, p. 39) busca reavaliar os conceitos de Smith e dos fisiocratas a respeito das questões sobre o valor, a renda, os salários e os lucros.

De maneira semelhante, as influências de Smith com relação à defesa do livre-comércio são pautadas por Malthus e Ricardo; ambos se posicionavam contra a regulação existente sobre a importação de trigo pela Grã-Bretanha – o que dificultava a importação do bem e seu consequente encarecimento. Malthus (1996,

p. 204) segue o argumento de Hume (2004, p. 399) de que o comércio não é uma atividade improdutiva em termos de geração de valor, e que este determina de forma direta o montante de lucros e salários da economia.

Ricardo (1985, p. 103) vai mais além ao argumentar que uma ampliação do comércio exterior fornece mercadorias com preços reduzidos à nação; no caso dos bens consumidos pelos trabalhadores, um barateamento dos produtos levaria a uma queda nos salários – já que menos recursos seriam gastos na sua aquisição – e a um aumento na taxa de lucro dos empresários, pois estes direcionariam menos capital para a mão-de-obra.

A relação entre a dinâmica econômica e a situação geral da população se dá no ponto em que Malthus discute o aumento tanto nos contingentes populacionais quanto na pobreza do Reino Unido após os primeiros efeitos da PRI serem sentidos pela estrutura econômica e social. Neste sentido, não se questiona apenas quais as medidas que poderiam ser tomadas para reduzir a pobreza e as taxas de natalidade, mas qual deveria ser o papel efetivo do Estado na promoção destas medidas.

A polemização da Lei dos Pobres por Malthus e Ricardo envolveu um conjunto de consequências negativas geradas pela Lei em termos morais e econômicos. Ela não apenas incentivaria o homem pobre da sociedade britânica a se acomodar com os auxílios financeiros, mas geraria enormes prejuízos àqueles que não se beneficiavam da ajuda, já que forçavam o valor do trabalho para baixo e elevavam os preços dos alimentos.

Sendo assim, caberia ao Estado atuar efetivamente na revogação da Lei e apresentar outras formas de promoção do bem-estar da coletividade. Retiravam-se os auxílios financeiros e as políticas assistencialistas diretas e dava-se lugar a uma preocupação estatal indireta que focava apenas as estatísticas – suas taxas de natalidade, mortalidade, casamento e imigração – e a normalidade da população. Tudo isto, de acordo com Poursin e Dupuy (1972, p. 41), para buscar uma felicidade social que seria assegurada com o equilíbrio entre economia e população.

Finalmente, nota-se a íntima relação entre os pressupostos apresentados pelo liberalismo econômico dos economistas políticos e o papel do Estado. A proposta de uma nova entidade governamental que deixa de focar exclusivamente o campo econômico é consolidada com a introdução de um Estado *sociobiológico*, o qual visa a regularidade da população dentro da sociedade civil e suas características biologizantes.

4 A GENEALOGIA FOUCAULTIANA DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Este capítulo apresentará uma releitura crítica da evolução do pensamento liberal clássico inglês – conforme a revisão feita no capítulo anterior – a partir da conceitualização de biopolítica e de governamentalidade de Foucault delimitada no capítulo 02.

Dado que a discussão teórica proposta neste trabalho é apresentar as contribuições do pensamento genealógico foucaultiano para o estudo das ideias do pensamento econômico, isto será feito pela interpretação das teses da escola de economia política clássica britânica sobre o papel do Estado e suas relações com a área econômica e a população a partir do olhar foucaultiano. Uma vez que Foucault assume estas teses não apenas como escritos de uma determinada escola de pensamento, mas como um conjunto de práticas que, de maneira bem-sucedida, foram capazes de reconduzir a maneira com que o Estado passou a tratar a população, assume-se que existe uma relação íntima entre o desenvolvimento do pensamento econômico britânico e o processo de emergência e racionalização das práticas biopolíticas.

O capítulo apresenta dois objetivos principais: primeiro, compreender, a partir dos escritos e dos tópicos discutidos pelos economistas da primeira geração escocesa, a transição da governamentalidade policial para a ascensão da economia política clássica como uma arte de governar específica que, por meio do Estado, inaugurou a prática da biopolítica; e segundo, identificar de que maneira o pensamento econômico da segunda geração de economistas da tradição inglesa forneceu um conjunto de ideias sobre as relações entre a população, a economia e o Estado que visavam racionalizar, arquitetar e propor a prática da biopolítica a partir da bioeconomia, e ainda como estas práticas se consolidaram na realidade das populações, sociedades e mercados por meio dos dispositivos de segurança.

A questão da bioeconomia, termo utilizado por Foucault (2008c, p. 100-101) para se referir às investigações que envolviam a economia política britânica do século XIX com relação ao tratamento e controle da população a partir das regras econômicas, merece ênfase especial neste trabalho por apresentar um elo relevante e ainda pouco explorado pelos estudiosos do pensamento econômico entre os escritos dos economistas políticos britânicos e a arte liberal de governar, que fundamentou a prática da biopolítica no início do século XIX. A argumentação que se

segue busca não apenas fundamentar a emergência das práticas biopolíticas a partir da analítica bioeconômica e sua aplicação através dos dispositivos de segurança controlados pelas políticas de Estado, mas também enfatizar a origem da nova dinâmica de relações entre o Estado, a população e o mercado.

Estes três personagens exercem um papel estratégico na pauta de discussões do pensamento econômico liberal clássico, e isto pode ser melhor compreendido a partir dos principais tópicos abordados pela primeira geração da economia política inglesa do século XVIII. Neste momento histórico, as críticas feitas ao antigo sistema mercantil, que apresentava sinais de crise por sua ineficácia de administração econômica, se unem a um conjunto de novas ideias postuladas por Smith, Hume e Ferguson, que se mostraram bem-sucedidas ao inaugurarem uma arte liberal de governar segundo a argumentação foucaultiana.

Posteriormente, em meados do século XIX, o pensamento dos intelectuais escoceses foi consolidado devido à sua influência direta nas teses propostas pelos economistas ingleses. Estes, que indicavam uma nova pauta de preocupações econômicas a partir do problema sociobiológico da população como visto no tópico 3.4, reforçaram a arte liberal de governar no sentido de proporem novas relações e mecanismos entre o Estado, a coletividade e a realidade econômica, o que culminou em um refinamento das práticas biopolíticas com o surgimento de novos dispositivos de segurança.

Os tópicos que se seguem buscam, portanto, investigar e discutir a evolução destes fenômenos com base no referencial proposto por Foucault, que fornece à economia política britânica um papel estratégico no desenvolvimento da conduta biopolítica.

4.1 A ASCENSÃO DA ECONOMIA POLÍTICA LIBERAL CLÁSSICA COMO PRÁTICA GOVERNAMENTAL

Esta seção visa investigar a fase de transição do sistema mercantil para a economia política com o objetivo de compreender as principais condições políticas e econômicas que levaram o liberalismo clássico a se instaurar como uma prática governamental. Parte-se da evolução da governamentalidade policial, em voga desde o século XVI ao início do XVIII, até sua crise com a ascensão das ideias fisiocráticas, que representaram o primeiro abalo no sistema de polícia. Em seguida,

a introdução dos princípios da economia política e, mais especificamente, do liberalismo econômico na gestão governamental será enfatizada no esforço de compreender como este fenômeno modificou sensivelmente a dinâmica entre o Estado e a população.

4.1.1 A Razão Econômica como Crítica ao Estado de Polícia

Compreender a estrutura do Estado de polícia significa retornar à problemática posta por Foucault a respeito da emergência de uma racionalidade puramente governamental no século XVI, em que havia o questionamento do poder do governo sobre si, seu território, e sua população. Se, para Smith (1978, p. 331), a polícia significava a regulação das partes internas do governo em geral, caberia a ela focar na limpeza pública, na segurança e na riqueza e opulência do Estado. Ou seja, ir além da presença do Estado somente no que diz respeito ao território e às fronteiras, mas, de fato, governar a realidade dos indivíduos por meio de elementos presentes nas variadas esferas da vida e do convívio social.

A abrangência da instituição policial sobre a população resultou, para Foucault (2008c, p. 420-421), no governo e controle de todas as principais esferas da vida dos indivíduos de modo que seu desenvolvimento e aprimoramento significassem garantir a força da entidade estatal³². O filósofo afirma:

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de “polícia” o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. [...] O que caracteriza o Estado de polícia é aquilo que lhe interessa é o que os homens fazem, é a sua atividade, é sua ocupação. O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado. [...] É a atividade do homem como elemento constitutivo da força do Estado. (FOUCAULT, 2008c, p. 421 e 433)

Uma vez que a vida dos indivíduos se tornou um objetivo político que auxiliava na ampliação e manutenção das forças estatais, cabia à polícia focar cinco setores-chave da atividade e ocupação humana. Estes incluíam: o número de homens, as necessidades da vida (alimento, habitação), a saúde, o trabalho e a

³² Foucault (2008c, p. 456-457) destacou que o poder policial como se apresentava nos séculos XVI, XVII e início do XVIII não estava relacionado em nenhum aspecto ao poder jurídico.

circulação das mercadorias (provenientes da atividade dos homens) (FOUCAULT, 2008c).

Nota-se que a realidade econômica também era um alvo da polícia, uma vez que a atividade produtiva e o comércio desempenhavam papéis essenciais na vida dos indivíduos. Sendo assim, o mercantilismo se consolidou como uma técnica que atuou na manutenção e expansão do Estado de polícia no século XVII e no início do século XVIII, que inseriu as questões econômicas no âmbito estatal com o objetivo de fortalecer seu poder e satisfazer seus interesses.

A definição do mercantilismo se apresentava como uma doutrina econômica e política formulada para servir essencialmente a um novo tipo de organização comunitária que surgia, o Estado nacional, e que apresentava limites, objetivos e obrigações morais precisas. Com a doutrina mercantil emergiu, também, novas instituições econômicas: o mercado de larga escala; as grandes associações comerciais; e uma elite mercante com influências sobre o governo e a opinião pública (VINER, 1991).

Viner (1991, p. 46) ainda argumenta que a doutrina mercantilista apresentava a tendência de uma análise estática de poder – em que assumia os ganhos de uma nação como sendo, conseqüentemente, as perdas de outra –, o que implicava em uma subordinação da economia com relação ao poder político, trazendo à realidade econômica como um todo a ideia de equilíbrio dos poderes por meio de uma *balança comercial, balança de poder e balança monetária*.

Foucault (2008c, p. 454) parece dar continuidade ao argumento de Viner ao afirmar que o mercantilismo deveria ser interpretado não apenas como uma doutrina econômica, mas como um cálculo, uma prática política que colocou a vida econômica a serviço do Estado. A entrada do homem no mundo abstrato da mercadoria, possibilitada pelo mercantilismo, formou uma arte de governar específica que se ajustou ao princípio da razão de Estado do século XVII.

Nesta razão governamental, a polícia enquanto instituição ao serviço do Estado tinha por finalidade essencial organizar as relações entre a população e as mercadorias, uma vez que o comércio era pensado como o instrumento principal da força do Estado. O mercantilismo foi, portanto, o primeiro responsável pela sanção desta arte de governar policial, representando a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo ao introduzir de maneira bem-sucedida a economia ao nível da gestão do Estado (FOUCAULT, 2008c).

Esta consolidação do mercantilismo como doutrina econômica da política se deu por um conjunto de práticas e ideias, dentre as quais Foucault (2008c, p. 454) destaca: o mercantilismo exigia que cada nação tivesse o maior contingente populacional possível; que toda a população fosse produtiva; que os salários pagos a estes indivíduos fossem os mais baixos possíveis de modo que o preço das mercadorias também fosse reduzido; que o preço das mercadorias exportadas fosse baixo; e que o comércio internacional possibilitasse a importação do maior contingente de ouro possível.

A visão mercantilista sobre os conceitos de riqueza e moeda³³ trouxe algumas consequências no que diz respeito às suas interpretações sobre escassez econômica. Se os mercantilistas enfatizavam certos elementos que poderiam indicar a prosperidade nacional, como a expansão monetária e o sucesso no comércio internacional, a preocupação com a dinâmica do mercado interno ainda permanecia quase inexistente, exceto quando ela representava um fator complementar à força de Estado.

Os mecanismos utilizados pelos mercantilistas para atuar em situações econômicas problemáticas eram, muitas vezes, ineficazes no que diz respeito à flexibilização dos preços e salários, à dinamização do mercado interno, ao aumento populacional, ao controle da taxa de câmbio e à administração do estoque de metais preciosos relacionado ao papel-moeda (VINER, 1991).

Neste contexto, a ineficácia das ideias mercantilistas frente à ideia de escassez foi comprovada no início do século XVIII. A nova realidade, que esboçava um aumento nas inovações tecnológicas, nas relações comerciais, na produção de alimentos e na produtividade do trabalho (MOKYR, 2009), além de guerras, endividamento das monarquias e um significativo aumento populacional (FOUCAULT, 2008c) gerou uma crise nos meios de subsistência, que passou a questionar os pressupostos do sistema mercantil.

O mercantilismo, cujo objetivo principal era fomentar os poderes do Estado e do soberano, entrou em crise, uma vez que não apresenta soluções para o destravamento da escassez de alimentos e bens de maneira eficaz. Foucault (2008c, p. 43-45) argumentou que, ao contrário do mercantilismo, que idealizava a

³³ Este trabalho não intenciona discutir a polêmica da visão crítica de Adam Smith sobre o conceito mercantilista de riqueza. Autores como Magnusson (2009a, p. 46-53) argumentam que a opinião smithiana é errônea e já estaria superada, enquanto Viner (1991, p. 46) a assume como verdadeira.

manutenção de preços e salários abaixo dos valores reais, em meados do século XVIII emergiu um novo conjunto de ideias econômicas que defendia a livre flutuação dos preços, da produção agrícola e da circulação dos bens: a fisiocracia.

4.1.1.1 Da Fisiocracia à Arte Liberal de Governar

Compreender a fisiocracia como uma fase de transição entre o mercantilismo e a economia política clássica requer dividir seus principais ícones em duas vertentes principais: a inglesa, representada notadamente por Petty, e a francesa, com Boisguillebert, Quesnay e Turgot. Ambas devem ser consideradas em seu conjunto, já que todos os autores, à sua maneira, buscavam criticar o antigo sistema mercantilista, além de serem uma influência direta ao nascimento da economia política britânica do século XVIII.

Segundo Schumpeter (1994, p. 210), Petty (1623-1687) foi o primeiro fisiocrata inglês a inaugurar, de fato, a *aritmética política* relacionada à economia, trazendo as regras e os métodos quantitativos para a esfera da análise econômica a partir da ciência estatística. Além de lidar com problemas práticos, como a contagem da população vivente no território e da renda nacional, ele também inaugurou algumas ideias críticas relacionadas ao excessivo intervencionismo estatal sobre a economia (BREWER, 2009).

Sobre a tradição fisiocrática francesa, deve-se destacar as afirmações de Boisguillebert (1646-1714), que foi um dos primeiros a afirmar que a riqueza não era originária da benevolência, mas do trabalho e do autointeresse (STEINER, 2009). Ele defendia os interesses da agricultura e via o organismo econômico como um sistema de equilíbrio de magnitudes econômicas interdependentes tomado a partir do ponto de vista do consumo, o que, de acordo com Schumpeter (1994, p. 216), era uma visão frequentemente compartilhada pelos fisiocratas posteriores a Boisguillebert.

Além de Boisguillebert, uma atenção especial deve ser dada à figura de Quesnay (1694-1774), que desenvolveu um conjunto de ideias que relacionavam a mecânica da natureza e a realidade econômica, com especial atenção à relevância da atividade agrícola para a economia. Quesnay ainda concentrou seus escritos na proposta de um “governo econômico”, como ele próprio o define:

The state of the population and of the employment of men is therefore the principal matter of concern in the economic government of states, for the fertility of the soil, the market value of the products, and the proper employment of monetary wealth are the results of the labor and industry of men. These are the four sources of abundance, which co-operate in bringing about their own mutual expansion. But they can be maintained only through the proper management of the general administration of *men and products*; *a situation in which monetary wealth is valueless* is a clear evidence of some unsoundness in government policy, or oppression, and of a nation's decline. (QUESNAY, 1958, p. 512, *apud* STEINER, 2009, p. 63-64; grifo original).

Caberia a este governo econômico se preocupar, portanto, com o estado da população e com o seu nível de emprego; seu sucesso dependia do resultado da fertilidade dos solos, do valor de mercado dos produtos e do emprego correto da riqueza monetária resultante do trabalho agrícola e industrial dos homens. A manutenção destes elementos, afirma Quesnay, estava sujeita exclusivamente a uma administração correta tanto dos homens quanto dos bens, e não apenas da abundância de riqueza monetária, o que indicava uma crítica de Quesnay ao sistema mercantil.

Schumpeter (1994, p. 230) resumiu a tese de Quesnay em dois pontos principais: primeiro, a defesa do *laissez-faire* no que diz respeito ao comércio internacional; e segundo, na adoção de um imposto único sobre a renda líquida originária da terra. Ambos trariam melhores condições econômicas aos agricultores, pois elevariam os ganhos com o comércio de bens primários (STEINER, 2009). Foi com estes princípios em mente que Quesnay elaborou seu *Tableau Économique*³⁴, mostrando como os fluxos de renda e de produção de uma economia agrícola baseada nos princípios do livre-comércio funcionariam.

Turgot, outro fisiocrata da vertente francesa, também introduziu uma série de ideias comparativamente mais evoluídas que de fato representam um período de transição entre os fisiocratas e a economia política clássica britânica (SCHUMPETER, 1994). Suas ideias indicavam um sistema completo em termos de

³⁴ Segundo o esquema de Steiner (2009, p. 68-69), o *Tableau* de Quesnay funcionaria a partir da análise dos fluxos monetários e de produção da economia, vistos a partir dos gastos e dos ganhos divididos entre os produtores e os proprietários da terra. A classe dos agricultores pagaria a porção da renda da terra que corresponde aos proprietários, que por sua vez gastariam o montante monetário recebido em bens de luxo (como roupas e móveis) e também em alimentos. A parcela gasta em alimentos seria direcionada, novamente, aos agricultores, que direcionaria parte dos recursos monetários na reposição de máquinas e equipamentos, e parte no seu próprio setor de alimentos. Quesnay conclui afirmando que o capital circulante da classe agrícola depende, inevitavelmente, dos gastos realizados pelos proprietários da terra, e a reprodução do capital no sistema econômico dependeria, primeiro, da produção iniciada pelos agricultores.

teoria econômica, envolvendo discussões sobre a natureza do valor e os benefícios do livre-comércio, que levariam a maiores níveis de bem-estar da população.

Ainda, Turgot passou a abordar a questão da influência das forças da oferta e demanda internas nos preços dos produtos comercializados no exterior, o que representava uma evolução considerável do pensamento fisiocrático de Quesnay (STEINER, 2009). Indo mais além, Steiner afirma (2009, p. 71) que Turgot rejeitou a análise estática e deu início a uma investigação dinâmica, o que incluía também o papel de preços mais altos cobrados pelos produtores agrícolas e seu consequente efeito no mercado de trabalho (maior demanda por mão-de-obra) e nos salários pagos aos trabalhadores, elevando, assim, a demanda interna por alimentos.

O conjunto das ideias fisiocráticas, de Petty a Turgot, indicava para Foucault (2008c, p. 44-45) um novo tratamento com relação às ideias econômicas, principalmente sobre as questões de escassez, produção e dinamismo econômico. Segundo o filósofo, o sistema fisiocrático apresentou algumas consequências práticas no que diz respeito à mutação das tecnologias de poder; ou seja, inaugurou-se uma nova condução das técnicas de governo.

A defesa do livre-comércio entre as nações, associada à livre flutuação dos preços dos alimentos colocada a partir do problema econômico da escassez representou para Foucault (2008c, p. 459) uma crítica ao Estado de polícia, além do seu desmantelamento e sua desarticulação. Propor uma quantificação dos elementos econômicos da nação – como sua população e renda – além de soluções para o destravamento da economia por meio do setor agrícola, da liberdade comercial, da circulação da renda nacional e da interação entre oferta e demanda tornaram o mercantilismo e a regulamentação policial ineficazes frente aos problemas econômicos que surgiam.

As técnicas de governo propostas pelos fisiocratas não deveriam estar mais atreladas apenas ao comércio e à circulação de mercadorias, mas à sua efetiva produção. Neste sentido, ao defender uma produção de alimentos e manufaturas atreladas a uma livre flutuação dos preços dos bens e à liberdade de comércio, o pensamento econômico passou a questionar o papel interventor da polícia, evocando uma nova governamentalidade que prezava pelo jogo de interesses particulares, pela concorrência livre de monopólios e pela felicidade do todo. Foucault afirma:

O bem de todos vai ser assegurado pelo comportamento de cada um, contanto que o Estado, contanto que o governo saiba deixar agir os mecanismos do interesse particular, que estarão assim, por fenômenos de acumulação e de regulação, servindo a todos. O Estado não é portanto o princípio do bem de cada um. Não se trata, como era o caso da polícia, [...] de fazer de tal modo que o melhor viver de cada um seja utilizado pelo Estado e retransmitido em seguida como felicidade da totalidade ou bem-estar da totalidade. Trata-se agora de fazer de tal modo que o Estado não intervenha senão para regular, ou antes, para deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a todos. (FOUCAULT, 2008c, p. 466)

Com este novo jogo de interesses e a proposta de recondução do papel do Estado de polícia, consolidou-se o início de uma razão governamental moderna. Nela, o Estado deixou de atuar como um controlador de todas as esferas da vida e passou a seguir uma nova arte de governar que se agregou à razão econômica de forma a fornecer um novo conteúdo à razão de Estado e novas formas de racionalidade (FOUCAULT, 2008c).

Esta governamentalidade lidava com um novo campo de naturalidade proposto pela fisiocracia e, posteriormente consolidado pelo liberalismo, que abrangia a sociedade, os saberes, a população e os processos econômicos: ela retirava a artificialidade política presente no Estado de polícia; levava o conhecimento científico da economia política que incluía a produção, o consumo e as riquezas para dentro da esfera do poder estatal; repensava a população a partir de sua realidade específica e seus interesses, desenvolvendo novas práticas de intervenção; e buscava respeitar os processos naturais da economia ao prezar a liberdade, porém assumindo algumas regulamentações necessárias por parte do Estado.

A nova arte de governar proposta pela emergência da razão econômica inseriu, portanto, uma nova lógica de racionalização em que se instaurou uma série de mecanismos que tinham por função não assegurar o crescimento do Estado em força, riqueza e poder, mas sim limitar o exercício do poder de governar. Este se dava dentro de um jogo entre interesses individuais e coletivos, utilidade social, benefício econômico e equilíbrio de mercado, ou seja, dentro de um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados (FOUCAULT, 2008c).

Dessa forma, a razão econômica buscou não mais os princípios de legitimidade do Estado, mas focar em práticas que colocavam a figura do soberano em segundo plano; isto não significava aniquilá-lo, mas limitá-lo com relação aos

assuntos econômicos, trazendo maior liberdade às forças econômicas de oferta, demanda, preços, transações comerciais e decisões.

Isto pode ser verificado a partir das investigações propostas no capítulo 03, quando, por exemplo, (i) Smith advocava por um Estado que assumisse uma figura gestora apenas nas áreas-chave da economia e da sociedade; (ii) Ricardo defendia a exclusão da figura estatal na determinação das regras do comércio internacional e do mercado interno de mão-de-obra; e (iii) quando Malthus pautava sobre uma participação estatal efetiva nos assuntos relacionados ao controle de natalidade e ao bem-estar da população. Nota-se, portanto, a defesa pela realocação do Estado para áreas outras além do mercado, das transações e dos interesses particulares; ou seja, a defesa de uma arte de governar diferente da policial.

A seção a seguir continuará a discussão inaugurada no tópico 4.1, que buscou apresentar a transição do sistema mercantil como correlato do Estado de polícia para a emergência da fisiocracia, uma doutrina cuja razão econômica trouxe novas condutas do Estado com relação à população e à realidade dos mercados. A evolução do pensamento fisiocrático para a economia política clássica britânica será enfatizada com ênfase para a tomada do conjunto de princípios da economia política como uma verdadeira arte de governar, que passou a ditar as regras de conduta do Estado a partir do final do século XVIII.

4.1.2 A Arte Liberal de Governar

De modo a reunir as principais ideias das três escolas de pensamento econômico até aqui abordadas no trabalho – o mercantilismo, a fisiocracia e a economia política britânica –, o Quadro 01 a seguir resume alguns elementos-chave presentes no debate dos diferentes pensadores econômicos. As questões presentes nele são baseadas em itens abordados tanto no capítulo 03 quanto no presente.

Ideias/Noções	Escolas de Pensamento Econômico		
	Mercantilismo (meados XVI-fim XVII)	Fisiocracia (fim XVII-meados XVIII)	Economia Política (fim XVIII-meados XIX)
Base da Economia	Comércio internacional	Produção agrícola	Produção agrícola e industrial, comércio interno e externo
Moeda	Sinônimo de riqueza; possui valor intrínseco	Finalidade somente como meio de troca; valor neutro	Finalidade somente como meio de troca; valor neutro
Mercado	Subordinado aos interesses de Estado	Independente; possui forças próprias assim como a natureza	Independente; maior estágio evolutivo da sociedade
População	É um bem de Estado; exógena (maior população leva a maior riqueza)	Endógena (maior riqueza leva a maior população)	Endógena (maior riqueza leva a maior população)
Estado	Presente em todas as esferas da vida; atuação da polícia	Parte integrante do sistema econômico como outras variáveis	Presente na esfera social e limitado na ação econômica
Finalidade da Análise Econômica	Economia é um cálculo, um meio para fortalecer o poder do Estado	Economia é um meio de análise para criar e melhorar as políticas econômicas que visam o crescimento econômico	Economia é um meio e fim em si própria; ela prescreve normas e políticas que visam o crescimento econômico, além de investigar os determinantes do valor, preços e outras variáveis econômicas

QUADRO 01 – AS TRÊS ESCOLAS DE PENSAMENTO: PRINCIPAIS IDEIAS

FONTE: O autor (2013); Pressman (2002); Smith (2003); Heckscher (1943); Brewer (2009); Steiner (2009).

Da transição do Estado de polícia, em que imperava o mercantilismo, para uma nova razão governamental que, por meio da internalização dos princípios postulados pela razão econômica, consolidou-se como a arte liberal de governar, a compreensão da trajetória das ideias econômicas ao longo do final do século XVII para o século XVIII se torna crucial para entender quais ideias foram relevantes e de que maneira elas se organizaram para formar um conjunto de práticas governamentais assumidas pelo Estado até o final do século XIX.

Para isso será destacada a evolução da fisiocracia para a economia política liberal clássica com ênfase para o pensamento de Adam Smith e David Hume, intelectuais da geração do Iluminismo Escocês que podem auxiliar na compreensão da mudança da pauta de preocupações e recomendações com relação às práticas de Estado. O estudo dos argumentos propostos pelos dois pensadores será conduzido com base nas ideias foucaultianas sobre o papel da economia política na ascensão de uma nova razão governamental no século XVIII.

Isto significa demonstrar, a partir do referencial de Foucault, como certas questões debatidas e defendidas pelos economistas políticos podem ser reinterpretadas em termos de estratégias para a recondução do papel do Estado e suas relações adjacentes. Neste sentido, as ideias apresentadas no tópico 3.2 vão além de uma simples reunião de teorias, indicando um verdadeiro potencial analítico que auxilia na compreensão do surgimento de uma nova arte de governar e, por consequência, da conduta biopolítica por parte do Estado.

Sendo assim, este tópico visa elaborar uma definição da arte liberal de governar no que diz respeito não apenas à sua transição e emergência, mas também delimitar suas ideias e propostas com base nos argumentos fundados no liberalismo clássico escocês. Busca-se, portanto, apresentar a ascensão, racionalização, dinamização e consolidação da arte liberal de governar.

Ao Foucault (2008c, p. 460-466) assumir o pensamento econômico como capaz de desarticular o Estado de polícia, ele deu atenção especial à doutrina fisiocrática, que para ele representou o primeiro abalo no sistema policial. No entanto, as teses fisiocráticas não representaram uma escola de pensamento econômico consolidada pelo fato de suas ideias estarem em ascensão durante um período de cerca de duas décadas (SCHUMPETER, 1994).

Isto implica no fato de a fisiocracia representar uma fase de transição entre o mercantilismo e a economia política clássica. Ela trouxe à esfera governamental novas teses sobre o combate à escassez por meio da produção agrícola; questionou a regulação policial no meio econômico e defendeu a livre flutuação dos preços e das forças de oferta e demanda; deixou de tratar a população como um bem de Estado cuja máxima quantidade era sempre desejável; e defendeu a liberdade de comércio e de concorrência interna e externa, advocating pelo livre jogo de interesses de produtores e de consumidores (FOUCAULT, 2008c).

Dentre estes elementos mencionados, para Foucault (2008c, p. 466-469) a principal consequência da fisiocracia foi ser o primeiro conjunto de teses econômicas que assumiu o Estado não como um interventor, mas como um regulador dos diferentes interesses no que tange ao meio econômico. Isto representou o esboçar de uma nova razão de Estado e de uma governamentalidade a partir do elemento da naturalidade – das forças econômicas, dos interesses, dos preços – que se opõe à artificialidade do Estado de polícia (FOUCAULT, 2008c).

No entanto, segundo Foucault (2008c, p. 468 e 471) cabe destacar que a fisiocracia foi, acima de tudo, uma doutrina formada por ideias que representavam mudanças do mercantilismo para a economia política. Ela também deu continuidade a uma série de resquícios mercantilistas, especialmente no que diz respeito à proposta da economia como uma ciência do governo – representada pelo governo econômico de Quesnay – e por seus cálculos que, para Foucault (2008c, p. 471), ainda não podem ser considerados de fato um conhecimento científico.

Ainda sobre os fisiocratas, Foucault argumenta:

A fisiocracia era portanto uma crítica severa a toda a regulamentação administrativa pela qual se exercia o poder do soberano sobre a economia. Mas os fisiocratas logo acrescentavam o seguinte: deve-se deixar os agentes econômicos livres, mas, principalmente, há que considerar que o território inteiro de um país é, no fundo, propriedade do soberano ou, em todo caso, que o soberano é co-proprietário de todas as terras do país, e, por conseguinte, co-produtor; o que lhes permitia justificar o imposto. Logo, na concepção fisiocrática, o soberano vai ser, de certo modo, adequado de princípio e de direito – e também de fato aliás – a toda a produção e a toda a atividade econômica de um país, a título de co-proprietário das terras e co-produtor do produto. (FOUCAULT, 2008b, p.387).

A crítica de Foucault sobre os fisiocratas recai no fato destes terem abordado a figura do governo como uma parte do sistema econômico, o que de fato se verifica no *Tableau* e nos argumentos de Quesnay sobre a defesa de um imposto único para a exportação de produtos agrícolas, na ideia de Boisguillebert sobre as políticas governamentais de importação de alimentos e na consideração de Turgot sobre impostos indiretos relacionados à razão líquida do produto-capital. Nota-se que os fisiocratas assumem a figura do Estado como um elemento relevante do dinamismo econômico, ainda que defendam a naturalidade das relações de mercado, das forças econômicas e do interesse particular.

As influências da doutrina fisiocrática para a economia política são claras, principalmente por esta última compartilhar algumas das principais ideias da fisiocracia, o que se nota no Quadro 01. Entretanto, Smith (2003, p. 842) afirma que o sistema agrícola postulado pela fisiocracia apresenta muitas imperfeições, sendo, acima de tudo, um conjunto de ideias que visavam criticar as políticas mercantilistas sobretudo francesas.

Sob esta perspectiva, a fisiocracia pode ser considerada bem-sucedida por ter pioneiramente criticado o sistema policial e por ter reconduzido a pauta de discussões sobre a figura da população, a liberdade de comércio atrelada a uma produção agrícola e sobre a naturalidade das relações de mercado e do interesse individual. Entretanto, ela representou apenas o início de uma nova governamentalidade que começou a se esboçar com a crise no mercantilismo (FOUCAULT, 2008c). Foi com a emergência da economia política britânica que, de fato, o conhecimento econômico deixou de ser um conjunto de ideias e políticas e passou, de fato, ao patamar de conhecimento científico, com racionalidade e procedimentos específicos.

Isto representa, para Foucault (2008c, p. 472), que na escala evolutiva das ideias econômicas, a economia política é a primeira escola de pensamento que de fato apresenta uma divisão e relação específica entre poder, saber, o governo e a ciência. Ele afirma (2008c, p. 472) que com este novo saber “dois pólos aparecem: uma cientificidade que vai cada vez mais reivindicar sua pureza teórica, que vai ser a economia; e, depois, que vai reivindicar ao mesmo tempo o direito de ser levada em consideração por um governo que terá de modelar por ela suas decisões.”

Se, conforme mencionado no tópico 3.2.3, Smith (2003, p. 531) assumia que a economia política deveria arquitetar e racionalizar políticas que visavam à opulência do povo e da nação, esta escola de pensamento passou a adquirir um teor normativo que vai além da análise das variáveis econômicas; ela desempenhava um papel estratégico.

Para os economistas políticos da primeira geração, valorizar o crescimento econômico, as transações comerciais livres da intervenção governamental e os interesses particulares significavam a base de seu pensamento. Além de se assumir uma concepção de indivíduo dotado de razão, paixões, interesses e vontades próprias, como Hume (2009, p. 450-451) defendia, passou-se a considerar o mercado e a acumulação de capital como as forças correlatas do crescimento

econômico. É por este motivo que havia a necessidade por parte dos intelectuais de analisar estrategicamente, por exemplo, o papel da moeda, que estava no centro da dinâmica de crescimento econômico da nação. No caso da moeda, retirar o seu valor intrínseco, como assumido pelos mercantilistas conforme o Quadro 01, significou retirar do Estado o seu poder sobre a “riqueza” da nação; tornar a moeda neutra – conforme Smith (2003, p. 29) e Hume (2004, p. 435) assumiam – e apenas como um meio de troca trouxe o foco de análise para o mercado, excluindo o controle estatal sobre a riqueza.

Outra questão abordada pelos economistas escoceses que foi capaz de retirar da realidade econômica a figura do Estado foi a concepção dos interesses particulares. Se a ampliação do mercado exigia a tomada de decisão sobre as trocas, a retirada do controle governamental sobre a dinâmica dos mercados tornou a escolha individual e a defesa do autointeresse como os únicos princípios válidos. Quando Smith recorre à metáfora da mão invisível no ambiente econômico, ela indica que a busca pela satisfação individual é um dos requisitos mínimos para o funcionamento harmonioso das trocas, não requerendo a necessidade da intervenção estatal, por exemplo.

A tomada das ideias do liberalismo econômico clássico como tecnologia de governo tornou o mercado, a utilidade e os interesses como princípios da autolimitação³⁵ da razão governamental. Isto representou, para Foucault (2008b, p. 39 e 40), a consolidação da arte liberal de governar com o surgimento da ideia de “governo frugal”, que fundava seus princípios e sua razão não no crescimento de força, riqueza e poder do Estado, mas na limitação do exercício do poder de governar com base nas regras do mercado:

Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir – quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe – falsificar ou verificar a prática governamental. [...] Por conseguinte, o mercado é que vai fazer que um bom governo já não seja simplesmente um governo que funcione com base na justiça. O mercado é que vai fazer que o bom governo já não seja somente um governo justo. O mercado é que vai fazer que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade. [...] O mercado deve dizer a verdade, deve dizer a verdade em relação à prática governamental. (FOUCAULT, 2008b, p. 45)

³⁵ Foucault (2008b, p. 15) esclarece que esta limitação da prática governamental não se refere aos direitos do Estado, o que não era o objetivo da arte liberal de governar. Entretanto, ela apresenta limitações internas ao exercício de governar, ou seja, impõe limites à prática do Estado, impedindo-o de atuar em certas áreas, como é o caso da economia.

No momento em que o mercado se tornou o princípio de verdade que fundava as técnicas de governo do século XVIII, foi a ação da troca que conduziu as relações entre os indivíduos, passando a dar ao Estado um caráter de supervisor ou gestor. Foucault afirma (2008b, p. 161) que, neste novo cenário, passou-se a pedir ao Estado que supervisionasse o bom funcionamento do mercado para garantir que fosse respeitada a liberdade dos que trocam. Esta, portanto, passa a ser uma das novas funções da figura governamental.

A defesa de um Estado que perdesse o caráter de interventor e passasse a ser um gestor foi uma das principais teses postuladas por Smith e Hume. No que diz respeito à atividade econômica, Blaug (1998, p. 96) ressaltou que ambos os pensadores partilhavam a visão de que o sistema de preços e de oferta e demanda possibilitou uma mudança nos padrões de poder da sociedade feudal, trazendo para a realidade do final do século XVIII a ideia de que os produtores e consumidores seriam codependentes entre si, e não mais inteiramente dependentes de um determinado indivíduo ou instituição.

Além da visão de que a liberdade é intrínseca à natureza humana e de que o autointeresse não é sinônimo de puro egoísmo, a ressalva descrita por Blaug com relação à Smith e Hume indica que, para os pensadores, a esfera das preocupações estatais não deveria abranger a realidade dos mercados e das trocas nos moldes do Estado interventor policial. Ao contrário, se caberia ao Estado apenas focar os setores e instituições estratégicas do planejamento econômico, como Smith argumenta (2003, p. 873-874), o mercado seria um lugar em que as forças naturais da economia deveriam imperar, sem intervenções ou controles impostos segundo a vontade do soberano.

Ainda, para Smith caberia também ao Estado não somente se preocupar com os setores estratégicos, mas também preservar e resguardar a liberdade e segurança necessárias para o bom funcionamento das transações econômicas:

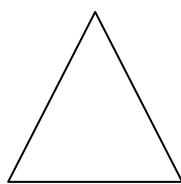
O esforço natural de todo indivíduo para melhorar sua própria condição, quando se lhe permite que o exerça com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso que, por si e sem auxílio algum, é capaz não só de conduzir a sociedade à riqueza e prosperidade, como ainda de superar uma centena de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas tantas vezes sobrecarrega suas operações. No entanto, estes obstáculos têm sempre como efeito, em medida maior ou menor, o cercamento da liberdade ou a diminuição da segurança dessa sociedade. (SMITH, 2003, p. 682).

Nota-se que dentro desta dinâmica possibilitada pela tomada do mercado e da liberdade econômica como fundamento das práticas estatais a partir do final do século XVIII, o interesse individual também se caracterizou por fundar a razão governamental moderna na medida em que o Estado não estava, assim como no Estado de polícia, referido a si mesmo, mas a um novo conjunto de interesses individuais e coletivos (FOUCAULT, 2008b). Foucault (2008b, p. 184) definiu que a grande questão que envolveu as ações estatais no final do século XVIII era, essencialmente, a demarcação das ações que deveriam ser executadas pelo soberano entre as áreas em que se podia intervir e as áreas livres da intervenção estatal.

Neste contexto, verificou-se uma verdadeira mutação das funções do Estado com a introdução da economia política clássica, em que passou a ser de responsabilidade dele a preservação dos interesses, das trocas, das riquezas e dos processos econômicos, e não mais a intervenção direta na economia como sua subordinada:

A partir da nova razão governamental – e é esse o ponto de descolamento entre a antiga e a nova, entre a razão de Estado e a razão do Estado mínimo –, a partir de então o governo já não precisa intervir, já não age diretamente sobre as coisas e sobre as pessoas, só pode agir, só está legitimado, fundado em direito e em razão para intervir na medida em que o interesse, os interesses, os jogos de interesse se tornam determinado indivíduo ou determinada coisa, determinado bem ou determinada riqueza, ou determinado processo, de certo interesse para os indivíduos, ou para o conjunto de indivíduos, ou para os interesses de determinado indivíduo confrontados ao interesse de todos. (FOUCAULT, 2008b, p. 62).

Sob a perspectiva colocada por Foucault, tinha-se a seguinte dinâmica arquitetada a partir dos novos elementos propostos por esta nova razão governamental:



VERDADE: Mercado

SABER: Economia Política

FIGURA 02 – A ARTE LIBERAL DE GOVERNAR A PARTIR DO PROJETO INTELLECTUAL DE FOUCAULT

FONTE: O autor (2013)

Seguindo a proposta colocada na Figura 01, a Figura 02 busca identificar o conjunto de relações estabelecidas pela arte liberal de governar a partir do esquema intelectual colocado por Foucault. Assim como o filósofo colocou em suas argumentações sobre a genealogia do poder, abordar a questão das relações de poder não é colocar a questão do saber e da verdade de lado, mas investigá-las a partir da perspectiva do poder.

De modo semelhante, entender a dinâmica de poder inaugurada pela arte liberal de governar significa tomar ao mesmo tempo a economia política e o mercado como responsáveis pela inauguração de novas relações de poder entre o Estado, a população, a sociedade civil. Este é o novo conjunto de relações inaugurado por esta arte liberal, que não trabalha com a ideologia do liberalismo econômico clássico de forma isolada, mas se utiliza de uma série de dispositivos que a auxiliam na consolidação dessa dinâmica de poder.

Dentro do jogo complexo de liberdades e controle do Estado, cabe destacar que a sociedade civil também foi tomada como parte dele na medida em que se mostrou como uma tecnologia governamental importante. Ela representava o elo entre a permissividade do Estado no que diz respeito às relações econômicas, ao mesmo tempo em que não abdicou à sua função de gestor das regras do direito representadas pelas leis. Para Foucault (2008b, p. 404-405), a sociedade civil foi bem-sucedida ao manter a unidade da arte de governar liberal, retomando os pressupostos de Ferguson mencionados no capítulo 03 sobre as relações entre o Estado e os indivíduos.

Ferguson indica que as relações estabelecidas entre a sociedade civil e o indivíduo tomado a partir de sua unicidade devem se satisfazer mutuamente, em que

o interesse individual deveria coincidir com o coletivo ao mesmo tempo em que caberia ao coletivo prezar pela felicidade dos indivíduos. Neste sentido, criou-se um sistema de multiplicação imediata no qual a sociedade civil uniu os interesses tanto de caráter egoísta quanto benevolente, mas sem renunciar seus direitos (FOUCAULT, 2008b).

Para Foucault (2008b, p. 417), com uso da sociedade civil como tecnologia governamental se teve uma expansão das relações econômicas na medida em que a sociedade atuou como o veículo do vínculo econômico, associando interesses individuais aparentemente divergentes dentro de uma coletividade. De forma análoga, ao tomar a sociedade civil como técnica Foucault respondeu à questão sobre como governar o espaço de soberania povoado por sujeitos econômicos que buscam destituir o seu poder, reconduzindo as práticas governamentais:

A partir dos séculos XVI e XVII [...] a regulação do exercício do poder não me parece ser feita segundo a sabedoria, mas segundo o cálculo, isto é, cálculo das forças, cálculo das relações, cálculo das riquezas, cálculos dos fatores de poder. Ou seja, não se procura mais regular o governo pela verdade, procura-se regulá-lo pela racionalidade. Regular o governo pela racionalidade é, parece-me, o que se poderia chamar de formas modernas da tecnologia governamental. (FOUCAULT, 2008b, p. 422)

Portanto, a arte liberal de governar introduz novas formas de regulação do exercício do poder por parte do soberano, dominado pela esfera econômica. Com ela, passou-se a se regular o governo não pela própria racionalidade do estado, mas pela racionalidade de um grupo de governados que visam seus interesses econômicos individuais, tornando o mercado e os princípios de utilidade os limitadores fundamentais das ações do soberano.

A partir da introdução da economia e dos princípios liberais ao nível do Estado, suas ações eram limitadas dentro de certas práticas que não buscavam mais seu próprio fortalecimento, como era o caso do mercantilismo, mas ações aplicadas à garantia da liberdade, justiça, segurança e bem-estar de um grupo de indivíduos que abandonaram seu papel de súditos. Nesse contexto, a sociedade civil atuou como intermediador entre o soberano, a lei, os indivíduos e seus interesses, inaugurando novas relações no âmbito da arte liberal de governar.

Mesmo em um ambiente onde os interesses da população se sobressaem e são preservados, a figura do Estado como gestor de uma série de mecanismos de

segurança não foi deixada de lado. Foucault (2008b, p. 89-90) destacou que a segurança emergiu como uma consequência da arte liberal de governar, em que houve um jogo entre liberdade e segurança no qual o Estado deveria garantir que os diferentes interesses individuais não-econômicos não se constituíssem em um perigo para o interesse de todos. Foi nesse jogo que, para o filósofo, houve uma ampliação e reforço das técnicas de controle durante o século XVIII, que atuaram não em conflito, mas em associação à liberdade proposta pelo liberalismo econômico.

O tópico a seguir visa investigar e discutir as relações inauguradas entre a economia política britânica e a consolidação da prática biopolítica com a instauração de uma arte liberal de governar. Será enfatizado o papel da economia política como correlata na racionalização da conduta biopolítica a partir dos escritos dos economistas da segunda geração, mostrando que o liberalismo econômico defendido pela arte liberal de governar apresentou a contrapartida do controle biológico das populações na forma da racionalização bioeconômica.

4.2 DA BIOECONOMIA À BIOPOLÍTICA

Esta seção busca investigar a trajetória tomada pela biopolítica desde sua racionalização a partir dos escritos da economia política britânica da segunda geração até a sua prática por parte do Estado por meio dos dispositivos de segurança. Parte-se de uma releitura crítica dos escritos de Malthus e de Ricardo para se compreender como as primeiras preocupações do pensamento econômico com relação à população foram arquitetadas e desenvolvidas pelos dois autores, além de interpretar suas visões a partir do argumento foucaultiano do nascimento da biopolítica.

A evolução do termo de *bioeconomia* foi pouco desenvolvida pelo filósofo (2008c, p. 100-101), que mencionou brevemente a ideia. A bioeconomia é entendida atualmente na ciência econômica como um tema de pesquisa que envolve as interações entre a evolução biológica dos indivíduos, das espécies e dos meios a partir da perspectiva econômica neoclássica (BARROS E NETO, 2007). Ao contrário desta tendência que tende ao ortodoxismo econômico, a contribuição de Foucault feita na delimitação das ideias de Malthus visava investigar o pensamento econômico deste e de outros autores a partir da visão foucaultiana de relações de

poder e da preocupação biológica do Estado e de outras instituições aliadas a ele com a população; ou seja, uma abordagem alternativa à apresentada no campo de pesquisa atual da bioeconomia.

A seção será dividida em dois tópicos com o intuito de dividir a evolução do conceito e prática da biopolítica em duas fases: primeiro, uma delimitação da analítica bioeconômica construída a partir dos escritos da economia política britânica da segunda geração será feita visando demonstrar a construção, racionalização e consolidação do conjunto de ideias que passou a pensar e a propor políticas para a questão biológica da população em termos econômicos. Em segundo lugar será discutida a aplicação dos conceitos da biopolítica pensados a partir da bioeconomia, enfatizando a questão da prática biopolítica pelo Estado e pelas instituições atreladas a ele por meio dos dispositivos de segurança. Para esta seção serão utilizados escritos elaborados por Foucault e por um conjunto de pensadores que deram continuidade à problemática foucaultiana da biopolítica.

4.2.1 A Analítica Bioeconômica a partir da Economia Política

Conforme discutido no capítulo 03, a questão da população no pensamento econômico passou a ser enfatizada mais frequentemente com a emergência das primeiras consequências sociodemográficas da Primeira Revolução Industrial. O surgimento de novos contingentes sociais atrelado à mudança micro e macroeconômica da economia britânica do século XIX exigiu, ao mesmo tempo, um repensar sobre como o pensamento proposto pelos economistas políticos deveria discutir esta nova realidade e fornecer um conjunto de políticas práticas para os problemas socioeconômicos da época.

O redirecionamento da pauta de discussões para a questão populacional e suas implicações econômicas (impactos no mercado de trabalho, salários, lucros e rendimentos, preços, comércio e crescimento econômico) mostrou, a partir dos escritos dos economistas, que o fator biológico deveria ser relacionado diretamente ao desempenho econômico. Conforme Foucault (2008c, p. 473) argumenta, com a economia política a população emergiu como uma nova realidade em dois aspectos: em sua natureza intrínseca, pois possuía leis próprias de deslocamento, aumento e redução, e em sua natureza relativa, já que indicava uma riqueza em potencial

relativa ao trabalho, aos preços, aos salários, aos interesses econômicos e à dinâmica econômica em geral.

Dentro da lógica foucaultiana da biopolítica apresentada no capítulo 02, em que havia a transformação da população de conjunto de súditos para um sujeito político de fato, o pensamento econômico liberal clássico representou, então, o elemento-chave da mudança da concepção político-econômica de população. Neste sentido, coube à economia política pensar, refletir, arquitetar e propor políticas econômicas que abrangiam a população a partir de sua realidade econômica, ou seja, unir o fator biológico à dinâmica da economia.

Identificar quais elementos presentes na obra malthusiana e ricardiana indicavam uma preocupação com a biologia da população e sua relação com a economia e atrelá-los à lógica foucaultiana do nascimento da biopolítica passa a ser crucial para a compreensão da evolução da analítica bioeconômica a partir do pensamento econômico clássico. Estes principais elementos serão enfatizados a seguir.

As causas do aumento populacional já eram conhecidas pelos autores da primeira geração, ainda que o tema não fosse amplamente abordado, como mostraram Hume (2004, p. 557-569) e Ferguson (2010, p. 102-104). Este último destacou, dentre as principais forças que atuavam dentro da sociedade civil, o crescimento da indústria e o conseqüente desenvolvimento das atividades econômicas como os principais responsáveis pelo crescimento populacional. Entretanto, Ferguson já esboçava uma preocupação com relação aos limites máximos que um contingente populacional pode atingir, especialmente em tempos de crise econômica. Nesta situação, o homem retornaria a um estágio selvagem, possivelmente a pobreza, e a saída para ele seria iniciar um novo processo de acumulação de capital, mas sem mencionar as possíveis atitudes a serem tomadas pelo Estado e pelas instituições sociais no intuito de contornarem esta situação de escassez de recursos.

Assim como mencionado no capítulo 03, quando Malthus (1996, p. 246-247) discutiu as divergências existentes entre o poder de crescimento dos alimentos (progressão aritmética) e o da população (progressão geométrica), o autor exibiu grande preocupação em defender um conjunto de mecanismos de controle para, segundo ele, manter a naturalidade e a regularidade entre a população e a produção da terra nos moldes da lei da natureza. Os argumentos malthusianos seguem a

lógica do controle populacional por parte do Estado e das instituições correlatas a ele por meio dos obstáculos preventivos e positivos.

Este fato pode ser reforçado pela afirmação de Poursin e Dupuy (1972, p. 32):

A ideia primordial de Malthus, expressa pelas leis da população, é a de ter dado destaque à corrida entre o poder da proliferação e o poder econômico. Ele foi um dos primeiros a levar em consideração a biologia da espécie humana, a força específica que tende a multiplicá-la, tornando preciso esse enorme potencial de crescimento. Ele demonstrou claramente o caráter essencial do crescimento do homem, comum a todos os demais processos biológicos de reprodução, sua natureza multiplicadora, expressando-se seu efeito cumulativo por interesses compostos não por interesses simples. (POURSIN E DUPUY, 1972, p. 32).

A preocupação malthusiana com a regularidade da população (seu aumento, redução e modificações estruturais) de acordo com suas próprias forças, regras e movimentos implicava em se preocupar necessariamente com o que Foucault denominou de naturalidade da população. O foco em sua naturalidade indicava para Foucault (2008c, p. 473) um dos pilares da nova governamentalidade que se estabeleceu com a introdução da arte liberal de governar. Pensar a população a partir de seu caráter natural resultou no desenvolvimento de certas práticas como, por exemplo, o controle demográfico, a higiene pública e o planejamento da produção econômica, o que exigia uma análise diferente por parte dos pensadores econômicos.

Uma vez que a naturalidade da população passou a ser tratada de forma inerente pela economia política britânica, esta passou a enfatizar as relações entre o Estado, a realidade econômica e o controle biológico da população. Neste contexto, um conjunto de políticas socioeconômicas entrou no debate de Malthus e de Ricardo em que ambos os pensadores passaram a defender, racionalizar e desenhar certas práticas que deveriam ser exercidas pela figura estatal com vistas à população.

Malthus (1996, p. 253) ainda foi além e defendeu que os historiadores deveriam enfatizar e documentar uma série de questões sobre o número de casamentos, a mortalidade infantil, o nível de bem-estar das famílias e o preço real do trabalho, especialmente da parcela da população de baixa-renda. Com isso, haveria não apenas um controle de dados e informações sobre a situação destes indivíduos, mas ofereceria um maior suporte ao Estado em casos de ações práticas sobre eles.

O maior conhecimento sobre as variáveis econômicas por parte dos economistas forneceria, também, um panorama da situação da população na época, o que culminaria em novas formas de racionalização por parte dos pensadores econômicos para as políticas de Estado com vistas à coletividade. Poursin e Dupuy confirmam este fato:

A quantidade da população constitui de algum modo um fator de controle para a economia: 'O grande crescimento da população que, de alguns anos para cá, ocorreu na Inglaterra e na Escócia, vem da possibilidade que as classes operárias tiveram de conseguir grande quantidade de alimento.' Lê-se no *Ensaio*. A partir daí, tudo o que vai agir sobre a possibilidade de obter recursos: seu preço, suas mudanças, seus salários – afetará o número da população. Mas, noutro sentido, tudo o que afetar a população modifica o 'número de braços' disponível e, portanto, a capacidade de círculo do sistema demo-econômico. (POURSIN E DUPUY, 1972, p. 72; grifo original).

Se a questão das políticas econômicas caminhava junto à questão populacional, as propostas arquitetadas por Ricardo e Malthus com relação aos salários dos trabalhadores e aos lucros dos empresários discutidas no capítulo 03 refletiam diretamente na maneira como se deveria tratar a coletividade. Se as reduções salariais geradas pelo aumento populacional implicavam, conseqüentemente, em um menor poder de compra de bens de subsistência por parte dos trabalhadores (RICARDO, 1985), as soluções plausíveis eram: ou os empresários aceitavam uma margem de lucro menor para darem lugar a níveis salariais constantes – o que seria incompatível com uma política econômica fundada nos pressupostos do liberalismo econômico –, ou o Estado atuava na revogação da Lei dos pobres de forma a desincentivar os auxílios financeiros dados à população de baixa-renda, forçando-a a entrar no mercado de trabalho e fazendo os salários flutuarem livremente.

Um Estado baseado na visão postulada por ambos os pensadores – que envolvia uma figura dupla entre uma entidade estatal atuante na área social e limitada na área econômica – seria, então, o elemento fundamental que auxiliaria na prática da bioeconomia, reunindo as propostas da economia política, as práticas de Estado e a população. Esta figura estatal postulada pelos economistas da segunda geração é destacada por Foucault (2008b, p. 40) por se encaixar nos moldes do “governo frugal” inaugurado pela arte liberal de governar, mas com uma contrapartida de atuação sobre a biologia da população e seus processos de nascimento, reprodução, produção e morte.

Isto pode ser comprovado a partir, por exemplo, dos mecanismos preventivos de controle populacional. Malthus definiu (1996, p. 264) que eles se constituíam pelo desincentivo ao casamento precoce, principalmente entre indivíduos de baixo prestígio social. Este desincentivo poderia se dar por meios morais e educacionais, elementos estes que Smith (2003, p. 987-995) já englobava como de responsabilidade do Estado. Para ele, o Estado não deveria apenas se encarregar do ensino da população – o que ajudaria na divisão do trabalho e no crescimento econômico –, mas também facilitá-la e encorajá-la, uma vez que a entidade estatal também se beneficiaria de seus resultados.

Ou seja, a racionalização das práticas estatais de controle e regulação da biologia da população partiu, em grande parte, da economia política britânica e de seus postulados baseados no liberalismo econômico com uma contrapartida relevante no campo da biologia política populacional. Sobre isso, Lemke (2011a, p. 48) destaca que a formação da economia política não deve ser separada da emergência da biologia moderna, já que os conceitos liberais de autonomia e liberdade estão intimamente ligados às noções biológicas de auto-regulação e autopreservação. Neste sentido, o exemplo da discussão envolvendo a Lei dos pobres se apresentou como o mais claro nesta situação.

Ricardo (1985, p. 108 e 114) criticou a ação governamental na forma de impostos e taxas sobre a produção nacional e o comércio internacional, mostrando que o Estado pode se tornar um empecilho ao crescimento dos rendimentos provenientes da atividade econômica. Para Foucault (2008b, p. 381), isto indicava nada mais do que a limitação dos poderes do soberano por meio dos princípios de verdade estabelecidos no mercado. Ele afirma:

O modelo e o princípio do mercado eram a troca, e a liberdade do mercado, a não-intervenção de um terceiro, de uma autoridade qualquer, *a fortiori* da autoridade do Estado, era aplicada, evidentemente, para que o mercado fosse válido e para que a equivalência fosse de fato equivalência. No máximo pedia-se ao Estado para supervisionar o bom funcionamento do mercado, isto é, fazer de sorte que fosse respeitada a liberdade dos que trocam. O Estado, portanto, não tinha de intervir no interior do mercado. O que se pedia ao Estado, em compensação, era que interviesse na produção, no sentido de que, diziam os economistas liberais do meado do século XVIII, aquilo que no fundo de necessita, quando se produz alguma coisa, isto é, quando se está investindo trabalho em alguma coisa, é preciso que seja respeitada por todo o mundo a propriedade individual dessa coisa que se produz. (FOUCAULT, 2008b, p. 161; grifo original).

Apesar da defesa pela desqualificação do Estado na área econômica dos interesses, das trocas e dos mercados, sua presença era necessária no sentido de proteção e supervisão da produção econômica quando necessário. No caso específico da Lei dos pobres, este jogo entre diferentes racionalidades (exclusão e inclusão do Estado) também imperou especialmente no caso da sociedade civil que, como mencionado no tópico 4.1.2, tornou-se o espaço de atuação da soberania estatal sobre a população.

A exigência da revogação da Lei por parte dos economistas britânicos adeptos da doutrina liberal representou, aparentemente, a renúncia da intervenção estatal sobre o cuidado com uma certa parcela da população, mas inaugurou também uma contrapartida formada por conjunto de novas recomendações e práticas que englobaram não apenas a população de baixa-renda, mas a coletividade como um todo por meio de políticas educacionais, morais, médicas e demográficas.

Isto significa que as ideias postuladas pela economia política britânica influenciaram diretamente o nascimento e o desenvolvimento da biopolítica da população. O saber representado pelos escritos principalmente de Malthus e de Ricardo influenciou a dinâmica de relações de poder entre o Estado e a população por meio de suas reflexões sobre coletividade, seu bem-estar, seus mecanismos de controle e suas consequências sobre os salários, os lucros, a produção nacional, etc.

Neste contexto, os argumentos de Foucault (2008b, p. 30) oferecem uma reflexão pertinente ao estudo da história do pensamento econômico: a economia política britânica propôs um repensar sobre a circulação dos bens, a naturalidade dos mercados e sobre a população. Este repensar gerou duas consequências relevantes: primeiro, a emergência de uma arte liberal de governar a partir da união dos argumentos econômicos fundados na ideia da não-intervenção governamental no bom funcionamento dos mercados; e segundo, o nascimento da biopolítica derivado da análise bioeconômica, que racionalizou e deu origem a um conjunto de políticas voltadas ao Estado sobre como controlar, regradar e administrar a população e as suas derivações (nascimentos, reprodução, aprendizagem, moral, produção econômica, morte).

A contrapartida instaurada pela arte liberal de governar, que desqualificou o soberano da área econômica e o reconduziu à área sociobiológica da população,

partiu da noção de que os preceitos defendidos pelo liberalismo econômico em nada se assemelham a uma governamentalidade permissiva, livre e tolerante para com os indivíduos. Foucault (2008b, p. 85) ressaltou que a governamentalidade que se estabelece a partir dos preceitos do liberalismo econômico admite liberdades ocasionais na área econômica, mas de maneira alguma representa um sistema “livre”, já que propunha uma relação de produção e destruição com a liberdade. Produção de liberdade no sistema econômico, e destruição da liberdade no sistema sociobiológico da população.

Para Foucault (2008b, p. 87) a liberdade econômica conforme os economistas políticos britânicos argumentavam só poderia ser consolidada e aplicada quando um sistema de controles também imperasse. Ele afirma (2008b, p. 87): “É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, se não se limita, se não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc.” Neste sentido, a arte liberal de governar foi bem-sucedida porque instaurou, em conjunto, um amplo sistema de controles e regulações no campo político, social e biológico da população que visou aprimorá-la.

Sob esta perspectiva, a questão da segurança e seus respectivos dispositivos funcionaram como os correlatos da prática biopolítica, que atuou ao lado da arte de governar proposta pelo liberalismo. O tópico a seguir discutirá a questão do desenho e aplicação dos dispositivos de seguridade dentro da arte liberal de governar a partir dos argumentos de Foucault e de estudiosos da biopolítica na atualidade.

4.2.2 Os Novos Dispositivos de Segurança

A dinâmica instaurada pela biopolítica na forma dos dispositivos de segurança para o tratamento do aleatório com vistas à normalização foi esboçada no capítulo 02, em que os dispositivos atuavam em um determinado espaço de segurança visando intervir, controlar e regular a população quando necessário. O papel exercido não somente pelo Estado, mas pelas instituições atreladas a ele – médicas, seguradoras, fundos de bem-estar, de planejamento urbano e econômico – na prática da biopolítica se mostrou essencial para o entendimento da formação do conceito proposto por Deleuze (1992, p. 219) sobre as *sociedades de controle* na era moderna, que será explorado adiante.

Uma vez que a governamentalidade liberal inaugurada pela economia política clássica britânica trouxe consigo uma série de ideias e práticas voltadas à gestão econômica e biológica da população, caberia aos dispositivos de seguridade atuar como correlatos desta arte liberal. A segurança determinaria o grau de liberdade do liberalismo econômico e asseguraria certos limites no meio estabelecido pela sociedade civil, de modo a garantir que os interesses individuais não se tornem um perigo para a coletividade.

Para Foucault (2008b, p. 90-91) isto indicava que o conjunto de ideias do liberalismo econômico inaugurou uma “cultura de perigo”. Com a intenção de proteger a população dos interesses individuais de cada um, criou-se um jogo entre segurança e liberdade para evitar ao máximo a exposição aos riscos e perigos destes interesses. Como consequência, os inúmeros procedimentos de controle, pressão e regulação emergiram na tentativa de proporem soluções para as intervenções necessárias do Estado no meio econômico, político, social e biológico.

Com base no argumento da bioeconomia apresentado anteriormente, em que a economia política foi a responsável por racionalizar e propor um conjunto de políticas que deram origem à prática extensiva da biopolítica, busca-se analisar não somente o desenrolar da prática dos dispositivos de segurança, mas enfatizar também suas relações com o pensamento econômico liberal clássico.

Lemke (2011b, p. 45) argumentou que, sob a óptica foucaultiana, o liberalismo não é limitado a fornecer apenas uma garantia de liberdades, como a liberdade das trocas, liberdade da propriedade privada e a liberdade de interesses, que existiam independente da prática governamental. Ao contrário, o liberalismo organizava as condições sob as quais os indivíduos podiam e deveriam exercitar estas liberdades, o que indicava que a liberdade proposta pelo liberalismo econômico clássico era um efeito positivo da ação governamental. É, neste sentido, que se poderia afirmar que existiu um *paradoxo* na prática liberal, uma vez que a segurança se constituiu como uma condição de existência na qual ele se fundou e, inevitavelmente, exigia a intervenção estatal e de certas instituições na mesma medida em que a criticava (FOUCAULT, 2008b).

As relações entre a liberdade e a segurança são complexas na visão de Lemke:

The liberal relationship between freedom and security is even more complex. Liberalism does not only produce freedoms, which are

permanently endangered (by their own conditions of production) and require mechanisms of security. Danger and insecurity (the threat of unemployment, poverty, social degradation, etc.) are not unwanted consequences or negative side-effects, but essential conditions and positive elements of liberal freedom. In this sense, liberalism nurtures danger, it subjects danger to an economic calculus, weighing its advantages against its costs. (LEMKE, 2011b, p. 46).

Para o autor, o liberalismo produzia liberdades que exibiam um teor de perigo constante, requerendo a atuação dos mecanismos de segurança. Estes vários perigos e medos econômicos e sociais – desemprego, pobreza, degradação social, violência, terrorismo, xenofobia – eram efeitos colaterais, mas necessários para a continuidade da doutrina liberal, que, para se mostrar bem-sucedida, nutria e propagava estes perigos para submetê-los ao cálculo econômico de riscos e benefícios. No sistema proposto pelo liberalismo, os indivíduos deveriam cooperar com os riscos e inseguranças, medindo-os, calculando-os e se prevenindo contra eles (LEMKE, 2011b).

É interessante ressaltar que, para Foucault (2012, p. 102) a questão da segurança estava acima da norma, da lei. O filósofo argumentou que a segurança tomava a própria realidade como sua norma por meio dos cálculos estatísticos sobre doenças, nascimentos, mortes e produções, o que, ao contrário da norma, não estabelecia uma divisão entre o permitido e o proibido, mas estabelecia um padrão médio ótimo no qual a população deveria variar (FOUCAULT, 2008c).

Dentro do campo dos dispositivos de seguridade estabelecidos a partir do final do século XVIII e por todo o século XIX, um aparato formado por diferentes saberes, técnicas e políticas esteve presente ao longo do desenvolvimento das técnicas de segurança até o século XX, dando origem a novas relações entre o Estado, as instituições sociais e a população. Dentro do conjunto de dispositivos, podia-se destacar o da sexualidade, do urbanismo e do planejamento econômico. Nota-se que estas áreas englobavam grande parte da vida da população, envolvendo questões como espaço de vivência, produção econômica, relações de troca e de trabalho.

Uma introdução e reflexão sobre a dinâmica do dispositivo do planejamento econômico será delimitada a seguir, unindo a funcionalidade dos dispositivos com o saber proposto pela economia política, entendido como um conjunto de técnicas administrativas da população.

Castro (2009, p. 124) destacou que o dispositivo desempenhava uma função sobretudo estratégica, já que era de sua função responder a certas urgências e situações que demandavam ações pontuais por parte das instituições. Estas ações envolviam a interação de outros saberes, como a estatística e a geografia.

O exemplo apresentado por Foucault (2008c, p. 40-46) para ilustrar a mecânica dos dispositivos de segurança do planejamento econômico recaiu na questão da escassez alimentar do século XVII para o XVIII na instauração do saber econômico como a base da dinâmica de uma série de dispositivos de segurança.

No exemplo da escassez, em que o filósofo a assumiu como uma situação de aumento dos preços sem condições por parte da oferta de suprimir a demanda crescente por bens, ele argumentou que foi instaurado um aparato jurídico-administrativo fundado nas premissas do mercantilismo que, por meio de uma série de regulamentos de produção e de comércio internacional, estabelecia que os bens fossem vendidos ao preço mais baixo possível. No entanto, o fracasso deste sistema foi inevitável na medida em que os preços baixos incentivavam os produtores a reduzirem a sua oferta de bens, o que não eliminava o problema da escassez.

Foucault argumenta que a emergência do saber fisiocrático funcionou como um dispositivo de segurança para o planejamento econômico do início do século XVIII. Isto porque os princípios estabelecidos pelos fisiocratas de livre flutuação dos preços, naturalidade dos mercados e da base econômica fundada na produção agrícola – conforme esboçado no Quadro 01 – auxiliaram no destravamento do sistema econômico, possibilitando o funcionamento estratégico do saber econômico em termos de poder. O filósofo acrescenta:

Creio ser possível mostrar facilmente que o que aconteceu então e que deu ensejo aos grandes editos ou declarações dos anos 1754-1764, o que aconteceu então foi, na realidade, talvez através e graças ao intermédio, ao apoio dos fisiocratas e da sua teoria, foi na verdade toda uma mudança, ou melhor, uma fase de uma grande mudança nas técnicas de governo e um dos elementos dessa instauração do que chamarei de dispositivos de segurança. Em outras palavras, vocês podem ler o princípio da livre circulação dos cereais seja como a consequência de um campo teórico, seja como um episódio na mutação das tecnologias de poder e como um episódio na implantação dessa técnica de dispositivos de segurança que me parece característica, uma das características das sociedades modernas. (FOUCAULT, 2008c, p. 45)

Para Foucault, a fisiocracia representou a primeira mudança nas técnicas governamentais que introduziu de fato os dispositivos de segurança, que foram se

consolidar com a emergência da arte liberal de governar, com a economia política clássica e com a ideia de bioeconomia. As premissas de liberdade econômica estabelecidas pela fisiocracia corresponderam, portanto, ao início da prática da segurança por meio do dispositivo do saber econômico.

Segundo a apresentação feita no tópico 2.3.2, se a segurança estabeleceu um conjunto de práticas inovadoras que assumiam o *laissez-faire*, baseavam-se em regulações, aprendizagens e na normalização, a principal consequência dessa dinâmica da segurança foi o surgimento da população como objeto-alvo da aplicação dos dispositivos.

Com a evolução do pensamento para a economia política britânica liberal, o funcionamento da análise econômica como um dispositivo de segurança se consolidou e se desenvolveu, reforçando a prática da biopolítica ao longo do século XIX. Este fato pode ser comprovado principalmente a partir das questões abordadas pelos economistas sobre o crescimento econômico e o comércio internacional, áreas em que o saber econômico se mostrou presente a partir do planejamento e aprimoramento do bem-estar, da riqueza e da vida da população.

Neste contexto, a arte liberal de governar trouxe à esfera governamental os princípios da economia política e do liberalismo econômico, e caberiam a eles fornecer novos dispositivos de segurança que fomentariam a prática da biopolítica. Se a biopolítica se caracterizava como uma tecnologia de poder que visava gerir e controlar a população pela sua realidade e pelo seu lado biológico, a questão do trabalho, das trocas e da produtividade entrou no núcleo de suas preocupações. Isso significa dizer que novas formas de intervenção por parte do Estado e das instituições correlatas a ele foram efetivadas com o uso do saber proposto pela economia política. Ou seja, ela não apenas foi um elemento importante na dinâmica de construção e efetivação da biopolítica por racionalizar a conduta biopolítica na forma da bioeconomia, mas também por auxiliá-la na prática.

Conforme mencionado, as soluções propostas pela economia política liberal a respeito do crescimento econômico e do comércio internacional se enquadrariam como dispositivos de segurança. Neste sentido, a opulência econômica e a abrangência dos mercados eram essencialmente perseguidas: (i) por meio de uma maior divisão do trabalho e aumento da produção agrícola e industrial proveniente da acumulação de capital (SMITH, 2003), e (ii) por meio de trocas comerciais entre diferentes nações com base nas vantagens comparativas, livres de impostos ou

subsídios (RICARDO, 1985). Poderia-se inferir que as ações propostas pela economia política representaram não apenas uma reflexão sobre como a realidade econômica deveria ser conduzida, mas prescreveram um conjunto de medidas práticas que, na forma dos dispositivos de segurança, desempenharam um planejamento econômico com vistas à melhoria da realidade na qual a população estava inserida.

Era sob esta perspectiva que os dispositivos se exerciam em um espaço de segurança no qual a naturalidade das forças econômicas, a não-intervenção do Estado na economia e o autointeresse dos indivíduos caminhavam ao lado de um controle da vida biológica da população. Não existia um conflito normativo entre a segurança e a liberdade, mas a liberdade era algo que poderia ser calculada e arranjada dentro de um espaço permitido (LEMKE, 2011b).

A preocupação dos economistas com o bem-estar da população, derivada do crescimento econômico e do aumento da riqueza, também se mostrou como um conjunto relevante de dispositivos de segurança. Nas ocasiões em que Malthus (1996, p. 265) exibiu sua tese contra a Lei dos pobres, a manutenção dos mecanismos preventivos ou a própria revogação da Lei, todos estes se constituíram em dispositivos de segurança por exercerem uma função estratégica de regulação da população por meio de elementos heterogêneos (jurídicos, econômicos, administrativos).

Cabe afirmar que, para exercer ao máximo suas funções, os dispositivos de segurança dependiam da presença da sociedade civil, que era o local de ação do Estado dentro dos moldes da arte liberal de governar. Na sociedade civil, Duarte descreveu a dinâmica dos dispositivos de seguridade:

[...] o modo de atuação dos dispositivos de seguridade não impõe nem proíbe qualquer comportamento global, mas joga com os elementos à disposição em uma dada realidade, visando a controlá-la de maneira natural, anulando riscos, limitando-os ou regulamentando-os, ainda que ao preço de certa desordem, entendida como natural e inevitável e, portanto, como elemento a ser considerado e aceito no contexto de novas soluções para os problemas da população. (DUARTE, 2010, p. 242)

Uma vez que o funcionamento destes dispositivos exibia um comportamento baseado na naturalidade, na permissividade, na liberdade econômica e no controle da população dentro de espaços delimitados pela segurança, retornou-se ao

paradoxo da liberdade colocado por Foucault sobre os princípios estabelecidos pela economia política britânica liberal e suas reflexões acerca do papel do Estado.

Nota-se que as propostas de Smith, Hume, Malthus e Ricardo com relação a um Estado excluído das transações econômicas mas presente na gestão social implicou, conseqüentemente, na consolidação do problema da segurança, que exibiu uma liberdade controlada e fabricada. Isso é destacado por Senellart (1995, p. 10-11):

Não se deveria acreditar, bem entendido, que o mercado seja o lugar de uma liberdade imediata e plena que poderíamos fazer valer contra todo excesso de governo. E isto pelo menos por três razões. A primeira, é que o liberalismo, como forma de pensamento crítico, constitui igualmente o eixo de uma governamentalidade positiva que, segundo os contextos históricos ou nacionais, pode se transformar no seu contrário. [...] A segunda razão reside no fato de que se o liberalismo funciona pela liberdade [...], esta liberdade deve tanto ser produzida por uma ação permanente do governo quanto protegida das usurpações que a ameaçam. [...] A terceira razão, correlativa às duas precedentes, se liga ao fato de que a racionalidade liberal não faz tábula rasa dos mecanismos reguladores forjados pelo governo do Estado de polícia. Ao contrário, ela se inscreve no interior de um movimento histórico que a obriga a assumir sua herança: a da formação do biopoder moderno. (SENELLART, 1995, p. 10-11).

A afirmação de Senellart residia no fato já esboçado de que a liberdade econômica e de livre-ação proposta pela economia política apresentou conseqüências contrárias à sua natureza, mostrando que esta liberdade requer e exige um controle e regulação constantes para se manter como tal. O liberalismo econômico frequentemente exibiu ações paradoxais que o colocavam no interior do nascimento e desenvolvimento da prática da biopolítica por meio dos dispositivos de seguridade. Controlar e gerir a população ao mesmo tempo em que a liberdade econômica era permitida dentro de certos limites implicava, portanto, no bom funcionamento da arte liberal de governar.

A conseqüência prática da instauração da biopolítica e dos dispositivos de segurança foi apresentada por Deleuze (1992, p. 219) na forma da sociedade de controle. Para o filósofo, a sociedade de controle é um refinamento e uma expansão do conceito foucaultiano da segurança, já que esboçou a transição da sociedade disciplinar de Foucault para uma sociedade de controle fundada na prática da biopolítica.

Nesta sociedade existia a produção controlada das liberdades dos indivíduos e das populações, moldando seus desejos e minimizando os riscos e as

inseguranças por meio de dispositivos estatísticos, militares, médicos e econômicos. Ainda que seu desenvolvimento somente foi consolidado na segunda metade do século XX, nota-se uma grande contribuição por parte do pensamento econômico da economia política clássica no que diz respeito à emergência de certas racionalidades focadas na liberdade dos mercados, na gestão estatal regulada e na defesa do autointeresse controlado.

Neste sentido, Foucault (2010b, p. 172) argumentou que com as sociedades de controle passou a existir um “pacto de segurança” entre o Estado e a população que transgrediu os limites legais da intervenção designada à figura estatal. Coube ao Estado garantir o espaço de segurança da população por meio do conjunto de dispositivos de seguridade e, ao mesmo tempo, promover tanto a liberdade quanto o controle por meio do medo. Isto significa que existia uma necessidade pelo elemento do risco e da insegurança que tornava a população submetida às políticas de Estado e às instituições ligadas a ele (médicas, seguradoras, fundos de bem-estar) que caminhava junto à ideia e aos princípios de liberdade econômica e de interesses postulados inicialmente pela economia política britânica dos séculos XVIII e XIX.

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DESTE CAPÍTULO

Este capítulo buscou realizar a partir da genealogia foucaultiana uma releitura crítica dos escritos idealizados pelos economistas políticos britânicos liberais dos séculos XVIII e XIX. Uma ênfase foi dada às relações estabelecidas pelo pensamento econômico entre o Estado, a população e os mercados com base na perspectiva foucaultiana da biopolítica e das técnicas de governo desenhadas a partir dos dispositivos de segurança.

Uma vez que um dos objetivos específicos deste trabalho é apresentar as contribuições da genealogia de Foucault ao estudo da história das ideias econômicas, parte das argumentações desenvolvida neste capítulo exibiu um teor original no que diz respeito às possíveis relações e conclusões estabelecidas entre o desenvolvimento da economia política britânica e a ascensão e consolidação de uma nova tecnologia de poder, a biopolítica, que estabeleceu certas relações de poder por meio de instrumentos específicos, os dispositivos de segurança. Isto implica no fato de que muitas das ideias propostas – como é o caso da bioeconomia –, e das identidades estabelecidas entre a economia e os dispositivos de segurança

ainda possuem pouco ou nenhum enfoque por parte dos economistas, o que levou a conclusões originais nesta investigação com base no próprio pensamento foucaultiano e de seus filósofos contemporâneos.

Inicialmente foi desenvolvida a ideia da transição da governamentalidade policial para a arte liberal de governar, enfatizando neste percurso teórico a evolução do pensamento mercantilista para a fisiocracia como o principal elo de mudança entre as duas governamentalidades. O papel da razão econômica como crítica ao modelo policial representou a sua queda no momento em que a fisiocracia introduziu um conjunto de princípios econômicos fundados na livre flutuação dos preços e circulação de bens e na produção agrícola. Da doutrina fisiocrática se pode destacar o papel de Petty e Quesnay.

As ideias de Petty sobre a aritmética política da população e as suas relações com a economia podem ser consideradas, a partir do olhar foucaultiano, como um esboço inovador de um conjunto de dispositivos de segurança já no final do século XVII, ainda que o desenvolvimento e aprimoramento destes se deu posteriormente com as ideias da economia política clássica. Com Quesnay houve a formação do conceito de “governo econômico”, o que traria a figura do Estado para dentro da dinâmica econômica como um elemento integrante do sistema assim como os produtores e os consumidores o são.

Se para Foucault a fisiocracia representou um abalo no sistema policial e uma mutação nas tecnologias de poder por assumir de maneira distinta a figura da população e por introduzir o saber econômico como um dispositivo de segurança, foi com a economia política liberal clássica que de fato emergiu uma nova arte de governar que tinha por objetivo limitar o exercício do poder de governar do Estado. Isto não implicava em excluir a figura soberana, mas limitá-la com relação ao ambiente econômico das trocas, dos mercados e dos interesses segundo as ideias de Smith, Hume, Malthus e Ricardo.

A arte liberal de governar era caracterizada pelas premissas dos economistas da primeira geração com relação à retirada do soberano da esfera econômica, tornando o mercado, a utilidade e os interesses como princípios da autolimitação da razão governamental e fundando a ideia de “governo frugal”. A transição da figura do Estado de interventor para gestor e supervisor apenas de áreas estratégicas da sociedade civil foi uma das grandes consequências desta arte de governar ao lado

da contrapartida paradoxal estabelecida pela liberdade presente na economia política clássica.

Para compreender essa dinâmica de liberdade e segurança mencionada por Foucault, fez-se necessário o esboço da ideia de bioeconomia, bastante presente nas obras dos economistas da segunda geração. Ainda que as discussões e obras que mencionassem a bioeconomia no sentido foucaultiano da palavra fossem escassas, uma releitura crítica de Malthus e de Ricardo à luz dos escritos de Foucault possibilitou a elucidação de novas ideias a respeito do tema.

A bioeconomia, termo que Foucault utilizou para designar o caráter da obra malthusiana, poderia ser interpretado no sentido de explicar as obras dos economistas políticos que enfatizaram a análise das relações problemáticas entre a economia e a biologia da população. Ela poderia ser assumida, portanto, como o elemento que efetivou a reflexão, racionalização e a inauguração da prática da biopolítica a partir dos economistas.

Dentro da dinâmica proposta pela reflexão bioeconômica a população emergiu como um elemento ligado diretamente ao desempenho econômico e à riqueza da nação. Investigá-la, melhorá-la e cuidá-la passou a estar no centro das preocupações dos economistas britânicos – principalmente de Malthus –, e o Estado e as instituições ligadas a ele exerceram um papel crucial nesta manutenção do contingente populacional tomado a partir de sua naturalidade, o que recai no controle principalmente de suas taxas de natalidade, reprodução, mortalidade, produção econômica, etc.

A visão de um Estado duplo – presente na área de controle social e ausente na área econômica – se tornou, dessa forma, um dos pilares da prática da arte liberal de governar junto com o liberalismo econômico e a prática da biopolítica fundada na racionalidade bioeconômica. Disso se pode inferir que o pensamento proposto pelos economistas políticos britânicos da primeira e segunda geração foi fundamental na consolidação de novas técnicas de governo aplicadas pelo Estado sobre a população.

A população, este novo sujeito político que emergiu, passou a viver dentro de um espaço de liberdade controlada pelo elemento da segurança. Ela persegue os seus interesses econômicos particulares e detém uma liberdade econômica ao mesmo tempo em que é controlada pelo seu lado biológico, o que, como visto, foi fundamentado pela lógica malthusiana do regramento populacional.

O exercício da biopolítica só poderia ser efetivado junto a um conjunto de dispositivos estatais e subestatais que mantivessem a segurança da população e de seu espaço de vivência. Neste contexto, o uso dos dispositivos de segurança como correlatos da prática biopolítica se consolidou, determinando o grau de liberdade do liberalismo econômico e assegurando os limites na sociedade civil.

Estes dispositivos de segurança eram constituídos por aparatos médicos, econômicos, estatísticos, geográficos e quaisquer outros que englobassem as esferas da vida humana. Suas funções eram sobretudo estratégicas, já que deveriam responder a certas urgências e situações que demandavam ações pontuais por parte da instituição estatal ou das ligadas a ela.

No caso específico dos dispositivos econômicos de segurança, o saber econômico atuava no sentido de planejar estrategicamente as variáveis econômicas com a finalidade de manter normalizada as relações de mercado, a segurança e os interesses. Por exemplo, planejar e calcular variáveis como oferta, demanda, preços, salários, taxa de lucro, gastos do governo, importações e exportações era crucial na manutenção da vida econômica da população. Contudo, permitir certos graus de liberdade e o *laissez-faire* nas relações econômicas fazia parte desta segurança: deixar a população variar livremente dentro de limites calculados e controlados na sociedade civil ao mesmo tempo em que seu lado biológico era regulado.

Deste modo, conclui-se que o pensamento econômico inaugurado pela economia política britânica liberal foi bem-sucedido ao fornecer um conjunto de práticas governamentais que resultaram na queda do modelo do Estado de polícia e na emergência da arte liberal de governar. Esta arte se constituiu em um modo específico de governo cujas técnicas de governo para com a população envolviam, paradoxalmente, uma liberdade econômica atrelada a um controle biológico desempenhado pelos dispositivos de segurança.

O resultado dessa dinâmica de liberdade e controle resultou na consolidação do conceito deleuziano de *sociedade de controle*, onde havia a produção controlada das liberdades dos indivíduos e das populações, moldando seus desejos e minimizando os riscos e as inseguranças por meio dos dispositivos estatísticos, militares, médicos e econômicos. Ainda que a formação das sociedades de controle esteve presente somente em meados do século XX, nota-se que a evolução do conceito de segurança proposto por Foucault para o século XIX atingiu níveis mais refinados e minuciosos. De maneira semelhante, isto pode ser traduzido para a

evolução do pensamento econômico, que, com as escolas liberais posteriores à britânica clássica, forneceu novas formas de controle de conduta da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto teve por objetivo geral analisar o papel estratégico do pensamento econômico britânico clássico no nascimento e consolidação da biopolítica segundo a genealogia do poder de Michel Foucault. Para isso se buscou compreender de que maneira a escola de economia política britânica liberal reuniu e propôs um conjunto de ideias que foi bem-sucedido no sentido de reconduzir as relações entre o Estado, a realidade econômica e a população ao patamar da arte liberal de governar e, conseqüentemente, da prática da biopolítica por meio dos dispositivos de segurança.

A hipótese assumida ao longo da argumentação foi a de que o pensamento desta escola econômica foi capaz de instaurar uma razão governamental baseada nos princípios do liberalismo econômico com uma contrapartida de controle sociobiológico da população, a biopolítica. Isto se deu pela razão de que, em seus cursos *Segurança, Território, População (1978)* e *Nascimento da Biopolítica (1979)*, ao Foucault mostrar as mudanças das técnicas governamentais sofridas ao longo do tempo, desde o Cristianismo até a modernidade, o filósofo destacou o pensamento econômico e, principalmente, a economia política britânica como poderosos o suficiente para fornecerem novas práticas de controle e condução da população pelo Estado a partir do final do século XVIII e por todo o século XIX.

A razão pela qual a economia política britânica liberal teve este destaque no pensamento foucaultiano se dá por ela ter emergido e se consolidado como a primeira escola de pensamento econômico que de fato introduziu um conjunto de ideias e de políticas econômicas organizadas que se mostraram contra o modelo mercantilista. Aliado a isto, ela também absorveu as bases do Iluminismo e suas concepções a respeito da natureza humana, da liberdade intrínseca ao homem e da defesa do autointeresse, além de herdar da fisiocracia a concepção da mecânica da natureza aplicada à realidade das trocas econômicas.

Estes fatores tornaram a escola de economia política britânica a escolhida por Foucault para mostrar a ascensão de uma nova razão governamental, a arte liberal de governar, que reconduziu as relações entre o Estado, a economia e a população. Foi explorado ao longo do trabalho o papel duplo da liberdade introduzida pelo liberalismo econômico, que, de forma paradoxal, assumiu os preceitos de um ambiente econômico com trocas e interesses livres ao mesmo tempo em que

mostrava a sua contrapartida de controle biológico da população. A economia destituiu o poder estatal sobre sua área, mas o Estado se utilizou de novos métodos de regulação e normalização da população como contrapartida, a prática da biopolítica.

A motivação para explorar e desenvolver uma *genealogia foucaultiana da economia política clássica* partiu do desconhecimento por parte dos economistas sobre as contribuições de Foucault para com o estudo do pensamento econômico britânico clássico, especialmente no que tange à relação deste pensamento com o surgimento de novas relações de poder entre o Estado e a população. A investigação proposta não apenas tomou o referencial genealógico de Foucault como o guia para a análise, mas se fundou nas premissas do filósofo sobre a dinâmica da genealogia – investigar as origens, continuidades e descontinuidades – como base para a exploração do pensamento econômico de Smith, Hume, Ferguson, Malthus e Ricardo.

A abrangência das contribuições de Foucault para a discussão das teorias econômicas, principalmente as liberais e antiliberais, recai na análise do filósofo para além do discurso econômico, enfatizando as práticas e condutas políticas envolvidas com o liberalismo econômico e consequências com relação à emergência de novas relações de poder. No caso específico da escola abordada neste trabalho, buscou-se olhar para além das ideias superficiais dos economistas britânicos, enfatizando as recomendações políticas e econômicas, as considerações sobre a realidade dos indivíduos e as relações com a figura estatal.

Conforme mencionado na Introdução, a escolha dos autores foi feita partindo da relevância destes para a formação da escola de economia política britânica de cunho liberal, além da influência mútua entre os autores da primeira geração, da segunda geração e da primeira para a segunda geração. Estas influências comprovam a linha temática da escola de pensamento, ainda que cada geração esteve comprometida com seus próprios problemas conjunturais, o que indicou mais um fator para o destaque da escola de economia política britânica na escala evolutiva da história do pensamento econômico.

No intuito de compreender a dinâmica teórica proposta por Foucault, uma introdução a respeito de sua produção intelectual e uma revisão de sua fase genealógica foram feitas ao longo do capítulo 02, desde sua transição da fase arqueológica e da inserção do problema do poder até o desenvolvimento dos

conceitos de biopolítica e de governamentalidade. Uma discussão sobre a visão foucaultiana de Estado e as suas relações adjacentes de poder também foi realizada, mostrando que Foucault não possuía uma teoria geral e unificada de Estado, mas, ao contrário, o filósofo buscou centralizar as relações dele com outras instituições sociais na disseminação de novas condutas de governo para com a população.

O foco nos conceitos de biopolítica e de governamentalidade tiveram por fundamentos: (i) apresentar a formação de uma forma de poder, o biopoder, e suas duas faces com ênfase para a prática da biopolítica com vistas à população; (ii) mostrar os deslocamentos teóricos sofridos pela obra foucaultiana sobre as condutas governamentais para além da formação da figura estatal, o que recaiu na criação do termo “governamentalidade”; e (iii) introduzir o conceito de razão de Estado e a trajetória das diferentes governamentalidades a partir do século XV com destaque para a governamentalidade policial, que ao longo do trabalho serviu como base analítica para a transição à governamentalidade liberal. Compreender a racionalidade presente no Estado de polícia se mostrou crucial para o entendimento, também, da doutrina mercantilista e da conduta policial com relação ao povo, sendo que este modelo foi desconstruído posteriormente no capítulo 04 com a introdução das ideias da economia política britânica liberal.

Ainda no capítulo 02 foi feita uma discussão sobre as tensões e os diálogos possíveis entre a biopolítica e a governamentalidade no esforço de situar ambas as ideias na obra intelectual de Foucault. Foi enfatizada a emergência do biopoder e da biopolítica como uma tecnologia de poder específica que atuava sobre o lado biológico da população, além de mostrar como este conceito se mostrou limitado para a análise de outros modelos de governo para além da estrutura do Estado moderno. Foi nesse ambiente que Foucault propôs o termo “governamentalidade” para tentar abarcar outras práticas de governo que não envolviam, necessariamente, a figura do Estado, como era o caso do poder pastoral.

Compreender a transição do capítulo 02, que apresentou um referencial teórico focado na genealogia foucaultiana, para o capítulo 03, que reuniu as principais ideias dos economistas políticos britânicos desde sua origem na crítica mercantilista até sua consolidação no século XIX, exige retomar as ligações entre a argumentação de Foucault, suas razões da escolha da economia política e a repercussão do pensamento desta escola. Se, para Foucault, a economia política

não se desenvolveu fora da razão de Estado, uma vez que o tema estatal é um de seus focos principais, coube entender ao longo do trabalho a dinâmica e a relevância das afirmações de Smith, Hume, Ricardo e Malthus para a formação de novas tecnologias de poder que utilizavam o Estado para se desenvolverem.

Por esse motivo o capítulo 03 buscou investigar a emergência da escola de economia política britânica liberal a partir da crise do modelo mercantilista, além de enfatizar as ideias dos principais ícones desta escola sobre questões econômicas, políticas e sociais, com especial atenção à mecânica dos mercados, o funcionamento de certas variáveis econômicas e o papel recomendado ao Estado.

A divisão feita em duas gerações de pensadores possibilitou apresentar o conjunto de ideias de cada uma delas à luz de sua época, o que revelou certas mudanças na pauta de preocupações dos economistas do século XVIII para o século XIX. Notou-se a grande influência dos efeitos sociais e econômicos causados pela Primeira Revolução Industrial, o que refletiu no pensamento de Malthus e de Ricardo sobre a questão populacional e o papel do Estado frente à situação do aumento da pobreza, da elevação das taxas de natalidade e da queda nas taxas de mortalidade.

As afirmações fornecidas por Smith e Hume sobre a crítica ao mercantilismo e ao modelo do Estado de polícia se revelaram como elementos estratégicos na compreensão da emergência de uma nova arte de governar, uma vez que ambos os pensadores refletiram não apenas sobre a realidade econômica, mas sobre a natureza humana, seus interesses e sua inserção na sociedade civil. De maneira semelhante, os escritos de Ricardo e principalmente de Malthus foram cruciais na formação de uma análise bioeconômica, que trouxe novas relações a respeito da investigação econômica associada à biologia com o foco para a dinâmica da população.

É neste contexto que o capítulo 04 deu margem à identificação de uma análise genealógica foucaultiana aplicada à economia política. As relações estabelecidas entre o referencial teórico proposto por Foucault e as ideias dos economistas britânicos resultaram em duas associações principais: (i) no século XVIII com a primeira geração de economistas, quando houve a emergência de uma arte liberal de governar a partir da queda do mercantilismo e da transição da fisiocracia para a economia política, o que culminou em novas relações entre o Estado, a economia e os indivíduos; e (ii) no século XIX com a segunda geração de

pensadores, que inauguraram um novo tipo de análise que envolveu a interação entre economia e biologia no esforço de compreender o papel normativo do pensamento econômico para o tratamento da população por meio da instituição estatal e de outras ligadas à ela, o que gerou a consolidação da prática da biopolítica como tecnologia de poder.

O capítulo 04 teve por objetivo apresentar uma releitura crítica da evolução do pensamento liberal clássico inglês a partir da conceitualização de biopolítica e de governamentalidade estabelecida por Foucault. Com base no que foi mencionado anteriormente, buscou-se consolidar duas associações principais à luz das diferentes gerações de pensamento econômico.

Primeiro se assumiu a razão econômica como crítica ao Estado de polícia com base na argumentação foucaultiana de que, no início do século XVIII, uma série de mudanças conjuntural tornou o modelo mercantil ineficaz frente às transições econômicas que surgiam. A emergência da doutrina fisiocrática e suas premissas de naturalidade dos mercados e das forças econômicas, ênfase na produção agrícola, tomada do Estado como parte integrante do sistema econômico e defesa dos interesses particulares se mostraram bem-sucedidas na solução dos problemas econômicos em pauta, tornando a fisiocracia, para Foucault, o primeiro abalo no sistema policial. Coube aos fisiocratas reconduzir a noção de população, dando a ela uma naturalidade que a consolidou como uma riqueza efetiva da nação.

Esta nova arte de governar que começou a tomar forma com a fisiocracia instaurou uma série de mecanismos que tinham por função não assegurar o crescimento e manutenção das forças do Estado, mas limitar o seu exercício do poder de governar dentro de um jogo de interesses econômicos particulares. O desenvolvimento desta razão governamental se deu, segundo Foucault, somente com o surgimento da economia política britânica clássica, que apresentou de fato um conjunto de ideias organizadas sobre o combate à escassez via produção agrícola e industrial, estímulos ao crescimento econômico, livre flutuação dos preços e das forças econômicas, e liberdade de comércio com base na livre-concorrência.

Estes elementos defendidos pela economia política foram inevitavelmente influenciados em grande parte pelo pensamento fisiocrático, mas foram além por inaugurarem a arte liberal de governar, que tornou o mercado, a utilidade e os interesses como princípios da autolimitação da razão governamental. Nesse cenário,

caberia ao Estado se retirar da área econômica e assumir o papel exclusivo de gestor, consolidando o princípio do governo frugal.

As possíveis intervenções em que o Estado poderia atuar passaram a se dar por meio da sociedade civil, que se tornou o campo de ação estatal sobre a população. A contrapartida desta retirada da figura soberana da área econômica se mostrou nos assuntos relacionados à população e seu bem-estar, educação, saúde, trabalho, vivência, etc. Foi neste contexto que o desenvolvimento das ideias econômicas clássicas passou para a abrangência da bioeconomia, quando, em meados do século XIX, o assunto populacional e o seu controle e regulação entrou para a pauta de preocupações dos economistas.

A analítica bioeconômica surgiu a partir da racionalidade proposta pela economia política com relação às suas reflexões sobre o controle populacional especialmente nos escritos de Malthus e de Ricardo. Na medida em que a Primeira Revolução Industrial trouxe como principal consequência o surgimento de uma nova classe social fundada no operariado, as preocupações dos pensadores econômicos se deslocaram, em parte, para este novo problema que emergia. Reflexões sobre o controle populacional, a proposta de mecanismos preventivos e positivos, a defesa por uma atuação estatal no problema e os efeitos da população sobre as flutuações de preços, salários e lucros se constituíram como elementos identificados como uma análise bioeconômica.

Uma vez que a segunda geração pautou por um Estado não-interventor no campo econômico e atuante na questão do controle sociobiológico da população, fundou-se a arte liberal de governar com a contrapartida apresentada pelas práticas biopolíticas. Segundo Foucault, com a disseminação dos escritos da economia política o Estado foi limitado com relação à ação econômica, passando à função de gestor ao mesmo tempo em que postulou novas condutas de regulação e normalização da população com base na racionalização feita pela bioeconomia; surgiu, portanto, a biopolítica com a sua prática efetivada pelos dispositivos de segurança.

Com a economia política liberal, a dinâmica estabelecida entre o Estado, a economia e a população se fundou, portanto, em um duplo movimento: por um lado, a liberdade econômica foi efetivada com a limitação do exercício de governar do Estado no ambiente econômico; mas, por outro lado, ele e as instituições ligadas a ele se muniram de novas formas de poder que visavam regular a população por

meio dos dispositivos de segurança ao mesmo tempo em que a mantinha dentro de uma liberdade controlada.

Os dispositivos de segurança foram esboçados no capítulo 04 como elementos heterogêneos que auxiliavam no exercício da biopolítica a partir de funções estratégicas. O saber econômico, o urbanismo e a medicina foram exemplos mencionados por Foucault como dispositivos divergentes entre si, mas com um objetivo final comum: normalizar a população dentro de seu espaço de vivência por meio de controles minuciosos e múltiplos na sua vida biológica e econômica. O exemplo apresentado pelo filósofo do saber econômico como um dispositivo mostrou a dinâmica de seu raciocínio: a fisiocracia, com base nas ideias de naturalidade e liberdade nas relações econômicas, trouxe a solução para a escassez alimentar e esboçou a prática da segurança a partir de então.

Esta prática da segurança estabeleceu junto a si uma série de regulações, aprendizagens e controles fundados na ideia de liberdade e de *laissez-faire*, o que demonstrou o caráter paradoxal da biopolítica: a liberdade era controlada e exercida dentro de certos limites onde a população poderia perseguir seus interesses econômicos e deixar a economia fluir dentro de controles contínuos do bem-estar, da saúde e da vivência dos indivíduos. A liberdade perseguida pelo liberalismo econômico era, portanto, produzida por ele, e atuava a favor da razão de Estado, e não contrariamente a ela.

Como conclusão, cabe destacar a conduta biopolítica inaugurada pela economia política liberal: a produção de liberdades junto à fabricação de novas subjetividades da população dentro de um ambiente onde a segurança e a liberdade permitida andam lado a lado. Neste cenário, a atuação de dispositivos econômicos, jurídicos, administrativos, médicos e urbanísticos se mostra fundamental para a manutenção da segurança e do bem-estar da população.

Em se tratando dos limites cronológicos enfatizados neste trabalho, mais especificamente o final do século XVIII a meados do século XIX – época em que a economia política britânica emergiu e se consolidou em uma posição de destaque –, novas reflexões poderiam ser propostas para épocas históricas mais recentes, enfatizando outras escolas de pensamento econômico tão importantes como a de economia política clássica liberal. O neoliberalismo e a revolução Keynesiana poderiam ser enquadrados, também, como estratégicos na formação de novas

condutas governamentais ao longo do século XX, que têm o refinamento das práticas biopolíticas e dos dispositivos de segurança como mote principal.

Neste sentido se poderia estabelecer uma relação direta entre o caminho traçado pelo pensamento econômico e a evolução da estrutura biopolítica com novos dispositivos de segurança, maiores, mais disseminados na estrutura social e mais refinados. Caberia, portanto, aos investigadores do pensamento econômico se unirem à filosofia política e se voltarem para as consequências práticas que a mudança das ideias econômicas pode levar.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. J. A. **A Grande Revolução Inglesa**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BARROS, G.S.C.; NETO, R.M. A Velha e a Nova Bioeconomia. **Cepea: Esalq/USP**, Piracicaba, 2007, p. 01-04. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/bioenergias/A%20NOVA%20BIOECONOMIA_CepeaCepeaE.pdf>. Acesso em: 08/01/2013.

BLAUG, M. **Economic Theory in Retrospect**. New York: Cambridge University Press, 1998.

BREWER, A. Pre-Classical Economics in Britain. In: SAMUELS, W.J.; BIDDLE, J.E.; DAVIS, J.B. **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 78-111.

CANDIOTTO, C. A Governamentalidade Política no Pensamento de Foucault. **Revista de Filosofia Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, 2010a, 11p.

_____. **Foucault e a Crítica da Verdade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

_____. Cuidado da Vida e Dispositivos de Segurança: A Atualidade da Biopolítica. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 81-96.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Historia de la Gubernamentalidad: Razón de Estado, Liberalismo y Neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2010.

DEANE, P. **A Evolução das Ideias Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. **A Revolução Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DELEUZE, G. Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

DENIS, H. **História do Pensamento Econômico**. Lisboa: Horizonte, 1993.

DOW, S. **Interpretation: The Case of David Hume**. *History of Political Economy*, Durham, v. 34, 2002, p. 399-420.

DREYFUS, H. RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DUARTE, A. **Vidas em Risco: Crítica do Presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Foucault e a Governamentalidade: Genealogia do Liberalismo e do Estado Moderno. In: BRANCO, G. C.; VEIGA-NETO, A. **Foucault: Filosofia e Política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 53-69.

ESPOSITO, R. **Bíos: Biopolitics and Philosophy**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

FERGUSON, A. **An Essay on the History of Civil Society**. Indianapolis: The Online Library of Liberty, 2010. Disponível em: <http://files.libertyfund.org/files/1428/Ferguson_1229_EBk_v5.pdf>. Acesso em: 31/07/2012.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b, p. 231-249.

_____. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. **Ditos e Escritos VI.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

_____. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2010c.

_____. **História da Sexualidade: A Vontade do Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 2010d. v.1.

_____. **Ditos e Escritos VIII.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GRUENE, T.; MCCLENNEN, E.F. Hume's Concept of the Passions as the Basis of His Economic Thought. **Hume's Political Economy**, New York, 2003, 20p.

HECKSCHER, E. **La Epoca Mercantilista.** Pánuco: Fondo de Cultura Económica, 1943.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HUME, D. **Ensaio Morais, Políticos e Literários.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____. **Tratado da Natureza Humana.** São Paulo: UNESP, 2009.

LAZZARATO, M. Biopolítica/Bioeconomia. In: PASSOS, I.C.F. **Poder, normatização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 41-52.

LEMKE, T. **Biopolitics: An Advanced Introduction.** New York: New York University Press, 2011a.

_____. **Foucault, Governmentality and Critique.** Boulder: Paradigm Publishers, 2011b.

LESSA, R. A Condição Humeana e os Seus Ensaio. In: HUME, D. **Ensaio Morais, Políticos e Literários.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. p. 11-46

LIMA, I. V. **Foucault's Archaeology of Political Economy: For a Rethinking of the Methodology and Historiography of Economics**. 335p. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade de Stirling, Stirling, 2006.

LOCKE, J. **Dois Tratados Sobre o Governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACHADO, R. Introdução: Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2009. p. VII-XXIII.

MAGNUSSON, L. Mercantilism. In: SAMUELS, W.J.; BIDDLE, J.E.; DAVIS, J.B. **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009a, p. 46-60.

_____. **Nation, State and the Industrial Revolution: The Visible Hand**. New York: Routledge, 2009b.

MALTHUS, T. **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.

MOKYR, J. **The Enlightened Economy: Britain and the Industrial Revolution: 1700-1850**. New York: Penguin Books, 2009.

NORTON, D. An Introduction to Hume's Thought. In: NORTON, D. **The Cambridge Companion to Hume**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 01-32.

PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E. G.; ALBUQUERQUE, E. M. Nações e Estilos de Economia Política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 27, nº 3, 2007. 17p.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POURSIN, J.M.; DUPUY, G. **Malthus**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PRESSMAN, S. **Fifty Major Economists**. New York: Routledge, 2002.

RAWLS, J. **História da Filosofia Moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SÁNCHEZ, R.A. **Biopolítica y Formas de Vida**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

SCHUMPETER, J.A. **History of Economic Analysis**. New York: Oxford University Press, 1994.

SEHELLART, M. **A Crítica da Razão Governamental em Michel Foucault**. **Tempo Social**, São Paulo, v. 07, 1995. 14 p.

SKINNER, A. David Hume: Principles of Political Economy. In: NORTON, D. **The Cambridge Companion to Hume**. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 222-254.

_____. Adam Smith (1723-1790): Theories of Political Economy. In: SAMUELS, W.J.; BIDDLE, J.E.; DAVIS, J.B. **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 94-111.

SMITH, A. **Lectures on Jurisprudence**. Indianapolis: Liberty Fund, 1978.

_____. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. 1, v. 2.

STEINER, P. Physiocracy and French Pre-Classical Political Economy. In: SAMUELS, W.J.; BIDDLE, J.E.; DAVIS, J.B. **A Companion to the History of Economic Thought**. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p. 61-77.

TOWNSEND, J. **A Dissertation on the Poor Laws**. Berkeley: University of California Press, 1985.

VEIGA-NETO, A. Governo ou Governamento. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 79-85, jul./dez. 2005.

VINER, J. **Essays on the Intellectual History of Economics**. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

YOUNG, J. Unintended Order and Intervention: Adam Smith's Theory of the Role of the State. **History of Political Economy**, Durham, v. 37, 2005. 29p.

WHITE, M. Adam Smith and Immanuel Kant: On Markets, Duties, and Moral Sentiments. **Forum for Social Economics**, New York, v. 39, 2009. 294p.